

HERMÓGENES LAZIER

ESTRUTURA AGRÁRIA NO SUDOESTE DO PARANÁ

Dissertação de Mestrado

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de História.

Curso de Pós-Graduação em História do Brasil.

Opção Histórica Econômica.

Curitiba

1983

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho é assinado por um único autor, que teve o privilégio de frequentar o Curso de Mestrado em História da Universidade Federal do Paraná. Sabe-se, porém, que é resultado do trabalho e do esforço de muita gente, começando pelos familiares do autor, passando pelos colegas de magistério e de trabalho, pelo conselho e apoio de amigos, terminando pelo desempenho dos professores do Curso de Mestrado. A todos o nosso agradecimento. Gratidão especial merece a minha orientadora, Professora Odah Regina Guimarães Costa, que, com abnegação, tudo fez para que a presente Dissertação de Mestrado fosse concluída.

## SUMÁRIO

|   |      |
|---|------|
| GLOSSÁRIO.....  | vi   |
| LISTA DE GRÁFICOS.....                                  | viii |
| LISTA DE QUADROS.....                                   | ix   |
| LISTA DE MAPAS.....                                     | x    |
| LISTA DE ABREVIATURAS.....                              | xi   |
| 1 INTRODUÇÃO.....                                       | 1    |
| 1.1 CONCEITUAÇÃO DO ASSUNTO.....                        | 1    |
| 1.2 PRIMEIRAS IDEIAS SOBRE O ASSUNTO.....               | 5    |
| 1.3 FORMULAÇÃO DA PROBLEMÁTICA.....                     | 7    |
| 1.4 HIPÓTESES DE TRABALHO.....                          | 8    |
| 2 METODOLOGIA.....                                      | 10   |
| 2.1 MÉTODOS, TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS..... | 10   |
| 2.2 ARQUIVOS, BIBLIOTECAS E FONTES.....                 | 11   |
| 2.2.1 Arquivo Particular do Autor.....                  | 11   |
| 2.2.1.1 Referente a CANGO.....                          | 11   |
| 2.2.1.2 Outros Documentos do Autor.....                 | 12   |
| 2.2.2 Outros Arquivos e Bibliotecas.....                | 15   |
| 2.3 FONTES ORAIS.....                                   | 16   |
| 2.4 CRÍTICA DAS FONTES PRIMÁRIAS.....                   | 17   |
| 2.5 CRÍTICA DAS FONTES SECUNDÁRIAS.....                 | 21   |
| 2.6 O ESTUDO DO UNIVERSO.....                           | 23   |
| 3 ESTRUTURA AGRÁRIA DO SUDOESTE DO PARANÁ.....          | 24   |
| 3.1 ASPECTOS GEOGRÁFICOS.....                           | 24   |
| 3.2 ASPECTOS HISTÓRICOS.....                            | 26   |
| 3.2.1 Disputas Entre a Argentina e o Brasil.....        | 26   |

|         |   |     |
|---------|---|-----|
| 3.2.2   | Disputas Entre o Paraná e Santa Catarina .....  | 27  |
| 3.2.3   | Disputa Entre o Estado do Paraná e a Cia de Estradas de Ferro São Paulo-Rio Grande..... | 29  |
| 3.2.4   | Disputa Entre o Governo do Paraná e o Governo Federal .....                             | 32  |
| 3.2.5   | Disputa Entre a CITLA e o Governo Federal.....  | 34  |
| 3.2.5.1 | José Rupp.....  | 34  |
| 3.2.5.2 | CITLA.....  | 36  |
| 3.2.5.3 | Ato Ilegal e Imoral.....  | 37  |
| 3.2.5.4 | Ação da União.....  | 39  |
| 3.2.6   | A Desapropriação e o GETSOP.....  | 40  |
| 3.3     | POVOAMENTO E COLONIZAÇÃO.....   | 41  |
| 3.3.1   | Primeiros Núcleos Populacionais.....  | 41  |
| 3.3.2   | Primeiros Caminhos e Estradas.....  | 42  |
| 3.3.3   | A Erva-Mate e a Criação de Porcos.....  | 44  |
| 3.3.4   | A CANGO.....  | 46  |
| 3.3.5   | O Posseiro.....   | 48  |
| 3.3.6   | Gaúchos, Paranaenses e Catarinenses.....  | 51  |
| 3.3.7   | A Produção.....   | 55  |
| 3.4     | ATUAÇÃO DA CITLA.....   | 61  |
| 3.4.1   | Grileiros e Jagunços na Região.....   | 61  |
| 3.4.2   | Reações Contra a Ação da CITLA.....   | 62  |
| 3.4.3   | Posição do Conselho de Segurança Nacional.....  | 66  |
| 3.4.4   | Envolvimento do Governo Estadual.....   | 68  |
| 3.4.5   | Luta e Vitória dos Posseiros.....   | 70  |
| 3.5     | A LEGALIZAÇÃO DA TERRA DO SUDOESTE DO PARANÁ.....                                       | 77  |
| 3.5.1   | A Luta Político-Eleitoral e a Desapropriação.....                                       | 77  |
| 3.5.2   | Criação e Atuação do GETSOP.....  | 78  |
| 3.6     | RESULTADOS DAS TRANSFORMAÇÕES ESTRUTURAIS.....  | 87  |
| 4       | O ESTUDO DA CONJUNTURA.....   | 100 |

|  |     |
|--|-----|
| 5 CONCLUSÕES.....  | 105 |
| ANEXO I RELATÓRIO PARA ESCOLHA DE TERRAS PARA LOCALIZAÇÃO DE RESERVISTAS DO EXÉRCITO NA FAIXA FRONTEIRIÇA DO BRASIL COM A REPÚBLICA ARGENTINA..... | 110 |
| ANEXO II OFÍCIO Nº 477 DO CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL AO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA.....   | 128 |
| ANEXO III "A QUEM INTERESSAR POSSA".....   | 130 |
| ANEXO IV OFÍCIO Nº 1887, DO DIRETOR DO D.T.C.....  | 142 |
| ANEXO V RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL.....   | 145 |
| ANEXO VI DEPOIMENTO DOS PIONEIROS DO SUDOESTE DO PARANÁ.....   | 150 |
| ANEXO VII PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DOS ANOS DE 1947, 1948, 1949 E 1950.....   | 161 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....  | 169 |

## GLOSSÁRIO

- Arrendatário** - Que toma de renda uma herdade
- Assalariado** - O que trabalha por salário
- Cabras** - Sujeito valente. Brigador
- Cangaceiro** - Indivíduo que pega em armas, sem objetivos claros, sem rumos certos, apenas para sobreviver no meio que é seu.
- Capanga** - Valentão assalariado
- Carona** - Andar gratuitamente em um veículo
- Colonato** - Instituição de colonos
- Desapropriação** - Privação de propriedade
- Gleba** - Qualquer torrão ou porção de terras
- Grileiro** - Indivíduo que grila terras
- Grilo** - Propriedade territorial fundada em título falso
- Intrusão** - Posse de terra tomada contra o direito ou com violência
- Jagunço** - Guarda-costa de fazendeiro
- Latifúndio** - Imóvel rural com área entre 1 e 600 módulos, não explorado e acima de 600 módulos, mesmo explorados
- Lote** - Pequena área em que foi dividido um terreno
- Messiânico** - Adepto de uma seita ou mixto de seitas, que não a religião dominante
- Migração** - Deslocamento em massa de pessoas
- Minifúndio** - Imóvel rural com área inferior ao Módulo Rural

**Módulo Rural** - Imóvel Rural, explorado pelo agricultor e sua família, garantindo-lhes a subsistência

**Nacionalização** - Incorporar à nação alguns bens

**Posse** - Estado de quem possui uma terra, de quem a detem como sua ou tem o gozo dela

**Posseiro** - O que está de posse da terra devoluta

**Preposto** - O que dirige um negócio por indicação do proprietário

**Proprietário** - Que tem a propriedade de uma terra. Possuidor do título de propriedade

**Sesmeiro** - Os que recebiam sesmaria no Brasil Colonia e que deu origem ao latifúndio

**Sub-Judice** - Em juízo. Sob apreciação judicial

## LISTA DE GRÁFICOS

|   |     |
|---|-----|
| 1 - Produção em toneladas de trigo, milho, feijão e arroz, no sudoeste do Paraná, nos anos de 1947, 1948, 1949 e 1950 ..... | 58  |
| 2 - Crescimento da população da "CANGO" e do valor da produção, nos anos de 1947, 1948, 1949 e 1950 .....                   | 59  |
| 3 - Quantidade de posseiros e proprietários, no sudoeste do Paraná, no período de 1940 e 1975 .....                         | 89  |
| 4 - Quantidade de posseiros, no Paraná e no sudoeste do Paraná, no período de 1940 a 1975 .....                             | 90  |
| 5 - Produção do sudoeste do Paraná, de milho, feijão, arroz e soja, em toneladas, no período de 1940 a 1975 .....           | 93  |
| 6 - Crescimento percentual da renda, do valor dos bens e da dívida, no sudoeste do Paraná entre 1970 e 1975 .....           | 96  |
| 7 - Propriedades agrárias, no sudoeste do Paraná, nos anos de 1960, 1970 e 1975 .....                                       | 98  |
| 8 - Evolução da população - 1940-1975 .....   | 103 |

## LISTA DE QUADROS

|   |     |
|---|-----|
| 1 - População e área por município .....                                | 3   |
| 2 - Estrutura fundiária por município em 1968 .....                     | 4   |
| 3 - Resumo da população cadastrada pela "CANGO" no<br>ano de 1948 ..... | 54  |
| 4 - Títulos de propriedade expedidos pelo GETSOP .....                  | 84  |
| 5 - Demonstrativo dos trabalhos de medição .....                        | 85  |
| 6 - Procedência da população do sudoeste .....                          | 104 |

## LISTA DE MAPAS

|  |    |
|--|----|
| 1 - Município do sudoeste do Paraná .....          | 2  |
| 2 - Hidrografia do sudoeste do Paraná .....        | 25 |
| 3 - Região disputada pelo Brasil e Argentina ..... | 28 |
| 4 - Regiões do contestado .....                    | 30 |

## LISTA DE ABREVIATURAS

- ACARPA - Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná
- AMSOP - Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná
- ASSESSOAR - Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural
- CANGO - Colônia Agrícola Nacional General Osório
- CITLA - Clevelândia Industrial, Territorial Ltda.
- CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
- CLT - Consolidação das Leis do Trabalho
- DER - Departamento de Estrada de Rodagem
- DISOP - Desenvolvimento Integral do Sudoeste do Paraná
- EFSPRG - Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande
- FUNRURAL - Fundo de Assistência e Previdência ao Trabalhador Rural
- GENGE - Grupo Executivo de Engenharia do Ministério da Agricultura
- GETSOP - Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná
- INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- INDA - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
- INIC - Instituto Nacional de Imigração e Colonização
- IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - Fundação Edison Vieira
- SERFHAU - Serviço Federal de Habitação e Urbanismo
- SUMOC - Superintendência de Moeda e do Crédito

## 1 INTRODUÇÃO

### 1.1 CONCEITUAÇÃO DO ASSUNTO

O presente trabalho é o estudo de uma região de povoamento efetivo recente. Pretende abordar os aspectos fundamentais de estrutura agrária do Sudoeste do Paraná. Trata-se de uma região com 1 039 912 ha, 52 241 propriedades e atualmente com 24 municípios. A área estudada abrange a microrregião 289 e os municípios que fazem parte da Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná. (mapa nº 1).

Em 1970 a região representava 5,84% da área do Estado, possuía 446 967 habitantes, que significavam 6,44% da população do Paraná (quadros nºs 1 e 2).

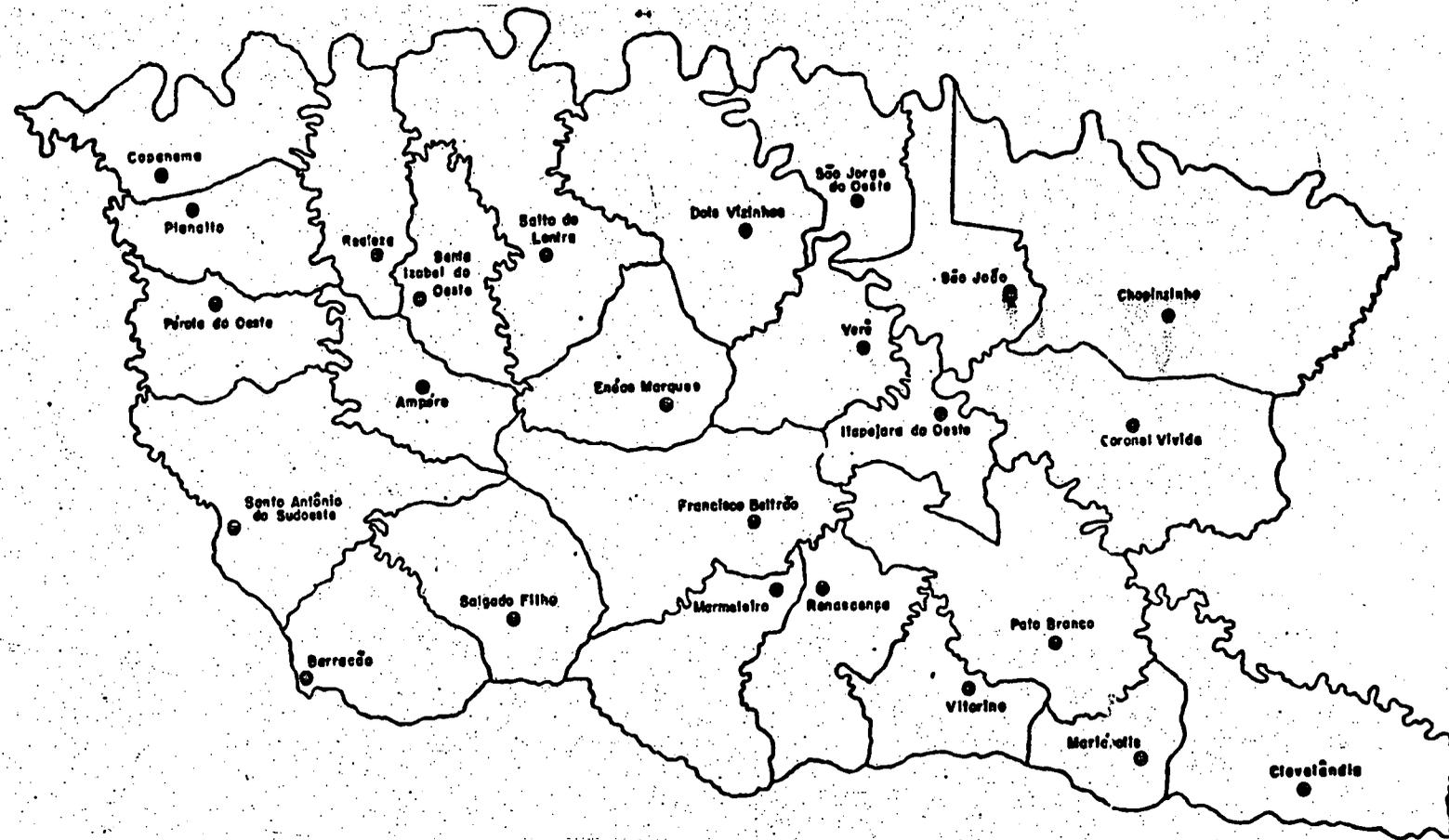
A área agrícola do Sudoeste com culturas temporárias representava 11,84% da mesma cultura no Paraná.

Historicamente existem traços comuns a toda região, tanto em relação à origem da população como ao tipo de produção, ou à estrutura agrária.

É uma região essencialmente agrícola, pois em 1970, 82,08% da população vivia em zona rural, enquanto que na mesma época a população paranaense na zona rural era de apenas 63,94%.

O trabalho, apesar de estudar todo o Sudoeste do Paraná, concentrará maior atenção na região de colonização da Colonia Agrícola Nacional "General Osório" (CANGO), na Gleba Missões e parte da Gleba Chopim, que foi titulada para a Clevelândia Industrial Territorial Ltda (CITLA), e mais tarde desapropriada

MAPA 1 - MUNICÍPIOS DO SUDOESTE DO PARANÁ



FONTE: Planejamento Microrregional, elaborado pela SUDESUL e AMSOP no ano de 1975

QUADRO 1 - POPULAÇÃO E ÁREA POR MUNICÍPIO

| MUNICÍPIO                 | ÁREA EM Km <sup>2</sup> | POPULAÇÃO (1970) |
|---------------------------|-------------------------|------------------|
| Ampêre                    | 375                     | 2 362            |
| Capanema                  | 374                     | 21 717           |
| Chopinzinho               | 1 170                   | 27 124           |
| Coronel Vivida            | 548                     | 22 446           |
| Dois Vizinhos             | 679                     | 37 324           |
| Enéas Marques             | 399                     | 13 901           |
| Francisco Beltrão         | 777                     | 36 730           |
| Itapejara D'Oeste         | 216                     | 10 082           |
| Mariópolis                | 238                     | 6 894            |
| Marmeleiro                | 535                     | 12 654           |
| Pato Branco               | 755                     | 33 829           |
| Pêrola D'Oeste            | 364                     | 15 304           |
| Planalto                  | 281                     | 11 201           |
| Realeza                   | 365                     | 16 740           |
| Renascença                | 428                     | 9 268            |
| Salgado Filho             | 503                     | 12 253           |
| Salto do Lontra           | 727                     | 31 518           |
| Santa Izabel D'Oeste      | 336                     | 14 823           |
| Santo Antônio do Sudoeste | 658                     | 29 679           |
| São João                  | 227                     | 15 423           |
| São Jorge D'Oeste         | 541                     | 12 083           |
| Verê                      | 340                     | 12 679           |
| Vitorino                  | 348                     | 7 616            |
| Barracão                  | 390                     | 16 430           |
| Clevelândia               | 730                     | 13 911           |

FONTE: IBGE-1970

QUADRO 2 - ESTRUTURA FUNDIÁRIA POR MUNICÍPIO EM 1968

| MUNICÍPIOS               | Nº<br>Ordem | 0 a 10 ha    |        | 10 a 25 ha               |         | 25 a 50 ha   |         | 50 a 100 ha           |         | 100 a 1 000 ha |         | 1 000 a 10 000 |        |
|--------------------------|-------------|--------------|--------|--------------------------|---------|--------------|---------|-----------------------|---------|----------------|---------|----------------|--------|
|                          |             | Nº<br>Estab. | ha     | Nº<br>Estab.             | ha      | Nº<br>Estab. | ha      | Nº<br>Estab.          | ha      | Nº<br>Estab.   | ha      | Nº<br>Estab.   | ha     |
| Realeza                  | 1           | 522          | 2 839  | 549                      | 9 440   | 178          | 9 440   | 56                    | 3 784   | 26             | 4 519   |                |        |
| Renascença               | 2           | 192          | 1 147  | 377                      | 6 381   | 245          | 8 719   | 108                   | 7 709   | 44             | 9 429   |                |        |
| Salgado Filho            | 3           | 318          | 1 888  | 680                      | 12 524  | 351          | 12 262  | 100                   | 6 491   | 34             | 6 209   |                |        |
| Salto do Lontra          | 4           | 1 025        | 6 154  | 1 506                    | 23 924  | 412          | 15 322  | 101                   | 7 185   | 37             | 7 123   |                |        |
| Coronel Vivida           | 5           | 491          | 2 594  | 849                      | 14 747  | 493          | 17 665  | 231                   | 16 088  | 63             | 11 280  |                |        |
| Enéas Marques            | 6           | 376          | 2 234  | 754                      | 12 871  | 341          | 11 782  | 55                    | 3 461   | 6              | 995     |                |        |
| Francisco Beltrão        | 7           | 748          | 2 543  | 1 346                    | 24 273  | 739          | 25 421  | 102                   | 6 432   | 12             | 2 624   | 1              | 1 392  |
| Itapejara do Oeste       | 8           | 229          | 1 172  | 486                      | 6 203   | 215          | 7 349   | 65                    | 4 286   | 11             | 1 407   |                |        |
| Mariópolis               | 9           | 128          | 749    | 385                      | 7 121   | 181          | 6 623   | 44                    | 2 924   | 25             | 6 327   | 1              | 2 672  |
| Santa Izabel             | 10          | 565          | 3 066  | 608                      | 10 151  | 244          | 8 591   | 66                    | 4 822   | 25             | 4 384   |                |        |
| Santo Antônio            | 11          | 1 137        | 6 730  | 1 350                    | 23 050  | 463          | 16 113  | 94                    | 6 356   | 40             | 10 494  | 2              | 3 600  |
| Verê                     | 12          | 433          | 2 524  | 642                      | 10 691  | 258          | 8 863   | 68                    | 4 584   | 17             | 2 793   |                |        |
| Vitorino                 | 13          | 112          | 638    | 321                      | 5 685   | 199          | 7 504   | 76                    | 5 220   | 50             | 10 859  | 2              | 3 267  |
| Chopinzinho              | 14          | 563          | 3 054  | 1 182                    | 21 916  | 709          | 25 100  | 282                   | 19 384  | 154            | 34 648  | 11             | 33 242 |
| São João                 | 15          | 292          | 1 592  | 452                      | 7 933   | 214          | 7 485   | 71                    | 4 889   | 16             | 2 470   |                |        |
| S. J. D'Oeste            | 16          | 491          | 2 680  | 759                      | 13 571  | 290          | 10 877  | 83                    | 5 791   | 37             | 10 158  | 5              | 23 355 |
| Marmeleiro               | 17          | 154          | 921    | 541                      | 10 034  | 201          | 7 565   | 86                    | 6 028   | 44             | 10 543  | 7              | 19 749 |
| Pato Branco              | 18          | 348          | 1 925  | 734                      | 12 839  | 569          | 20 828  | 295                   | 20 478  | 75             | 11 845  |                |        |
| P. D'Oeste               | 19          | 648          | 4 248  | 721                      | 12 253  | 183          | 6 320   | 36                    | 2 604   | 6              | 870     |                |        |
| Planalto                 | 20          | 899          | 5 490  | 978                      | 15 964  | 177          | 6 024   | 25                    | 1 627   | 5              | 1 281   |                |        |
| Ampere                   | 21          | 436          | 2 433  | 677                      | 11 361  | 278          | 9 454   | 57                    | 3 778   | 7              | 1 592   |                |        |
| Barracão                 | 22          | 893          | 5 200  | 795                      | 13 645  | 189          | 7 165   | 70                    | 5 091   | 24             | 5 889   |                |        |
| Capanema                 | 23          | 1 095        | 6 147  | 1 298                    | 20 821  | 278          | 9 753   | 57                    | 3 686   | 13             | 3 562   |                |        |
| Dois Vizinhos            | 24          | 1 028        | 6 402  | 1 386                    | 23 395  | 464          | 16 655  | 130                   | 8 972   | 33             | 4 916   |                |        |
| TOTAIS                   |             | 13 207       | 77 010 | 19 376                   | 330 807 | 7 871        | 279 997 | 2 358                 | 161 932 | 806            | 166 217 | 29             | 87 277 |
| Área Média               |             | 5,83 ha      |        | 17,073 ha                |         | 35,573 ha    |         | 68,67 ha              |         | 206,22 ha      |         | 3 009,55 ha    |        |
| Estab. Área % TOTAL      |             | 30,25%       | 6,77%  | 44,4%                    | 29,11%  | 18,03%       | 24,64%  | 5,40%                 | 14,25%  | 1,84%          | 14,63%  | 0,66%          | 8,68%  |
| Nº TOTAL de Propriedade: |             | 43 648       |        | Área TOTAL: 1 136 100 ha |         |              |         | Área Média: 26,028 ha |         |                |         |                |        |

FONTE: Pré-Diagnóstico do Sudoeste (INCRA/GETSOP/AMSOP)

e regularizada pelo Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP), compreendendo uma área de aproximadamente 4 600 km<sup>2</sup>.

Dessa área serão estudadas as variáveis população, produção e área das propriedades.

Mesmo em relação à época, apesar de serem estudados os aspectos gerais do período que vai de 1900 a 1980, será dedicada maior atenção ao período que vai de 1943, quando foi criada a CANGO, a 1973, ano da extinção do GETSOP.

Serão localizados os aspectos fundamentais da estrutura agrária e que irão atuar como elemento dinamizador do progresso de todo o Sudoeste do Paraná.

## 1.2 PRIMEIRAS IDEIAS SOBRE O ASSUNTO

Existem trabalhos sobre o Sudoeste do Paraná, alguns já impressos e outros datilografados.

São estudos de vários aspectos regionais, destacando-se:

1 - A Revista Brasileira de Geografia, do Rio de Janeiro, publicou, no ano de 1970, o trabalho de Roberto Lobato Correa, intitulado: "O Sudoeste paranaense antes da colonização" onde aborda o desenvolvimento do Sudoeste até o ano de 1940.

2 - J. W. Foweraker elaborou o trabalho "A ocupação da terra no Sudoeste do Paraná, desde 1940", que foi submetido para o grau de "Bachelor of Philosophy" na Universidade de Oxford, no ano de 1971.

3 - O Boletim nº 7 do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná publicou no ano de 1968, o trabalho "Nota previa ao estudo da ocupação de terra no Paraná moderno", elaborado por Cecília Maria Westphalen, Brasil Pinheiro

Machado e Altiva Pilatti Balhama. O referido trabalho, entre outros assuntos, aborda a luta que teve lugar no Sudoeste do Paraná entre posseiros e grileiros.

4 - A Delegacia do INDA no Paraná publicou em 1969 o trabalho "Pré-Diagnóstico Sócio Econômico do Sudoeste do Paraná", elaborado pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário, Grupo Executivo para as terras do Sudoeste do Paraná e Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná.

5 - A Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (ACARPA), publicou, em 1968, dois volumes, sobre a "Realidade Rural do Município de Francisco Beltrão", onde aborda, principalmente, a produção agrícola.

6 - A associação de Estudos Orientação e Assistência Rural (ASSESSOAR), publicou dois importantes trabalhos a respeito da situação religiosa da região, intitulados "Movimento de Evangelização e Promoção Rural no Sudoeste do Estado do Paraná" e "Levantamento Sócio-Religioso Sudoeste - Paraná".

7 - No ano de 1974 foi publicado o trabalho "Estudo das Condições de Produção das Propriedades Agropecuárias dos tipos "colonial" e motomecanizadas de alguns municípios do Sudoeste do Estado do Paraná", elaborado por Silvério José Bonisson Fava, Walter Hanemann e Luiz Anísio Bortoluzzi, que aborda a modernização da agricultura na região.

A Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL), concluiu em 1975 o "Planejamento Micro-Regional" do Sudoeste do Paraná. O trabalho teve o apoio da SERFHAU e da AMSOP e contou com a coordenação do Economista Raul Baginski. Trata-se de diagnóstico bastante valioso sobre a região.

Está claro, portanto, que outros autores já estudaram

o Sudoeste do Paraná, dentro de vários enfoques.

A leitura desses trabalhos ajudaram, juntamente com a vivência do autor na região, na decisão de realizar a Dissertação de Mestrado sobre a estrutura agrária no Sudoeste do Paraná.

### 1.3 FORMULAÇÃO DA PROBLEMÁTICA

O povoamento e o desenvolvimento do Sudoeste do Paraná passaram por um processo de evolução, ativados pelas frentes migratórias vindas do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do próprio Paraná.

A ocupação da terra possui suas particularidades. Quase todos os primeiros moradores eram posseiros. Em 1960 existiam 18 166 posseiros e apenas 3 582 proprietários.

Eram posseiros de tipo especial, pois a maioria foi localizada na região pela CANGO, que era um órgão do Governo Federal.

: Em consequência não sô da fertilidade do solo, mas principalmente da quantidade enorme de araucárias existentes, muitas companhias começaram a atuar na região e algumas delas como "grileiras".

Surgiu a luta entre posseiros e "grileiros", tendo como resultado a desapropriação das terras e a titulação aos posseiros pelo Governo Federal.

Outro aspecto a ser estudado diz respeito à passagem da produção de subsistência para a produção de exportação. Essa alteração está intimamente ligada aos financiamentos, à mecanização da lavoura e ao início da concentração da propriedade, tudo dentro da economia de mercado do sistema capitalista.

Diante dessas considerações, o trabalho pretende levantar alguns problemas e analisá-los.

- 1º - Em que medida a passagem do posseiro a proprietário teve efeito social e econômico na região?
- 2º - Até que ponto a substituição da produção de subsistência pela produção de produtos de exportação teve influência na mecanização da lavoura e na concentração da propriedade?
- 3º - Em que medida a GANGO, a CITLA e o GETSOP contribuíram para transformações no sistema da terra no Sudoeste?
- 4º - Serão que as transformações ocorridas na estrutura agrária contribuíram para um melhoramento econômico e social da população regional?
- 5º - Quais as transformações que se verificaram na história econômica, política e social do Sudoeste no período em estudo?
- 6º - Até que ponto o posseiro foi a figura mais constante nas lutas do Sudoeste do Paraná e que culminaram com a revolta de 1957?

#### 1.4 HIPÓTESES DE TRABALHO

1 - As concessões de terras feitas pelo poder Público Estadual no Sudoeste do Paraná e a própria política de terras aplicada à região do Sudoeste pelo Governo de Moisés Lupion contribuíram para agravar o problema econômico, político e social.

2 - A condição jurídica da propriedade da terra dá ao proprietário estabilidade e melhores condições de ordem econô-

mica e social do que a posse ilegal da terra, acarretando maior progresso para a região.

3 - Uma das principais reivindicações do agricultor é possuir o título de propriedade da terra, não medindo esforços nesse sentido e arriscando até a própria segurança pessoal, gerando, inclusive, alguns conflitos de ordem social e política, contribuindo inclusive para o surgimento de lideranças locais.

4 - A assimilação dos contingentes populacionais, vindos principalmente do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, está na direta dependência da sua integração econômica e na exploração da propriedade familiar, que serviu de meio para sua inserção definitiva no contexto local e regional.

5 - A atuação da CANGÔ e do GETSOP, órgãos do Governo Federal, foi decisiva para o povoamento e dinamização da estrutura agrária do Sudoeste do Paraná, permitindo sua integração no contexto sócio-econômico do Paraná.

6 - A CITLA atuou na região como "grileira", trazendo intranquilidade e criando um clima de instabilidade social.

7 - Os financiamentos e a mecanização da lavoura estão ligados à concentração da propriedade da terra e à cultura de exportação.

## 2 METODOLOGIA

### 2.1 METODOS, TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS

O método científico constitui a estratégia geral observada neste trabalho, incluindo a formulação das hipóteses, a coleta de dados, a crítica das fontes até comprovar as hipóteses e apresentar as conclusões.

A heurística, ou seja, as técnicas para a busca de dados será aplicada dentro do contexto histórico, isto é, estudando o Sudoeste do Paraná no tempo e na dinâmica de seu desenvolvimento.

De posse dos documentos foram feitas a crítica externa e a crítica interna. É de suma importância verificar a autenticidade dos documentos, principalmente em relação à autoria e à sua procedência, constatando a imparcialidade do autor e a veracidade dos documentos.

Foram utilizadas técnicas qualitativas, para uma correta avaliação da realidade estudada, e técnicas quantitativas, para a organização de séries cronológicas e freqüenciais, principalmente no que se refere às variáveis população, produção e área das propriedades.

Para mais facilmente estudar a dinâmica da estrutura agrária do Sudoeste do Paraná dentro do contexto geral do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, foi adotado também o método dialético.

Estuda-se o Sudoeste em seu relacionamento com o Paraná

e com o Brasil, principalmente dentro do contexto da Segunda Guerra Mundial.

Vai ser abordada a situação do posseiro do Sudoeste, que passou de posseiro a lutador e a proprietário. Passou de perseguido e derrotado a perseguidor e vencedor. São mudanças conjunturais marcantes da vida do Sudoeste do Paraná.

Todo o desenvolvimento histórico da região é resultado de contradições e lutas entre o Estado do Paraná e o Governo Federal; entre a CITLA e os posseiros; entre a CITLA e a União; entre a CANGO e a CITLA; entre o serrador e o agricultor; entre o agricultor e os Bancos.

## 2.2 ARQUIVOS, BIBLIOTECAS E FONTES

### 2.2.1 Arquivo Particular do Autor

#### 2.2.1.1 Referente a CANGO

- Cópia de vários documentos que deram origem à criação da Colônia Agrícola Nacional General Osório, vários ofícios de reservistas residentes em Foz do Iguaçu, datados de 1941, endereçados ao Ministério da Agricultura, solicitando áreas de terra na fronteira da Argentina; cópia da Portaria Ministerial designando a Comissão que deveria escolher o local, na faixa da fronteira, para ser fundada a Colônia; cópia do relatório da referida Comissão com minucioso estudo, sobre a região sugerindo a fundação da colônia na zona fronteiriça na localidade de Barracão e Santo Antonio, tendo como sede o povoado de Separação.

- Cópia do memorial descritivo e informações diversas

a respeito da medição e demarcação da Gleba nº 1 da CANGO, elaborada pelo Engenheiro Duilio Trevisan Beltrão e datado de 28.10.1947. Trata-se de importante estudo sobre a região onde se localiza atualmente o Município de Francisco Beltrão.

- Cópia de Relatórios dos administradores da CANGO referente aos anos de 1944, 1945, 1947, 1948, 1949, 1950 e 1956. Trata-se de relatórios detalhados da vida da colônia agrícola, onde consta desde o número de colonos cadastrados, até a produção da colônia, assistência médica, obras públicas realizadas etc.

- Cópia de documentos sobre a serraria da CANGO, instalada na região para produzir madeira destinada à construção de casas para os primeiros colonos, inclusive um abaixo assinado dos operários da referida serraria, solicitando que a Administração da mesma fosse entregue aos próprios operários.

- Cópia dos relatórios das atividades médico-sociais na CANGO nos anos 1949 e 1957.

- Cópia da relação de colonos fichados no escritório da CANGO até o ano de 1948 com dados sobre estado civil, dependência, grau de alfabetização, naturalidade, etc.

- Cópia do levantamento realizado em 1965 dos bens pertencentes a CANGO.

- Cópia de elementos informativos sobre a atividade da CANGO desde a fundação até 31.12.1951.

- Cópia do levantamento dos lotes existentes na CANGO, segundo a localização e a ocupação em 31.12.1947.

#### 2.2.1.2 Outros Documentos do Autor

- Cópia de parte do arquivo da rádio local, onde constam

vários comunicados divulgados pela CITLA e pela CANGO.

- Álbum histórico dos Municípios de Francisco Beltrão e Santo Antonio do Sudoeste.

- Relatório impresso pelo GETSOP onde constam as principais realizações do órgão durante sua atuação na região.

- Fotocópia da tese de doutorado de J. W. A. Foweraker, defendida em Oxford sobre o tema: "Ocupação da Terra do Sudoeste do Paraná".

- Discurso impresso do Senador Othor Mäder, proferido no Congresso Nacional nos dias 06 e 09 de novembro de 1957, abordando as lutas ocorridas no Sudoeste do Paraná em torno do problemas da terra.

- Informativo nº 1 do GETSOP, publicado no jornal local, onde consta, detalhadamente, a estratégia de trabalho para a efetivação da desapropriação das terras da região e sua titulação aos posseiros.

- Impresso, com 92 páginas, elaborado pela Associação de Estudos Orientados e Assistência Rural (ASSESSOAR), com o título "Levantamento Sócio-Religioso Sudoeste do Paraná".

- Trabalho impresso, com 143 páginas, elaborado por Silvério José Bonisson Fava e outros, intitulado "Estudo das Condições de Produção das Propriedades Agropecuárias dos Tipos "Colonial" e Motomecanizadas de alguns Municípios do Sudoeste do Paraná".

- Prê diagnóstico Sócio-Econômico do Sudoeste do Paraná", impresso com 121 páginas elaborado pelo INDA e pelo GETSOP.

- Relatórios das administrações da Prefeitura de Francisco Beltrão em 1969 e 1977.

- Sôcio-Medical Report South-West Paraná (Brasil)" impresso com 59 páginas, publicado pelo DISOP, na BÉlgica.

- "Realidade Rural de Francisco Beltrão", impresso com 108 páginas elaborados pela ACARPA.

- "Boletim Informativo da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região Fronteira Sudoeste do País", datado de 1966 e com 69 páginas.

- Cópia do Controle assinado entre a CITLA e a Companhia Brasileira de Melhoramentos Rurais a respeito da região do Sudoeste do Paraná.

- Cópia do "Histórico e Situação Jurídica dos Imóveis das Glebas Missões e Chopim".

- Fotocópia dos depoimentos prestados na Comissão Parlamentar de Inquêrito da Câmara Federal a respeito das ocorrências no Sudoeste do Paraná em 1957, com 389 páginas.

- Fotocópia do trabalho de Roberto Lobato Correa "O Sudoeste Paranaense antes da Colonização", publicado na Revista Brasileira de Geografia - Rio de Janeiro, nº 32, em 1970.

- Artigo do Autor intitulado "Francisco Beltrão - 25 Anos de Lutas, de Trabalho e de Progresso", publicado em Edição Histórica, no ano de 1977, quando do aniversário de Francisco Beltrão.

### 2.2.2 Outros Arquivos e Bibliotecas

- Departamento do Arquivo Público e Microfilmagem do Paraná, onde existem documentos que enriqueceram a monografia, principalmente relatórios do Departamento de Geografia, Terras e Colonização e Mensagens dos Presidentes e Governadores do Paraná.

- Biblioteca do IBGE, onde existem os recenseamentos sobre a população da região.

- Arquivos das Prefeituras de Clevelândia, Campo-Erê, Barracão, Santo Antonio do Sudoeste e Pato Branco.

- Biblioteca Pública do Paraná, onde existem muitos periódicos com notícias das lutas de 1957 entre a CITLA e os posseiros.

- Instituto de Terras e Cartografia, ex-Departamento de Geografia, Terras e Colonização, onde existem os relatórios que falam da região, elaborados por Othon Mäder e Antonio Batista Ribas e o Cadastro das terras de Palmas e Clevelândia.

- Arquivos das Paróquias da Região.

- IPARDES.

- Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná.

- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

### 2.3 FONTES ORAIS

Considerando-se a existência, ainda, de muitos pioneiros da região e participantes dos principais acontecimentos históricos, aplicou-se a técnica da entrevista da história oral (Anexo VI).

Foram feitas várias entrevistas. Deram seu depoimento sobre a história do Sudoeste as seguintes pessoas: - Abílio Carneiro, que chegou em Campo-Erê em 1914; Amantino José Duarte, que em 1931 fixou residência em Vitorino; Sebastião Müller, que é considerado o primeiro morador da cidade de Francisco Beltrão; Jair de Freitas, que foi um dos mais destacados funcionários da CANGO; Carlos Mendes de Oliveira, que é considerado o pioneiro do Sudoeste; Antonio de Paiva Cantelmo, que foi o primeiro tratorista do Sudoeste e foi eleito, por duas vezes, prefeito de Francisco Beltrão; Julio Assis Cavalheiro, que realizou um dos primeiros loteamentos na cidade de Francisco Beltrão e foi funcionário da CITLA.

Os relatos dos pioneiros enriqueceu muito o presente trabalho. Eles mostraram as grandes dificuldades encontradas, principalmente com relação aos meios de transporte, a falta de estradas, as dificuldades de escoamento da produção. Mostram, por outro lado, as riquezas naturais existentes, a fertilidade do solo, o clima agradável, mostram, enfim, que o Sudoeste do Paraná era uma região promissora.

Os depoimentos dos pioneiros foram subsídios valiosos para uma melhor compreensão dos lamentáveis acontecimentos que surgiram no processo de povoamento e de desenvolvimento da região.

## 2.4 CRÍTICA DAS FONTES PRIMÁRIAS

19 - A principal fonte primária para o estudo inicial da estrutura agrária do Sudoeste do Paraná é o arquivo da CANGO. Toda a documentação da colônia encontrava-se numa das casas pertencentes ao INCRA, no Município de Francisco Beltrão e foi encontrada pelo Autor. A Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão solicitou ao INCRA a doação de todo aquele acervo para organizar um futuro museu da municipalidade. O INCRA respondeu que doaria após realizar uma triagem do material, o que nunca ocorreu. Alguns anos após, o material desapareceu. Funcionários do INCRA informaram que um caminhão carregou todo o material e levou para destino desconhecido. Felizmente, no ano de 1982, a referida documentação foi encontrada em uma casa no interior de Francisco Beltrão. Atualmente está guardada em uma das salas da Biblioteca Pública de Francisco Beltrão. Nos anos de 1969, 1970 e 1971, o autor, juntamente com alunas da Escola Normal "Regina Mundi", de Francisco Beltrão, compulsou o referido arquivo, antes, ainda, de seu desaparecimento. A maioria dos documentos foram manuseados, limpos e separados. São esses alguns documentos primários que o Autor possui e que serviram de subsídio, juntamente com outros documentos, para a presente dissertação de Mestrado.

São valiosos os documentos sobre as demarches para a criação da CANGO, desde os ofícios entre os ór-

gãos públicos até a nomeação da Comissão para escolher o local da Colônia e o relatório da referida Comissão. O relatório é do ano de 1942, quando o Brasil estava envolvido na Segunda Guerra Mundial e quando existia, inclusive, racionamento na Capital Federal. A Comissão considerou o Sudoeste do Paranã um El Dourado. Exagera nos elogios à região. Deveria existir também o interesse dos membros da Comissão, de vir como administradores da futura Colônia (Anexo I).

Outros documentos valiosos dos arquivos da CANGO eram os relatórios remetidos, anualmente, ao Ministério da Agricultura. Os referidos relatórios, feitos pelos administradores da CANGO, eram uma prestação de Contas ao Governo Federal. Eles informavam, inclusive, onde foram aplicadas as verbas recebidas. Relatórios dessa natureza exageram os aspectos positivos e omitem falhas e erros. Apesar dessa parcialidade, os relatórios não deixam de ser, porém, as melhores fontes para o estudo da evolução inicial do Sudoeste do Paranã.

Existem muitos outros documentos que permitem acompanhar a evolução da Colônia, que tinha uma área de aproximadamente 3 000 quilômetros quadrados, principalmente nos aspectos da produção, da organização social, da população, da saúde e da educação.

Todos esses documentos, do arquivo da CANGO, foram estudados com espírito crítico, observando quem os escreveu e a quem eram endereçados, pois é comum haver

interesses particulares em bajular ou em denegrir pessoas, através do exagero ou do negativismo. Houve preocupação quanto à autenticidade e veracidade dos documentos.

- 29 - Os documentos do arquivo da Rádio Francisco Beltrão, referentes ao ano de 1957, são importantes principalmente para melhor conhecimento das posições da CITLA e da CANGO, dos posseiros, das autoridades, pois os assuntos versam sobre as várias posições diante do problema da propriedade da terra. Cada um defendendo seu ponto de vista e, como tal, são parciais e devem ser analisados com espírito crítico.
- 30 - A fotocópia das 389 páginas dos depoimentos prestados à Comissão Parlamentar de Inquérito para examinar as graves ocorrências do Sudoeste do Paraná e propor medidas legislativas a fim de resolver os problemas de posse e propriedade das terras situadas na região, constitui fonte primária valiosa para o conhecimento da problemática da terra na região. A Comissão era presidida pelo Deputado Federal João Machado. Entre os muitos depoimentos destacam-se: Walter Chechella - Presidente do INIC; Major Carlos Cairoli, da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional; Carlos Medeiros da Silva - Procurador Geral da República; Senador Othon Mader; Luiz Antonio Andrade e Justo José Galbes Filho - Procuradores do INIC; Edu Potyguara Bublitz - participantes do movimento dos posseiros

contra a CITLA. Houve parcialidade e exagero de alguns depoimentos; principalmente por terem sido prestados logo em seguida aos conflitos ocorridos no Sudoeste e ainda sob o efeito emocional dos mesmos, podendo dar, inclusive uma idéia distorcida da realidade. Mesmo assim, trata-se de fonte indispensável para um melhor conhecimento das principais causas que levaram ao conflito pela posse da terra no Sudoeste do Paraná.

- 49 - Como fonte primária destaca-se também o arquivo particular dos jornais e revistas da época e que deram cobertura aos acontecimentos do Sudoeste. Também com relação aos periódicos convém considerar as informações com espírito crítico, pois os mesmos tomavam posição a favor ou contra o Governo de Moisés Lupion e além do mais os artigos foram escritos quase sempre sob tensão psicológica.
- 59 - No arquivo da Prefeitura de Clevelândia podem-se encontrar fontes para melhor conhecimento da região, principalmente no início do povoamento, pois toda a região pertencia ao Município de Clevelândia. Nos arquivos das Prefeituras de Barração e Santo Antonio existem fontes a respeito da economia ervateira, pois, antes ainda de surgir o município de Francisco Beltrão, era grande a quantidade de erva-mate da região, exportada para a Argentina através dessas cidades, onde existiam armazéns ervateiros.
- 69 - Considerando que a região foi povoada recentemente

te, muitos pioneiros e participantes dos principais acontecimentos históricos ainda estão vivos. Através da técnica da entrevista oral muitos dados podem ser levantados. Com relação aos acontecimentos de 1957, é bem difícil o depoimento de pessoas envolvidas com a CITLA contra os posseiros. Como o objetivo é chegar à verdade, os depoimentos devem ser estudados comparativamente e criticamente.

Além dessas fontes primárias existem muitas outras que foram, da mesma forma, analisadas com os recursos da crítica interna e externa.

## 2.5 CRÍTICA DAS FONTES SECUNDÁRIAS

Sobre os resultados já publicados sobre o Sudoeste do Paraná, convém destacar o seguinte:

- 1º - Os álbuns históricos de alguns municípios da região são de pouco aproveitamento, pois foram feitos com fins comerciais e os destaques principais referem-se a quem pagou mais.
- 2º - A tese de doutorado de J. W. A. Foweraker, defendida em Oxford - "Ocupação da Terra no Sudoeste do Paraná" - é uma fonte secundária aproveitável, principalmente por ter sido elaborada por pessoa alheia aos acontecimentos e desvinculada dos problemas locais, o que garante, de certa forma, o caráter imparcial daquele autor.
- 3º - Com referência ao relatório final do GETSOP, pode-se considerar como uma das fontes secundárias mais sérias para o estudo crítico da legalização da ter-

ra na região.

- 49 - Quanto aos discursos do Senador Othon Mader, apesar da quantidade de dados que ele fornece a respeito das arbitrariedades cometidas contra os posseiros, deve-se levantar muitas dúvidas, principalmente considerando sua posição política contrária ao Governo do Estado, chefiado por Moisés Lupion.
- 59 - O levantamento "Sócio-Religioso do Sudoeste do Paraná", elaborado pela ASSESSOAR, é de muita importância para o conhecimento da psicologia dos habitantes da região, pois todo ele foi feito baseado em valioso questionário respondido pela população sudoestina.
- 69 - O "Estudo das Condições de Produção Agropecuária dos Tipos "Colonial" e Motomecanizadas de alguns Municípios do Sudoeste do Estado do Paraná" é uma fonte secundária valiosa para o estudo das transformações ocorridas na região com o crescimento da mecanização da lavoura.
- 79 - O trabalho "Pré-Diagnóstico Sócio-Econômico do Sudoeste do Paraná", elaborado por técnicos do INDA e do GETSOP, é fonte secundária aproveitável, principalmente a respeito dos fatos que levaram os gaúchos a abandonar seu Estado e migrar para o Sudoeste do Paraná.
- 89 - Para o conhecimento do grau de produtividade das várias áreas do Sudoeste do Paraná é de grande importância o trabalho da ACARPA intitulado "Realidade

Rural de Francisco Beltrão".

- 99 - A cópia do "Histórico e Situação Jurídica dos Imóveis das Glebas Missões e Chopim", útil para o estudo dos motivos que levaram os primeiros habitantes da região a serem posseiros e não-proprietários, dando origem as disputas pela terra e que culminaram com o conflito de 1957.

## 2.6 O ESTUDO DO UNIVERSO

O estudo da estrutura agrária do Sudoeste do Paraná será desenvolvido dentro da interação entre o Sudoeste, o Paraná, o Brasil e o Mundo capitalista.

Pretende-se estudar a evolução do Sudoeste como parte integrante da política do Governo Federal que ficou conhecida como "Marcha para o Oeste" e dentro do panorama internacional da 2ª Guerra Mundial. Não só o desenvolvimento mas também as lutas e os atritos ocorridos em 1957 no Sudoeste, estão ligados à luta política geral do Paraná e do Brasil, principalmente envolvendo os três partidos mais fortes daquele período histórico: Partido Social Democrático, União Democrática Nacional e Partido Trabalhista Brasileiro. O próprio desenvolvimento posterior da região, com a mecanização da lavoura e com a mudança da produção de subsistência para produção para exportação, está ligado ao Modelo Econômico implantado no Brasil após 1964.

### 3 ESTRUTURA AGRÁRIA DO SUDOESTE DO PARANÁ

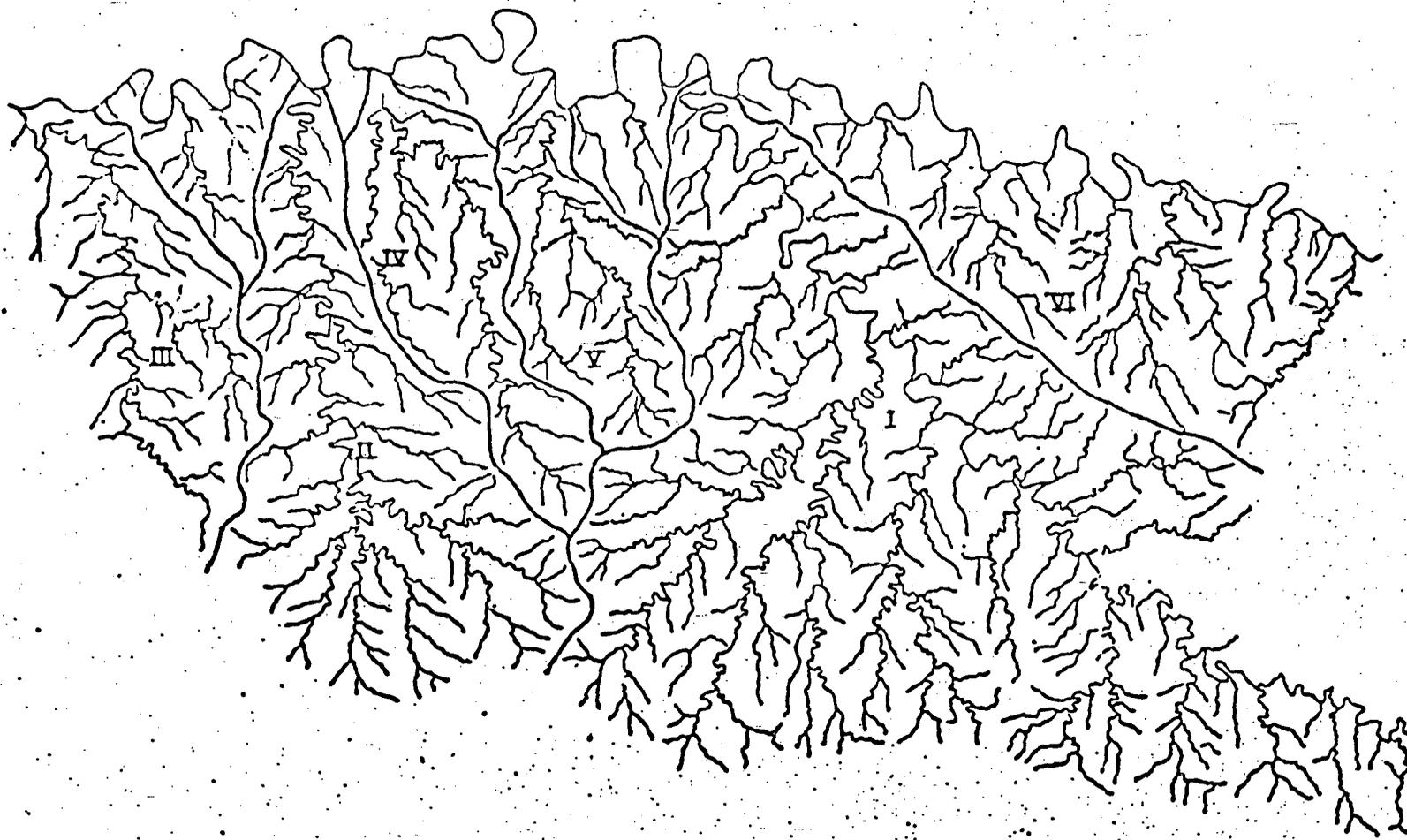
#### 3.1 ASPECTOS GEOGRÁFICOS

O Sudoeste do Paraná representa 6,65% do território paranaense. A região está localizada ao Sul do Rio Iguçu, seu limite norte, separando-a do Oeste Paranaense, fazendo fronteira a Oeste com a Argentina, ao sul com o Estado de Santa Catarina e a leste com os Municípios de Mangueirinha e Clevelândia.

A região acha-se situada no Terceiro Planalto paranaense, com terras de composição ácida e que correspondem aos patamares basálticos que descem suavemente do sul para o norte até o Vale do Iguçu. Os patamares assim dispostos são responsáveis pela formação de redes hidrográficas paralelas na direção sul norte e pelo acúmulo dos sedimentos levados pelos afluentes ao vale de sua bacia principal e da acumulação nas margens do Rio Iguçu, que recebe as águas de todas as bacias da região: - Bacia do Rio Chopim; Bacia do Rio Capanema; Bacia do Rio Santo Antonio; Bacia do Rio Cotegipe e Bacia do Rio Jaraçatiã (Mapa nº 2).

O clima é subtropical, abaixo de 25º de latitude sul com vegetação em que se destacam as araucárias, já em extinção, sendo um aspecto marcante da paisagem natural. As araucárias - que segundo Othon Mader - somavam cerca de dez milhões - já não se encontram em abundância devido ao desmatamento para a ocupa-

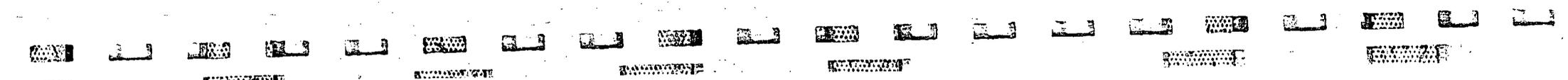
# MAPA 2 - HIDROGRAFIA DO SUDOESTE DO PARANÁ



## SIMBOLOGIA

- I - B. do Rio Chapim
- II - B. do Rio Copanama
- III - B. do Rio S. Antônio
- IV - B. do Rio Coligipo
- V - B. do Rio Jaracatiá
- VI - Pequenas Bacias e Afluentes diretos do Rio Iguapé
- — Divisores de Águas

FONTE: Planejamento Microrregional, elaborado pela SUDESUL e AMSOP, no ano de 1975



ção agrícola e a extração de madeira para as indústrias locais. As chuvas são freqüentes e bem distribuídas durante todo o ano.

Esses aspectos geográficos são úteis e necessários ao estudo do povoamento do Sudoeste do Paraná. Sabe-se que o desenvolvimento social e econômico de uma região está intimamente ligado aos aspectos geográficos, principalmente clima, vegetação, fertilidade do solo.

Ocorreu a grande migração interna em demanda da região, entre outros motivos, em virtude das condições ecológicas existentes.

Portanto é nessa região com clima saudável, terras férteis, rica vegetação, bom sistema hidrográfico, que grande leva de paranaenses, gaúchos e catarinenses se localizaram e estruturaram uma economia e uma sociedade progressistas.

### 3.2 ASPECTOS HISTÓRICOS

Sendo o Sudoeste do Paraná uma região fértil e rica foi muito disputada, causando conflitos jurídicos, políticos e sociais. A Argentina e o Brasil disputaram a região. Os Estados do Paraná e Santa Catarina também entraram em conflito pela região. Os conflitos pela posse das terras da região envolveram, também a Cia de Estradas de Ferro São Paulo-Rio Grande, a CITLA, o Governo Federal, o Governo do Paraná e, principalmente, os posseiros.

#### 3.2.1 Disputas Entre a Argentina e o Brasil

Durante muitos anos a Argentina e o Brasil disputaram a rica região do Sudoeste do Paraná. Ao ser definida a linha di-

visória entre os dois países, a Argentina reivindicou que a fronteira fosse pelos Rios Chapecó e Chopim (portanto o Sudoeste do Paraná pertencia à Argentina). O Brasil defendia que a fronteira Ocidental seguisse os rios Santo Antonio e Peperiguaçu. Não houve, contudo, acerto entre os dois países no tocante a linha divisória. Para decidir a referida disputa, os dois países escolheram, em 1889, o Presidente dos EEUU para, como árbitro, decidir o referido problema (Ver mapa nº 3).

O Presidente Floriano Peixoto mandou a Washington o político e diplomata Barão do Rio Branco que, com mapas e documentos irrefutáveis, defendeu a causa do Brasil. Finalmente, em 5 de fevereiro de 1895, o Presidente dos EEUU, deu ganho de causa ao Brasil, declarando que toda a parte do território das Missões, situado entre os Rios Iguazu e Uruguai, até os afluentes Santo Antonio e Peperiguaçu, pertencia ao Brasil. Sô a partir de 1895 a região passou a pertencer oficialmente ao Brasil. Chegou, assim, ao fim a chamada Questão das Missões ou de Palmas.

### 3.2.2 Disputa Entre o Paraná e Santa Catarina

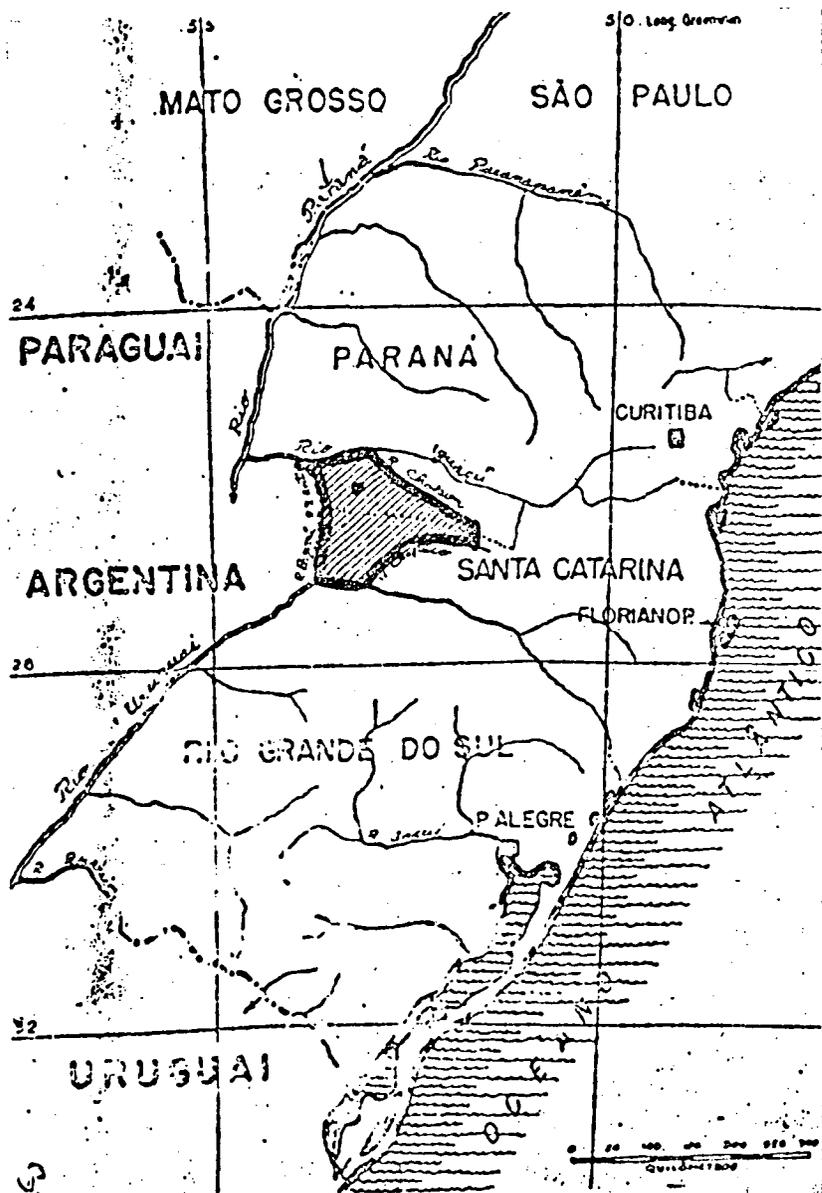
Resolvido o problema com a Argentina, continuou a pendência entre os Estados do Paraná e de Santa Catarina, a respeito da região em estudo.

As divergências sobre as divisas regionais vêm desde o Brasil Colônia.

Inicialmente a região era disputada por São Paulo e Santa Catarina, principalmente a partir da fundação de Lages, por Morgado de Mateus, no ano de 1776.

A partir de 1853, quando foi criada a Província do Pa-

MAPA 3 - REGIÃO DISPUTADA PELO BRASIL E ARGENTINA



FONTE: "Folha do Sudoeste", de 24.09.1977, página 13

ranã, a disputa continuou entre o Paraná e Santa Catarina. As duas Províncias brasileiras reivindicaram a posse dessa rica e fértil região (Ver Mapa nº 4).

Foi uma disputa longa. Na fase final de luta jurídica, Rui Barbosa foi advogado do Paraná e Epiácio Pessoa defendeu Santa Catarina.

Depois da Guerra do Contestado, os dois Estados assinaram o acordo de fronteira no dia 20 de Outubro de 1916. Afonso Camargo assinou pelo Paraná e Felipe Schmidt firmou por Santa Catarina. O referido acordo foi confirmado pelo Presidente da República, Wenceslau Braz, sendo que a maior parte das terras em litígio passou para Santa Catarina.

Portanto, a região do Sudoeste do Paraná só passou a pertencer ao Estado do Paraná após a assinatura do acordo de 20 de outubro de 1916.

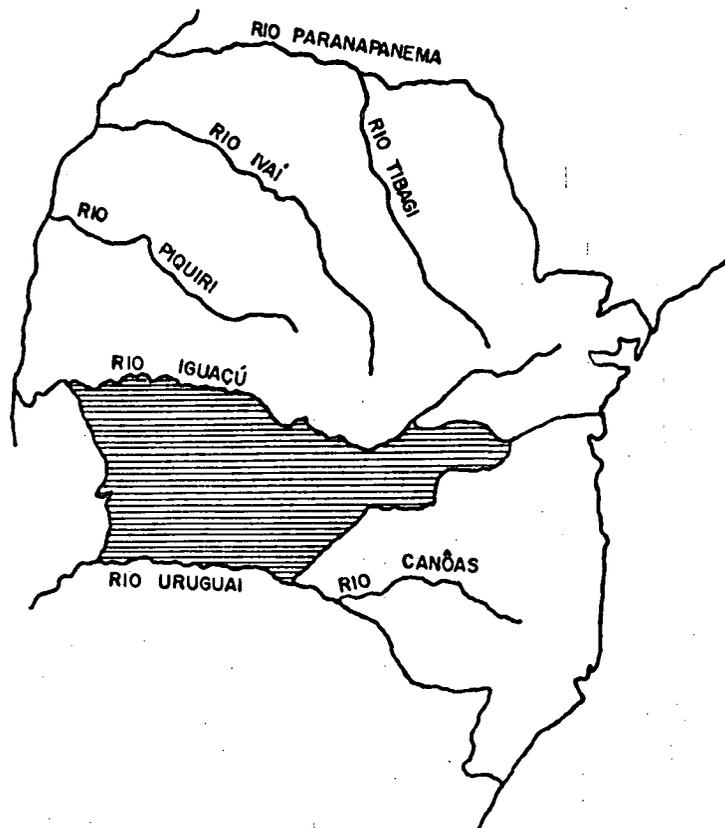
### 3.2.3 Disputa Entre o Estado do Paraná e a Cia de Estradas de Ferro São Paulo-Rio Grande

Quando as frentes pioneiras começaram a chegar ao Sudoeste do Paraná o valor das terras aumentou e a cobiça pelas terras cresceu. A situação ficou grave, pois houve períodos em que para a mesma área de terra existiam cinco "proprietários": - CITLA, Pinho e Terra, empresa de colonização, pertencente ao grupo Dalcanale, Governo do Estado do Paraná, Governo Federal e o posseiro.

Inicialmente, tenta-se esclarecer a origem do conflito entre dois pretendentes às terras do Sudoeste: - a Companhia de Estradas de Ferro São Paulo-Rio Grande e o Estado do Paraná.

A história vem de longe. Desde o Império. Pelo Decreto

MAPA 4 - REGIÃO DO CONTESTADO



nº 10.432, de 09.11.1889, o engenheiro João Teixeira Soares obteve, para a companhia que viesse a organizar, uma concessão para a construção de uma estrada de ferro entre Itararé a Santa Maria da Boca do Monte, compreendendo um ramal que, descendo de Guarapuava, até o Rio Iguaçu, fosse acompanhando-o até sua foz, no Rio Paraná. A referida concessão cedia, gratuitamente, terras devolutas em uma zona máxima de trinta quilômetros para cada lado do eixo das linhas.

Em 14 de novembro de 1889 foi assinado o contrato entre o Ministério do Visconde de Ouro Preto e João Teixeira Soares. A assinatura ocorreu, portanto, um dia antes da queda do Império.

No dia 7 de abril de 1890, porém, o Governo Republicano, pelo Decreto nº 305, efetivou o Decreto Imperial com pequenas alterações.

Em 1890, João Teixeira Soares transferiu seus direitos a Compagnie des Chemins de Fer Sud Ouest Brasilien, de Bruxelas.

Em julho de 1891 a Cia Belga concedeu os mesmos direitos para a Cia. Industrial dos Estados do Brasil. Finalmente, em 1893, a mesma concessão foi transferida para a Companhia de Estradas de Ferro São Paulo-Rio Grande, que era subsidiária da Brazil Railway Company.

O Governo do Estado do Paraná assinou contratos com a CEFSPRG para a construção de estradas de ferro e já começou a titular terras à referida Cia. Em 17 de julho de 1913 o Presidente do Paraná, Carlos Cavalcanti de Albuquerque, titulou a Gleba Chopim com a área de 715.080.142 m<sup>2</sup>. Mais tarde em 01 de outubro de 1920, o Presidente do Paraná, Caetano Munhoz da Rocha, titulou para a mesma Cia a Gleba Missões com a área de

4.257.100.00 m<sup>2</sup>. O território das Glebas Missões e Chopim representa quase todo o atual Sudoeste do Paraná. Portanto, quase toda a região foi titulada para a mesma Companhia.

A CEFSPRG recebeu títulos de terras, também em outros locais do Paraná, sempre como retribuição a estradas de ferro construídas ou a construir.

Vitoriosa a Revolução de 1930, o General Mario Tourinho assumiu o Governo do Estado do Paraná como Interventor. O novo Governo do Paraná começou a estudar as concessões de terras feitas a CEFSPRG e constatou irregularidades, inclusive o não cumprimento do contrato por parte da referida Cia. Em seguida, pelos Decretos n<sup>os</sup> 300 e 29, de 30.11.1930 e 05.01.1931, anulou algumas daquelas concessões. Entre as titulações anuladas estavam as das Glebas Missões e Chopim. Com essa medida o território do Sudoeste do Paraná voltou ao domínio do poder público.

A Companhia de Estradas de Ferro São Paulo-Rio Grande, porém, não se conformando com os referidos Decretos, entrou com recurso na justiça para garantir a posse das referidas terras.

Começou, assim, uma disputa jurídica, entre o Estado do Paraná e a CEFSPRG sobre a propriedade das terras no Sudoeste do Paraná.

#### 3.2.4 Disputa Entre o Governo do Paraná e o Governo Federal

A empresa Brazil Railway Company atuava no Brasil. Era um "trust" com ramificações nos quatro cantos do Brasil. Possuía 14 empresas, sendo uma delas a CEFSPRG.

Para salvaguardar os interesses da União e os direitos de terceiros, o governo do Presidente Getúlio Vargas, pelos

Decretos nºs 2.073 e 2.436, de 08.03.1940 e de 22.07.1940, incorporou todos os bens da Brazil Railway Company ao patrimônio nacional.

O artigo 1º do Decreto nº 2.436, estabelece o seguinte:

Ficam incorporados ao Patrimônio da União, com as ressalvas do artigo 5. (...) os bens e direitos existentes no território nacional da Brazil Railway e, com seus ativos e passivos, as seguintes empresas dela dependentes: Empresas de Armazéns Frigoríficos; Southern Brazil Lumber and Colonization Company; Companhias Industriais Brasileiras de Papel; Brazil Land Castle And Packing Company; Companhia Port Of Pará; **Companhia de Estradas de Ferro São Paulo - Rio Grande**; Southern São Paulo Railway Company; Companhia Mogiana de Estradas de Ferro; Sorocabana Railway Company; Companhias de Estradas de Ferro Norte do Paraná; Compagnie Auxiliares de Chemins de Fer du Brazil e Compagnie du Port du Rio Grande do Sul.<sup>1</sup>

Assim, a CEFSPRG era uma das 14 empresas incorporadas ao Patrimônio Nacional. Entre os bens estavam as Glebas Missões e Chopim, ou seja, o território do Sudoeste do Paraná. Todos os bens incorporados passaram a ser administrados pela Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional.

Após a incorporação, a pendência sobre a propriedade das Glebas Missões e Chopim, que antes era entre o Paraná e a EFSPRG, continuou existindo mas agora entre o Governo Estadual e o Governo Federal.

<sup>1</sup>LAZIER, Hermógenes. Francisco Beltrão: 25 anos de lutas, de trabalho e de progresso. Edição Histórica, 1977.

### 3.2.5 Disputas Entre a CITLA e o Governo Federal

Uma das empresas que mais tumultou o desenvolvimento do Sudoeste do Paraná foi a CITLA. A partir de 1950 ela começou a atuar na região. Os emissários da CITLA apareceram como proprietários das Glebas Chopim e Missões e passaram a vender a referida área em lotes aos posseiros e demais interessados.

Foi o começo de um grande drama.

Convém esclarecer, inicialmente, de que forma a CITLA conseguiu o título das terras da região, trazendo sofrimento, suor e lágrimas aos moradores do Sudoeste do Paraná.

#### 3.2.5.1 José Rupp

A história começou com José Rupp, em Santa Catarina. O cidadão José Rupp obteve, no início do século, do governo catarinense, autorização para extrair erva-mate e madeira no planalto catarinense.

Acontece, porém, que a mesma Cia. de Estradas de Ferro São Paulo-Rio Grande recebeu do Governo Catarinense, em função de estradas de ferro a serem construídas, a área de terra onde José Rupp estava trabalhando.

Para conseguir expulsar José Rupp das referidas terras, a CEFSPRG ajuizou em Florianópolis, no juízo Seccional, uma ação sumária de manutenção da posse de José Rupp e outros na área explorada pelo mesmo, com embargo e apreensão de depósito de erva-mate já extraída. Em outubro de 1920 foi feita a apreensão judicial.

José Rupp, porém, não se conformando, apelou da decisão judicial. A ação correu os trâmites legais e, em 07 de julho 1925 foi reconhecida a posse de José Rupp nas terras em lití-

gio, bem como da erva-mate e da madeira apreendidas. Agora foi a CEFSPRG que não se conformou com a decisão e recorreu ao Supremo Tribunal Federal. O maior órgão de justiça brasileira, em decisão de 07 de maio de 1938, confirmou a sentença em favor de José Rupp. Assim sendo, a disputa judicial durou 18 anos. José Rupp foi vencedor na justiça mas sofreu prejuízos pela interrupção em suas atividades relacionadas com erva-mate e madeira.

José Rupp ajuizou na 1ª Vara Cível da Capital Federal uma ação ordinária de indenização para fixar o quantum que lhe devia a CEFSPRG pelos prejuízos causados.

Em 11 de novembro de 1945, ação foi julgada e a referida Cia. foi condenada a pagar a José Rupp a importância de Cr\$ 4.720.000,00 e mais os juros de mora e custos calculados desde janeiro de 1938.

Convém esclarecer que, com a incorporação ao Patrimônio Nacional, em 1940, de todos os bens da Cia, ficou, logicamente, o Poder Público Federal com o encargo das dívidas da mesma Cia.

José Rupp deveria receber, portanto, a indenização, do Poder Público Federal.

De 1945 a 1950, José Rupp lutou de todas as maneiras para conseguir receber a referida indenização. Propôs, inclusive, vários acordos. Nada conseguia. Suas propostas eram sempre indeferidas.

Em 1950 ele fez a última proposta de acordo, solicitando que lhe fosse dada, em pagamento da indenização, a Gleba de Missões. A referida proposta foi indeferida pelo Superintendente, em 01 de julho de 1950.

### 3.2.5.2 CITLA

A entrada da Clevelândia Industrial Territorial Ltda. (CITLA) na transação comercial das terras do Sudoeste do Paraná efetuou-se em 26 de julho de 1950. Nessa data José Rupp cedeu seu crédito à CITLA. A partir, portanto, de 26 de julho de 1950, o Poder Público deveria pagar a indenização não mais a José Rupp e, sim, à CITLA.

A partir daí aconteceu o "milagre" conforme documentação existente, aquilo que era ilegal passou a ser legal. Aquilo que era indevido passou a ser legítimo. Aquilo que era indeferido passou a ser deferido.

Com a entrada da CITLA na problemática do recebimento da indenização, todas as portas se abriram, e, em 17 de novembro de 1950, foi acertado, entre a CITLA e a Superintendência das empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, o acordo sobre a indenização.

O acordo foi a titulação para a CITLA da Gleba Missões e parte da Gleba Chopim como pagamento daquele débito.

Conforme exposto anteriormente, em 01 de julho de 1950, fora indeferido um pedido de José Rupp para que fosse paga a indenização apenas com a Gleba Missões.

A mesma Superintendência acertou o acordo, agora com a CITLA, titulando não só a Gleba Missões mas, também, parte da Gleba Chopim.

Porque houve mudança de atitude? Que poderes possuía a CITLA para conseguir em tão pouco tempo transformar o errado em certo, o ilegal em legal?

Consta que o Governador do Paraná Moisés Lupion era um dos sócios da CITLA. O partido político que governava o Paraná era

o mesmo que governava o Brasil - PSD.

O escândalo do acordo foi cognominado de "A maior bandalheira da República".

Dessa forma, a CITLA entrou no sudoeste do Paraná e acarretou males aos posseiros e demais moradores da região.

### 3.2.5.3 Ato Ilegal e Imoral

A titulação para a CITLA da Gleba Missões e parte da Gleba Chopim foi um ato imoral e ilegal.

Foram titulados à CITLA, 484.680 hectares de terras numa região rica e fértil, para pagamento de uma dívida originariamente de Cr\$ 4.720.000,00.

Sobre o assunto, o Senador da UDN do Paraná, Othon Mader, em discurso no Senado da República, disse o seguinte:

Terras que pouco ou nada lhes custaram, são vendidas a Cr\$ 8.000,00 cada alqueire e os pinheiros que lhes ficam de graça, são vendidos ao preço de Cr\$200 cada árvore. Multiplicando estes preços unitários pelos milhares de alqueires e pelos milhões de pinheiros têm elas (CITLA, Paraná e Apucarana) lucros fabulosos que atingem a bilhões de cruzeiros. Segundo uma estimativa feita pelo "Grupo Lupion" nas terras de que se apôsou fraudulentamente, e que tem a área de 198.000 alqueires, cerca de quatro vezes o Distrito Federal, a quantidade de pinheiros ali existentes é de dez milhões (10.000.000). Na mencionada base de preços, as terras valem Cr\$ 1.584.000,00 e os pinhais valem Cr\$ 2.000.000,000. Portanto o valor daquele patrimônio é de Cr\$ 3.584.000.000. Esse patrimônio que é constituído das Glebas "Missões" e "Chopim" foi transferido da União para a CITLA, por escritura fraudulenta e já anulada, pela ínfima quantia de Cr\$ 8.000.000. O preço pago pela CITLA (Grupo Lupion)

foi de 0,2% do valor das Glebas. A lesão sofrida pela União em seu patrimônio foi enorme. Tão grande foi, que já não é uma lesão, mas um roubo.<sup>2</sup>

Em 5 de janeiro de 1951, Antonio Vieira de Melo, Superintendente das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, encaminhou o processo da referida titulação ao Tribunal de Contas da União. No dia 9 de janeiro de 1951, o referido Tribunal, após estudar o processo, recusou o registro daquela escritura.

Em 14 de abril de 1951, pelo Ofício nº 730, o Tribunal de Contas remeteu ao Congresso Nacional o processo, onde se lê:

Esse Tribunal tendo presente o processo encaminhado pelo Ofício nº 2 de 3 de janeiro do ano em curso, da Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, relativa a escritura pública de doação e pagamento celebrada em 17.11.1950 entre a Superintendência citada e a Sociedade Clevelândia Industrial Territorial Ltda (CITLA) resolveu, em 9 de janeiro do corrente ano, recusar o registro de escritura, preliminarmente, por que não houve prévia autorização do Senado Federal como determina o parágrafo 2, artigo 156 da Constituição Federal.<sup>3</sup>

Consustancia-se, assim, a ilegalidade da matéria em discussão.

<sup>2</sup> MADER, Othon. Discurso no Senado. p. 32.

<sup>3</sup> LAZIER, Hermógenes. Francisco Beltrão: 25 anos de lutas, de trabalho e de progresso. Edição histórica, 1977. p.11.

#### 3.2.5.4 Ação da União

Imediatamente após ter conhecimento da ilícita escritura de doação, o 4º Procurador da República, devidamente autorizado pela Procuradoria Geral, solicitou que o Procurador do Estado do Paraná tomasse todas as providências judiciais e administrativas no sentido de impedir a transcrição daquela escritura no Registro Geral de Imóvel. A seguir a União promoveu protesto judicial e fez publicar editais nos jornais de circulação no Sul do País, advertindo terceiros de boa fé contra qualquer ato de alienação ou oneração dos bens dados em pagamentos, atos que não reconhecia por bons e legais.

Acontece, porém, que a CITLA obteve a transcrição da referida escritura de doação em pagamento. Diante disso a União ingressou com uma ação sumária de cancelamento de transcrição, julgada procedente em primeira instância, conforme sentença do juiz de Direito Substituto da 1ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba.

Em 16 de maio de 1951, a União obteve sua reintegração liminar de posse dos referidos imóveis.

Posteriormente, os Ministérios da Fazenda e da Agricultura, atendendo determinação do Presidente da República no Processo nº 79228, solicitaram da Superintendência e do Ministério Público Federal, medidas judiciais em defesa dos interesses da "Colônia Agrícola Nacional General Osório". (CANGO), já em funcionamento na Gleba Missões.

Os fatos estão mostrando que o ato de doação em pagamento para a CITLA, vem sendo combatido, contestado e julgado em todos os setores da administração, desde a própria Superintendência até a Presidência da República.

Passaram mais de 30 anos e a Justiça até hoje ainda não resolveu a disputa entre a CITLA e a União em torno das terras da Gleba Missões e parte da Gleba Chopim.

Tem havido, de parte a parte, apelações, interposições, embargos, petições, agravos, interdições, acordos, mandatos de segurança, etc., ora ao Tribunal Federal de Recursos, ora ao Supremo Tribunal Federal, ora a outras instâncias inferiores da justiça, sem uma decisão.

### 3.2.6 A Desapropriação e o GETSOP

Para solucionar o problema das terras e dos posseiros, enquanto o Poder Judiciário não der o seu veredicto definitivo, o Governo Federal desapropriou e declarou de utilidade pública a Gleba Missões e parte da Gleba Chopim.

O Decreto nº 50.379, que desapropriou as terras, foi assinado em 27.03.1961, pelo Presidente Jânio Quadros.

Em 19.03.1962, o Decreto nº 51.431, assinado pelo Presidente João Goulart, criou o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP), com a finalidade de programar e executar os trabalhos necessários a efetivação da desapropriação.

Atuando na região dentro dos parâmetros do dinamismo, honestidade e eficiência, o GETSOP cumpriu sua missão.

Mais de 40 mil títulos de terras foram fornecidos.

Os posseiros tornaram-se proprietários.

Depois da disputa entre o Brasil e a Argentina; entre os Estados do Paraná e Santa Catarina; entre a CEFSPRG e o Estado

do Paraná; entre o Estado do Paraná e o Governo Federal; entre a União e a CITLA, finalmente depois de tantas disputas, as terras ricas e férteis do Sudoeste do Paraná foram tituladas a seus verdadeiros donos: OS POSSEIROS.

Como se vê, foi a atuação do GETSOP que contribuiu para a legalização da terra e, conseqüentemente, para a aplicação da justiça social na região.

### 3.3 POVOAMENTO E COLONIZAÇÃO

#### 3.3.1 Primeiros Núcleos Populacionais

O território do sudoeste do Paraná foi, como se viu no capítulo anterior, muito disputado.

Trata-se de região de fronteira com outros países. Próximas à fronteira, ainda no século passado, foram criadas três colônias Militares: - Foz do Iguaçu, Chopim e Chapecô.

A região está localizada a margem esquerda do Rio Iguaçu e é banhada pelos Rios Chopim, Jaracatiã, Cotegipe, Capane-  
ma, Santo Antonio.

Este território pertencia ao Município de Clevelândia que, em 16 de outubro de 1884, pela Lei Provincial nº 789, foi elevado à categoria de Freguesia com a denominação de Bela Vista de Palmas e pela Lei nº 28, de 28 de junho de 1891, foi elevado a Município. Trocou de nome de Bela Vista de Palmas para Clevelândia, em 29 de março de 1909, pela Lei nº 862. Em 1900, o Município de Clevelândia possuía cerca de 3.000 habitantes.

No início do século existiam poucos povoados na região. Um deles, denominado Canela, teve início em 1919, sendo elevado à categoria de Distrito Judiciário em 1927, com a denomina-

nação de Bom Retiro, onde encontra-se hoje a sede do Município de Pato Branco.

Existiam desde 1903 os povoados de Barracão e Santo Antonio na fronteira da Argentina.

Desde o início do século existia, também, o povoado de Santana.

Outro núcleo populacional era Campo-Erê, na divisa entre o Paraná e Santa Catarina.

Afora esses povoados existiam alguns moradores dispersos, inclusive fugitivos da Justiça.

### 3.3.2 Primeiros Caminhos e Estradas

Sendo região de fronteira os primeiros caminhos e estradas estiveram a cargo de militares.

Já em 1888 o Ministério da Guerra criou uma comissão com vários encargos, entre os quais continuar a estrada de rodagem, que parte da cidade de Porto União com destino a Palmas. A referida Comissão era Chefiada pelo Capitão Belarmino Augusto de Mendonça Lobo. Já anteriormente, em 1864, o Dr. André Fleury, Presidente da Província do Paraná, havia determinado a abertura de uma estrada passando por Porto da União, por Palmas e seguindo para o Sudoeste em busca da fronteira e rumo ao Rio Paraná.

Logo no início do Governo Washington Luiz, foi determinada a construção de uma rodovia entre a estação de São João, da Estrada de Ferro São Paulo Rio-Grande, até Barracão. Para esse fim foi organizada uma Comissão Militar sob a direção do Engenheiro Militar José Osório. O trabalho da referida Comissão foi interrompido a partir da vitória da Revolução de 1930.

A comissão designada para estudar a localização da colônia na Região trata do assunto no relatório datado de 22 de julho de 1942 (Anexo I).

A comissão estuda detalhadamente o problema das estradas para facilitar o escoamento da produção da região. É o caso da Estrada Estratégica São João-Barracão, com 400 Km que, na época, tinha 240 Km com trânsito regular e outros 160 Km estavam em construção. A referida estrada passava por Palmas, Clevelândia, Pato Branco, Santana e Campo Erê. Entre União da Vitória e Palmas a estrada já estava macadamizada. A comissão afirmava que, após concluída esta estrada,

teremos conseguido uma das melhores estradas estratégicas do Brasil, posto em comunicação importante tronco ferroviário do Paraná com a fronteira Argentina.<sup>4</sup>

Além dessa estrada principal, várias picadas existiam na região, principalmente em demanda para a fronteira da Argentina, destinadas à passagem de cargueiros de erva mate e de varas de suínos.

<sup>4</sup>Ibid. p. 14

### 3.3.3 A Erva-Mate e a Criação de Porcos

O Sudoeste do Paraná constitui uma das novas regiões agrícolas do Paraná, povoada por agricultores gaúchos e catarinenses descendentes de imigrantes italianos e alemães. Isso ocorreu a partir de 1943 com a instalação da Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO).

Anteriormente a região foi povoada por pioneiros de origem luso-brasileira, pobres, que se dedicavam à extração de erva-mate e à criação de porcos.

Sobre o assunto foi publicado um trabalho de Roberto Lobato Correa, na Revista Brasileira de Geografia nº 32 intitulado: "O Sudoeste Paranaense Antes da Colonização".

Desde o início do século já existia o extrativismo da erva-mate na região. O comércio era feito com o território das Missões Argentinas. Em 1903, funcionava uma Coletoria Estadual no povoado de Dionísio Cerqueira.

Para a extração e o comércio da erva-mate os argentinos organizaram várias empresas na fronteira. A mais importante foi a Pastoriza que, no ano de 1930, chegou a possuir 35 000 hectares de terras com muito erval.

A erva-mate da região, depois de "sapecada" e "cancheada" era vendida, principalmente em Barracão e em União da Vitória. Alguns vendiam também em Palmas e Clevelândia. A erva-mate, assim como outros produtos, era levada no lombo de burros, em cargueiros, pelas picadas existentes.

Os luso-brasileiros da região vendiam em Barracão e União da Vitória erva-mate, charque, farinha de biju, toucinho, porco e compravam sal, açúcar, querosene, pólvora, chumbo, caixas de bala, tecidos.

Para muitos moradores da região a erva-mate funcionava como um banco. Cortavam as folhas, sapecavam e acondicionavam em cargueiros, levando ao mercado, onde trocavam por mercadorias.

A criação de porcos na região é tão antiga quanto a extração da erva-mate. De maio a outubro cuidavam da colheita da erva-mate e de novembro a abril dedicavam-se mais à criação de suínos.

Em 1920, no município de Clevelândia existiam, segundo o censo, 12 000 cabeças de suínos e a lavoura de milho, que fornecia parte da alimentação dos suínos, ocupava mais de 90% do total da área de lavoura. A suinocultura era a segunda atividade econômica da região e após a queda da erva-mate, passou a ser a principal fonte de renda do Sudoeste do Paraná.

A criação de porcos na região era realizada na forma mais primitiva.

Uma das formas era o "porco alçado", ou a criação de porcos soltos no mato, quando eram alimentados daquilo que a vegetação fornecia, principalmente de pinhão. O único trato era fornecer sal aos suínos.

O outro modo de criação de suínos era o sistema de "safra". O safrista plantava grandes áreas de milho e depois soltava o porco na roça, onde ele era parcialmente engordado.

Esses dois sistemas requeriam grandes áreas de terra e pouco povoadas. Com o povoamento em grande escala da região a forma de criação de suínos sofreu modificações, sendo aperfeiçoada e adaptada às novas condições.

O porco era vendido, principalmente, em União da Vitória, Guarapuava, Ponta Grossa e Jaguariaíva.

Além da extração da erva-mate e da criação de suínos,

os luso-brasileiros do Sudoeste do Paraná, praticavam também, culturas de subsistência, além da pesca e da caça. Outra atividade desenvolvida pelos pioneiros do Sudoeste era a cria o de burros, cavalos e bovinos.

#### 3.3.4 A CANGO

Era pouco povoada a região quando vários reservistas do Exército Nacional solicitaram, apoiados no Decreto-lei n  1968 de 17 de janeiro de 1940, a doa o de lotes de terra na faixa de fronteira. Os referidos processos começaram a percorrer os vários órgãos do Governo Federal. Mostra bem tal situa o o ofício n  477, de 16 de junho de 1941, enviado pelo General Francisco José Pinto, Secretário Geral do Conselho de Seguran  Nacional, ao Ministro da Agricultura (Anexo II).

O referido ofício afirmava que muitos soldados, após o serviço militar, requereram lotes de terra na fronteira com a Argentina, levando a Divis o de Terras e Coloniza o a propor a cria o de um núcleo colonial naquela região.

Depois de discussões foi resolvido designar uma Comissão para escolher o local para instalar a referida colônia. O Ministério da Agricultura comunicou o fato ao Conselho de Seguran  Nacional em data de 8 de novembro de 1941, pelo seguinte ofício:

"Tenho o prazer de comunicar a V. Excia. que pelas portarias nós 445, de 26 de setembro e 520, de 21 de outubro, designei o agrônomo do fomento agrícola, classe K, SYLVANO ALVES DA ROCHA, o agrônomo cafeicultor, classe K, ANTONIO ALVES DE ARAÚJO e o engenheiro classe L, ENÉAS CALANDRINI PINHEIRO para constituirem a comissão que deverá escolher as terras na fai-

xa de 10 léguas da fronteira que foram reivindicadas pela União, não só nos arredores da Foz do Iguassu, como nas vizinhanças de centros de consumo de outros Estados fronteiriços, destinados a fundação de colônias militares, previstas pelo Decreto-lei nº 1 351, de 16 de junho de 1939, e reguladas pelo Decreto-lei nº 1 968, de 17 de janeiro de 1940".<sup>5</sup>

A Comissão designada pelo Ministério da Agricultura para escolher o local da colônia esteve, inicialmente, em Curitiba. Em contato com o Estado Maior do Exército e com o Departamento de Terras e Colonização do Paraná, foi verificado ser conveniente começar o estudo na zona fronteiriça Barracão-Santo Antônio em vez de fazê-lo pela Foz do Iguaçu.

A referida comissão em relatório faz detalhado estudo da região: - limites e confrontações, clima, agricultura, cursos d'água, reservas florestais, fauna, vias de comunicação e conclui pela criação de uma colônia agrícola com sede no local denominado Separação (Anexo I).

O relatório foi aprovado pelo Ministério da Agricultura, Apolônio Sales, em 14 de agosto de 1942, que sugeriu para a colônia o nome de General Osório.

Finalmente, em 12 de maio de 1943, o Presidente Getúlio Vargas baixou o Decreto 12 417, nos seguintes termos:

"O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 74, letra A, da Constituição e na conformidade do disposto do Decreto-lei nº 3 059, de 14 de fevereiro de 1941, Art. 109 fica criada a Colônia Agrícola Nacional General Osório, no Estado do Paraná, na faixa de 60 Km da

<sup>5</sup>Ibid. p. 13.

fronteira na região Barracão-Santo Antônio em terras a serem demarcadas pela Divisão de Terras e Colonização do Departamento Nacional de Produção Vegetal do Ministério da Agricultura. Parágrafo Único: A área a ser demarcada não será inferior a 300 mil hectares".<sup>6</sup>

O Decreto nº 12 417 foi, de fato, o marco jurídico no povoamento do Sudoeste do Paraná.

Convém esclarecer que a área de 300 mil hectares nunca foi definitivamente demarcada.

### 3.3.5 O Posseiro

Após a criação oficial da CANGO em 1943, teve início, efetivamente, o povoamento da região.

Antes da criação da CANGO, o Sudoeste do Paraná possuía poucos povoados e poucos habitantes.

Quase todo o Sudoeste do Paraná foi povoado por posseiros.

Posseiro é "Indivíduo que pretende ter a posse legítima de terras por ele desbravadas"<sup>7</sup> ou "aquele que está de posse de uma terra devoluta"<sup>8</sup>.

Como foi visto anteriormente, a propriedade da terra na região estava sendo questionada na Justiça e por essa razão os seus primeiros habitantes não podiam receber o título de propriedade. Eles eram, quase todos, posseiros. Existiam, porém, dois tipos de posseiros. A maioria deles foi trazida para a

<sup>6</sup> Ibid.

<sup>7</sup> ENCICLOPÉDIA Brasileira Mérito. Volume 16. p.44.

<sup>8</sup> Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa. Caldas AULETE. p. 2902.

região pela CANGO. Eram os posseiros oficiais. Recebiam da CANGO somente um protocolo. Outros eram aventureiros que se localizaram na região, construíram seus ranchos e começaram a produzir. O termo posseiro, portanto, estava ligado a duas situações, que representavam bem a realidade local.

Alberto Passos Guimarães em "Quatro Séculos de Latifúndio", inclui análise histórica da posse da terra no Brasil:

"Todavia, muito mais importante que a do colono, nesse mesmo processo, a que este também mais tarde se incorporará, é a figura do posseiro ou intruso, principalmente o posseiro intruso nativo, que enfrenta, primeiro, o poder latifundiário, desde tempos mais recuados, quando nenhuma lei o protege, nada senão sua própria audácia o ampara.

Ao atacar de frente todo-poderoso sistema latifundiário, ao violar as suas draconianas instituições jurídicas, a posse passa à história como a arma estratégica de maior alcance e maior eficácia na batalha secular contra o monopólio da terra.

Intrusos e posseiros foram os percursores da pequena propriedade camponesa. A princípio nos intervalos entre as sesmarias, depois orientaram-se para as terras devolutas, e não raramente, para as áreas internas dos latifúndios semi-explorados. A força da repetição desses atos de atrevimentos e bravura, pelos quais pagaram com a vida, foi que o sagrado e até então intangível monopólio colonial e feudal da terra começou a romper-se.

É verdade que nem sempre a posse serviu à pequena propriedade, não se ignorando que através dela também se constituíram vários latifúndios. Mas se aos latifúndios estavam abertos todos os caminhos e todas as possibilidades de formação e expansão, à pequena propriedade quase não restava, durante os primeiros séculos, se não uma única via de acesso: a posse".<sup>9</sup>

<sup>9</sup>GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro Séculos de latifúndio. p. 102.

Também Rui Cirne Lima tratando da posse da terra, escreveu:

"Apoderar-se de terras devolutas e cultivá-las tornou-se coisa corrente entre os nossos colonizadores e tais proporções essa prática atingiu o que pode, com o correr dos anos, vir a ser considerada como modo legítimo de aquisição do domínio, paralelamente a princípio e após, em substituição ao nosso tão desvirtuado regime de sesmarias. Depois da abolição das sesmarias, então a posse passou a campear livremente, ampliando-se de zona a zona à proporção que a civilização dilatava a sua expansão geográfica. Era a ocupação, tomando o lugar das concessões do Poder Público, e era, igualmente, o triunfo do colono humilde, do rústico desamparado, sobre o senhor de engenhos e fazendas, o latifundiário sob o favor da metrópole. A sesmaria é o latifúndio, inaccessível ao lavrador sem recursos. A posse é, pelo contrário - ao menos nos seus primórdios - a pequena propriedade agrícola, criada pela necessidade, na ausência de providência administrativa sobre a sorte do colono livre e vitoriosamente firmada pela ocupação".<sup>10</sup>

A história do posseiro é a história de muita luta, de muito sacrifício, de muito heroísmo.

A passagem do posseiro para proprietário encontra obstáculos de toda ordem, desde a ação violenta e arbitrária do grileiro, a ação burocrática e lenta da Justiça e até mesmo a política de apadrinhamento do Poder Público Estadual.

Na Revista "O Trabalhador Rural", publicação periódica da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (de nº 5/6 de maio/junho de 1976), encontra-se o seguinte:

<sup>10</sup>LIMA, Ruy Cirne. Pequena história territorial do Brasil. Sesmarias e Terras Devolutas. 1954. p. 47.

51

"Em documento recentemente encaminhado a CONTAG e as autoridades, a Federação dos Trabalhadores na agricultura do Estado do Amazonas denuncia os crimes que vem sendo cometidos contra posseiros do Município de Maués a mando da família Negreiros, pretensa proprietária de mais de 800 milhões de metros quadrados de terras naquela região. O clima de violência e tensão é constante na área. São freqüentes as destruições de casas, roças e guaranazais, bem como a fuga precipitada de posseiros sob tiros de espingarda o que já resultou, inclusive, na morte de um deles".<sup>11</sup>

Esse é apenas um exemplo e mostra que o acontecido no Sudoeste do Paraná em 1957 não foi um caso isolado e único. Os grileiros e seus jagunços continuam atuando em várias regiões do Paraná e do Brasil. Essa luta entre posseiros e grileiros é constante em quase todos os processos de colonização, não só no Brasil como em todo o mundo.

### 3.3.6 Gaúchos, Paranaenses e Catarinenses

A região do Sudoeste do Paraná vem sendo povoada, desde fins do século passado. Aliás, era povoada pelos pré-colombianos, antes de 1500. Muitos castelhanos vieram à região em busca de erva-mate. O mesmo aconteceu com paranaenses, principalmente de Palmas, que se dirigiram aquela área para extrair erva-mate, e, também para a criação de suínos. Na região, inclusive, localizavam-se fugitivos da justiça.

Até 1940 existiam poucos povoados no Sudoeste do Paraná. Era uma região quase desligada do resto do Brasil. O vínculo era maior com a Argentina.

<sup>11</sup>O Trabalhador Rural. Números 5 e 6. 1976. p. 5.

Pode-se afirmar que o povoamento efetivo ocorreu a partir de 1942 com a criação da CANGO.

Entre os posseiros que povoaram o Sudoeste do Paraná, a partir da criação da CANGO, muitos vieram do Noroeste do Rio Grande do Sul. O povoamento do Rio Grande do Sul foi o resultado, entre outros fatores, da expansão do capitalismo europeu. Os migrantes europeus recebiam no Noroeste do Rio Grande do Sul lotes de terras de 60 hectares. Aos poucos o tamanho das propriedades foi diminuindo. Baixaram para 44,30 hectares e finalmente o tamanho médio da propriedade chegou a 25 hectares. Enquanto diminuía o tamanho da propriedade aumentava a população, principalmente pelo alto índice de natalidade.

Essa fato levou ao empobrecimento dos colonos, que foram forçados, assim, a procurar novas terras.

Entre outras regiões, deslocaram-se para o Sudoeste do Paraná, principalmente por ser a ecologia semelhante ao Noroeste do Rio Grande do Sul.

Sabe-se que a CANGO era um Órgão Público Federal e os lotes de terra eram distribuídos gratuitamente, o que era mais um fator que favorecia a grande migração interna para a região.

A CANGO realizava relatórios anuais ao Ministério da Agricultura, prestando contas de suas atividades. Estudando os relatórios e o cadastro da CANGO constata-se o seu grande crescimento populacional: 2.529 habitantes, em 1946; 4 956, em 1948; 7 147, em 1950 e 15 284, em 1956. Portanto, a população aumentou de 1946 a 1956 em 504%. Repetia, assim, o fenômeno da migração para o Norte do Paraná com a cultura do café.

Entre os 4 956 habitantes cadastrados em 1948, 4 849 eram brasileiros e 107 eram estrangeiros.

Dos brasileiros, 1 940 eram naturais do Paraná; 1 813 do Rio Grande do Sul; 1 065 eram de Santa Catarina; 10 de São Paulo; 10 do Rio de Janeiro; 9 da Bahia e 2 do Espírito Santo. Dos 107 estrangeiros, 70 eram naturais da Argentina; 7 da Finlândia; 7 da França; 6 da Pol nia; 5 da Espanha; 3 da Alemanha; 3 do Paraguai, 2 da Bélgica, 1 da Áustria e 1 de Portugal.<sup>12</sup>

Apesar da predominância de paranaense, gaúchos e catarinenses a popula o era constituída de pessoas vindas de 7 Estados do Brasil e de 10 países do mundo (ver quadro n  3).

Verificando o cadastro da CANGO pode-se concluir que o grau de alfabetiza o da popula o era regular. Dos 4 956 cadastrados em 1948, 1 245 eram alfabetizados. Eram analfabetos, portanto 75% do total da popula o, incluindo as crianças. Em 1956, dos 15 284 cadastrados, eram alfabetizadas 4 585 pessoas. O número de analfabetos era de 10 699, 70% do total. Convém esclarecer que dos 15 284 habitantes, 7 299 estavam em idade escolar.

Em síntese, o Sudoeste do Paraná teve um crescimento demográfico bastante expressivo. A região rica, a terra fértil e gratuita e as obras realizadas pela CANGO atraíam pessoas de toda parte. Era a marcha para o Sudoeste.

O aumento da popula o levou a CANGO a realizar obras para atender as necessidades dos novos habitantes. A CANGO construiu estradas e pontes para facilitar a locomo o de pessoas e a produ o. A CANGO construiu uma serraria, inicialmente em Santa Ana e depois em Santa Rosa, para serrar madeira para a constru o de casas aos colonos. A CANGO construiu o pri-

<sup>12</sup>Cópias de Relatórios da CANGO.

QUADRO 3 - RESUMO DA POPULAÇÃO CADASTRADA PELA "CANGO" NO ANO DE 1948

| BRASILEIROS             |       | ESTRANGEIROS    |                |
|-------------------------|-------|-----------------|----------------|
| Bahia .....             | 9     | Alemanha .....  | 3              |
| Espírito Santo .....    | 2     | Argentina ..... | 70             |
| Paraná .....            | 1 940 | Austria .....   | 1              |
| Rio Grande do Sul ..... | 1 812 | Bélgica .....   | 2              |
| Rio de Janeiro .....    | 10    | Espanha .....   | 5              |
| Santa Catarina .....    | 1 065 | Filândia .....  | 7              |
| São Paulo .....         | 10    | França .....    | 7              |
| Soma .....              | 4 848 | Itália .....    | 2              |
|                         |       | Paraguai .....  | 3              |
|                         |       | Polônia .....   | 6              |
|                         |       | Portugal .....  | 1              |
|                         |       | Soma .....      | 107            |
|                         |       |                 | 107            |
|                         |       |                 | TOTAL... 4 955 |

FONTE: Cadastro da "CANGO"

meiro hospital e instalou a primeira farmácia levando para a região o primeiro médico, Dr. Eduardo Winter, o primeiro farmacêutico e o primeiro dentista. Construiu as primeiras serralha, marcenaria, olaria, cerâmica, ferraria, oficina mecânica para atender os primeiros habitantes. A CANGO construiu a primeira escola, inaugurada em 3 de maio de 1948 e contratou a primeira professora, Idalina Zancan.

A CANGO realizou na região um eficiente trabalho de povoamento e colonização, construindo obras de infra-estrutura, dinamizando a vida social e cultural da comunidade, dando um impulso para o grande progresso que o Sudoeste possui hoje.

### 3.3.7 A Produção

A criação e atuação da CANGO contribui para a inserção do Sudoeste do Paraná no setor produtivo estadual. Inicialmente, porém, era produção para subsistência.

A CANGO era uma colônia ligada ao Ministério da Agricultura. O Administrador fazia relatórios anuais, informando sobre as principais realizações da colônia. Segundo os referidos relatórios a produção das famílias cadastradas foi a seguinte:

## TRIGO

|      |               |            |               |
|------|---------------|------------|---------------|
| 1947 | 27 241 kg     | Valor Cr\$ | 54 842,00     |
| 1948 | 95 305 kg     | Valor Cr\$ | 190 610,00    |
| 1949 | 901 605 kg    | Valor Cr\$ | 1 803 210,00  |
| 1950 | 1 438 571 kg  | Valor Cr\$ | 3 506 427,00  |
| 1956 | 137 600 Sacas | Valor Cr\$ | 44 032 000,00 |

## MILHO

|      |              |            |              |
|------|--------------|------------|--------------|
| 1947 | 915 877 kg   | Valor Cr\$ | 430 443,00   |
| 1948 | 2 481 401 kg | Valor Cr\$ | 1 240 700,00 |
| 1949 | 2 152 810 kg | Valor Cr\$ | 1 076 405,00 |
| 1950 | 1 901 574 kg | Valor Cr\$ | 950 787,00   |
| 1956 | 59 850 Sacas | Valor Cr\$ | 3 591 000,00 |

## FEIJÃO

|      |              |            |               |
|------|--------------|------------|---------------|
| 1947 | 71 842 kg    | Valor Cr\$ | 107 763,00    |
| 1948 | 248 572 kg   | Valor Cr\$ | 372 885,80    |
| 1949 | 265 029 kg   | Valor Cr\$ | 397 543,00    |
| 1950 | 891 573 kg   | Valor Cr\$ | 891 573,00    |
| 1953 | 40 000 Sacas | Valor Cr\$ | 16 564 000,00 |

## SUÍNOS

|      |                |            |              |
|------|----------------|------------|--------------|
| 1947 | 3 489 Cabeças  | Valor Cr\$ | 1 395 600,00 |
| 1948 | 8 957 Cabeças  | Valor Cr\$ | 2 799 000,00 |
| 1950 | 20 235 Cabeças | Valor Cr\$ | 7 082 250,00 |

## GADO

|      |             |            |            |
|------|-------------|------------|------------|
| 1947 | 265 Cabeças | Valor Cr\$ | 397 500,00 |
| 1948 | 312 Cabeças | Valor Cr\$ | 520 000,00 |
| 1950 | 370 Cabeças | Valor Cr\$ | 440 000,00 |

<sup>13</sup> Ibid.

Além da produção de trigo, milho, feijão, criação de suínos e gado, a Colônia produzia, também, batata, fumo, erva-mate, uva e outros produtos (Ver Anexo VII).

Estudando os principais produtos da região, encontra-se o seguinte quadro: a produção de trigo aumentou 11.891% em 4 anos; a produção de milho aumentou 1.122%; a produção de mandioca aumentou 858% e a produção de arroz aumentou 857%.<sup>14</sup>

No ano de 1949, porém houve queda em alguns produtos.

Pelos gráficos nºs 1 e 2 pode-se constatar, que no ano de 1949 a produção de milho diminuiu 13,22% em relação à produção do ano anterior; a produção de arroz diminuiu 55,38%; a produção de mandioca diminuiu 2,46%; a produção de feijão aumentou apenas 6,42%, enquanto que a produção de trigo aumentou 84,9%.

Apesar do grande aumento da produção de trigo, o valor total da produção agrícola da Colônia diminuiu de Cr\$ 6.615.467,70 em 1948 para Cr\$ 6.380.288,70 em 1949.

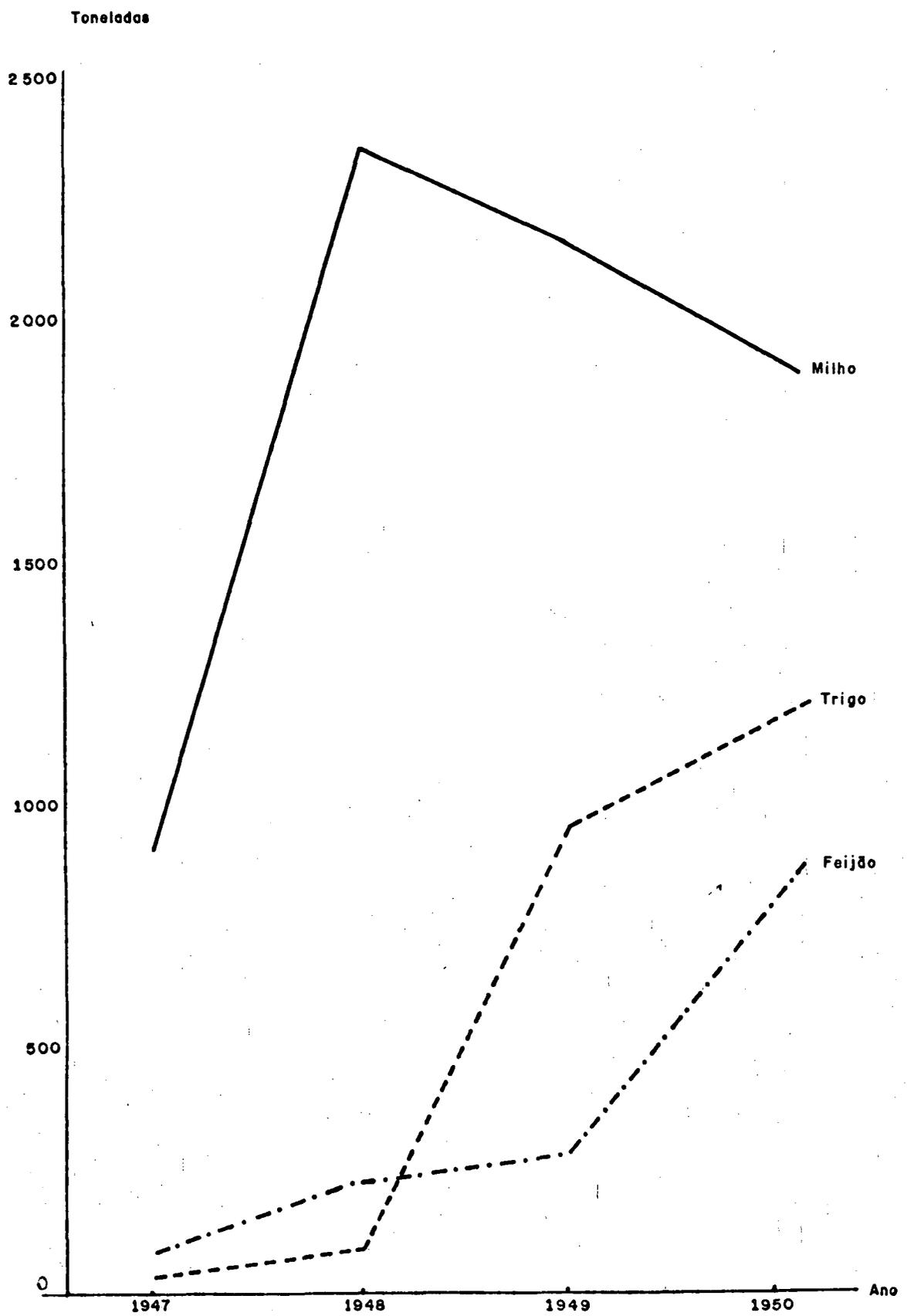
De 1947 a 1950, a população da Colônia aumentou 288,85% e o valor da produção da Colônia aumentou 275,96%, havendo quase uma equivalência.

Se a regra geral é o aumento, quais as razões da queda da produção da maioria dos produtos agrícolas no ano de 1949?

No relatório do exercício de 1948 o Administrador da CANGO, Eduardo Virmond Suplicy, escreveu o seguinte.

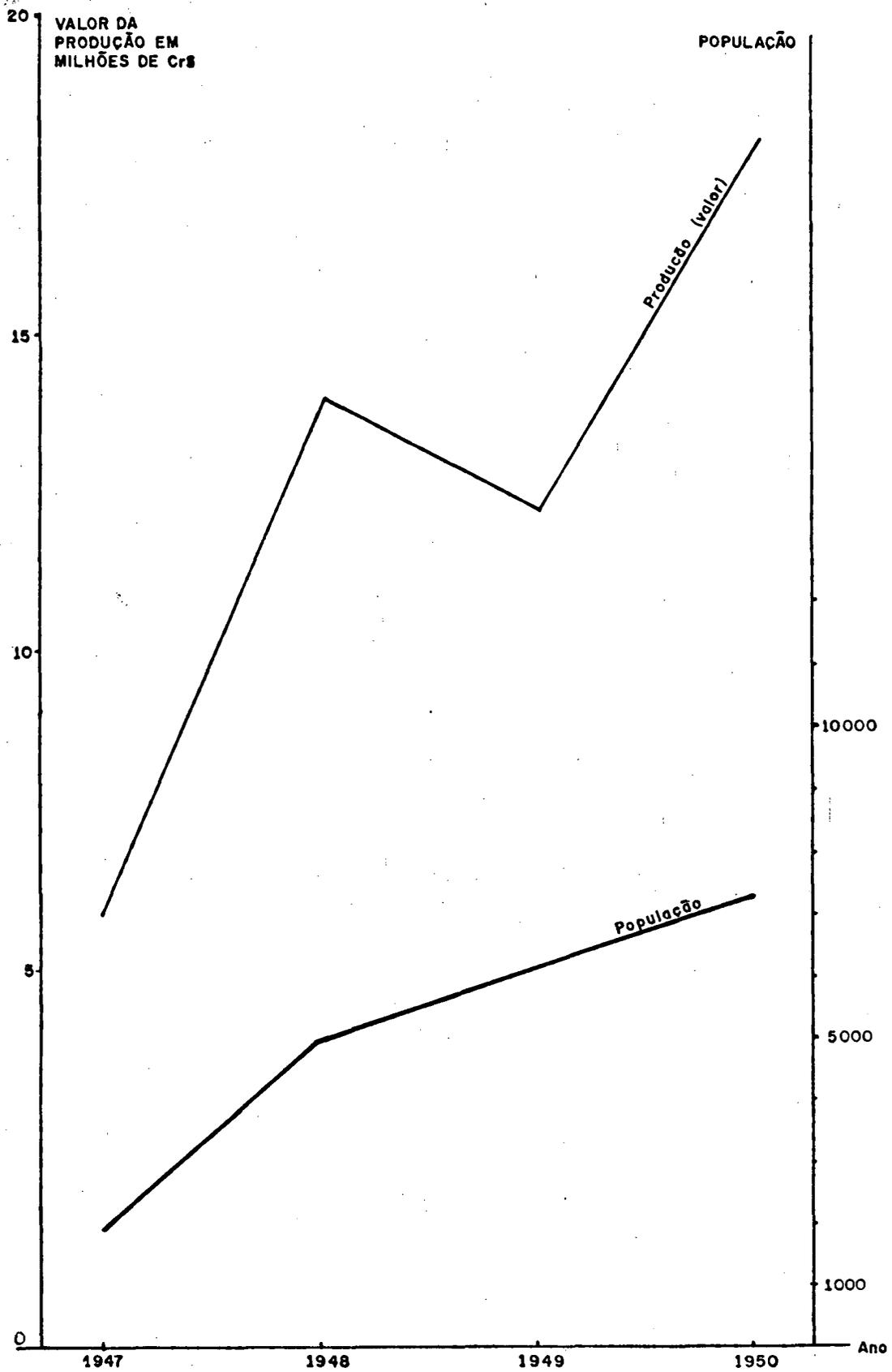
<sup>14</sup>As percentagens foram calculadas pelo Autor.

GRÁFICO 1 - PRODUÇÃO EM TONELADAS DE TRIGO, MILHO, FEIJÃO NO SUDOESTE DO PARANÁ NOS ANOS DE 1947, 1948, 1949 e 1950.



FONTE: RELATÓRIOS DA "CANGO", DOS ANOS DE 1947, 1948, 1949 e 1950.

GRÁFICO 2 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DA "CANGO" E DO VALOR TOTAL DA DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA E PECUÁRIA DE 1947 a 1950.



FONTE : RELATÓRIOS DA "CANGO", DOS ANOS DE 1947, 1948, 1949 e 1950.

É necessário salientar que não foi possível obtermos uma melhor produção, em virtude da forte seca que assolou esta região durante o período de julho a dezembro, o que certamente prejudicará em muito a safra de 1949, principalmente no que se refere ao milho.<sup>15</sup>

Portanto, foi a seca que reduziu a produção no ano de 1949.

No mesmo relatório encontra-se o seguinte sobre a produção de trigo.

É pensamento da administração elevar a produção da Colônia, de modo que, em breve seja uma das principais fornecedoras de trigo da região, motivo este porque solicitou autorização dessa Diretoria para adquirir 2 trilhadeiras. Obtida a autorização fui especialmente ao Rio Grande do Sul escolher a que melhor se adaptasse para os serviços dos colonos e que apresentasse o melhor rendimento, sendo que foi dada preferência a de marca "Eda" tipo 12 com motor, adquiridas pela importância de Cr\$ 39.000,00 cada. Durante o exercício de 1948 foram distribuídas para os colonos as seguintes sementes: 1660 quilos de trigo variedade "Cincana" e "Fontana".<sup>16</sup>

Era grande a preocupação dos administradores da CANGO com relação à cultura tritícola. No relatório do ano de 1949, Eduardo Virmond Suplicy escreveu o seguinte:

Obedecendo as normas técnicas para a triticultura, plantamos em três épocas diferentes com espaço de 20 dias uma da outra; pelos dados estatísticos que anexamos está provado evidentemente que o trigo em nossa região deve ser plantado na segunda época ou

<sup>15</sup> Cópia do Relatório da CANGO.

<sup>16</sup> Cópia de relatórios da CANGO.

melhor no período de julho, haja visto os resultados compensadores apresentados com a experiência feita. Merece especial destaque o alto rendimento apresentado pela variedade "Fontana 2333", quer pela sua elevada percentagem quer pela excelência da qualidade, temos mesmo a satisfação de declarar que triticultores da zona sul que tem nos visitado ultimamente, ficam boquiabertos e mesmo extasiados com as surpreendentes vantagens alcançadas pelos nossos colonos plantadores de trigo, sendo que muitos deles tem adquirido trigo na Colônia e que se destinam a sementeiras, o que vem comprovar a ótima qualidade do trigo colhido na área territorial da Colônia, isto graças a assistência técnico-instrutiva que vimos dando aos nossos agricultores.<sup>17</sup>

Com relação ao povoamento e colonização do Sudoeste do Paraná foi decisivo, como se pode ver, o papel da CANGO.

Ela atraiu colonos de diversas procedências, distribuindo terras gratuitamente, mediante o fornecimento de protocolo, criando assim, a figura do posseiro oficial.

### 3.4 ATUAÇÃO DA CITLA

#### 3.4.1 Grileiros e Jagunços na Região

GRILO é a "Propriedade territorial fundada em título falso" e grileiro é o "indivíduo que grila terra".<sup>18</sup>

GRILO é a "Propriedade territorial legalizada por meio de título falso; negociata; negócios desonestos de que se ti-

<sup>17</sup>Cópia de Relatórios da CANGO.

<sup>18</sup>Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa CALDAS AULETE. p. 1792.

ram proveitos" e grileiro é "indivíduo que procura apossar-se de terras alheias mediante falsas escrituras de propriedade.<sup>19</sup>

Pelo que foi visto anteriormente a CITLA conseguiu o título da Gleba das Missões e parte da Gleba Chopim de forma ilegal e imoral.

Não resta dúvida que a CITLA organizou um GRILLO, era uma grileira.

Foi atuando como grileira que a CITLA, em 1950, apareceu na região do Sudoeste do Paraná e começou a tumultuar o trabalho de povoamento e colonização da CANGO.

#### 3.4.2 Reações contra a ação da CITLA

A primeira reação dos habitantes da região em defesa de suas posses ocorreu em 1951.

No dia 3 de setembro de 1951 foi constituída uma Comissão permanente para a garantia da segurança e do progresso da região.

Foi elaborado um documento assinado por 251 pessoas, entre comerciantes, industriais, ocupantes de terra, profissionais liberais, tomando posição a respeito do litígio existente sobre a legitimação das terras do povoado de Marrecas e adjacências. Foi organizada uma Comissão Permanente, formada por vinte pessoas, tendo como Presidente o Dr. Rubens da Silva Martins, com a função de cuidar dos direitos dos habitantes de Marrecas (Anexo III).

<sup>19</sup> ENCICLOPÉDIA Brasileira Mérito. Volume 10. p. 102.

Não sō o povo, mas tambēm, as autoridades começaram a tomar posiçāo a respeito do assunto.

Em outubro de 1951, a CANGO recebeu do Diretor de Divisāo de Terras e Colonizaçāo do Ministērio da Agricultura, Renato Gonçaves Martins, o Ofício nº 1887, o qual transcreve a resposta do Procurador da Repūblica a uma consulta do Ministērio da Agricultura sobre a escritura pūblica de doaçāo celebrada entre as empresas incorporadas ao patrimōnio da Uniāo e a CITLA. O referido documento mostra bem a audācia da CITLA que oferecia para a instalaçāo da CANGO uma ārea de terra que pertencia ao prōprio governo (Anexo IV).

Apesar de contestado judicialmente seu tītulo de propriedade, a CITLA começou a atuar no Sudoeste do Paranā, prejudicando o trabalho da CANGO.

Tendo em vista a açāo prejudicial feita pela CITLA, o novo Administrador da CANGO, Glauco Olinger, em data de 08.06.1953 enviou o seguinte telegrama ao Ministērio da Agricultura:

Comunico-vos que recebi hoje mandato Juiz Clevelāndia Dr. Josē Zantute sentido paralizar colocaçāo colonos sob pena de mūlta de 5.000,00 por localizaçāo mais 500,00 por dia atē cessar mesma pt Referido mandato acusa-me violar direitos propriedade colocando colonos Gleba Missōes propriedade CITLA onde se acha a CANGO pt Solicito imediatamente instruções se devo paralizar entrada colonos ou se posso continuar admitindo-os pt Presente estamos recebendo 5 famīlias diāriamente.<sup>20</sup>

<sup>20</sup> LAZIER, Hermōgenes. Francisco Beltrāo: 25 anos de lutas, de trabalho e de progresso. Ediçāo Histōrica, 1977. p.19.

Em novo telegrama de 10.06.1953, o Administrador mostra as conseqüências sociais e políticas prejudiciais ao prestígio do Poder Público Federal.

O referido telegrama diz o seguinte:

Termos referida citação estão sendo cumpridos não sem graves conseqüências para inúmeras famílias oriundas do Rio Grande demanda CANGO ora amontoados cabeceira ponte estrada colônia em situação verdadeiramente alarmante para desprestígio colonização Nacional.<sup>21</sup>

Por outro lado, em telegrama de 11.06.1953, constata-se que a CITLA começou a vender terras:

CITLA escritório montado cidade Marrecas vendendo lotes da CANGO situada zona onde construímos estradas preços 25.000,00 acordo informação comprador.<sup>22</sup>

Apesar das advertências do Administrador da CANGO, apesar da imoralidade e ilegalidade da titulação para a CITLA, apesar dos danos causados aos novos colonos, as autoridades do Ministério da Agricultura recuaram da firme atitude que vinham tomando. É o caso do Ofício nº 4135, de 31.12.1953, que a CANGO recebeu do Diretor da Divisão de Terras e Colonização, com o seguinte teor:

De acordo com entendimentos estabelecidos entre essas diretorias, o Sr. Procurador Geral da República e os representantes da CITLA, recomendo a suspender a colonização de novos colonos nessa colônia até que aquela autoridade se pronuncie sobre a materia em caráter definitivo. Esclareço, outrossim, que providências imediatas

<sup>21</sup> Ibid.

<sup>22</sup> Ibid.

deverão ser adotadas por parte da CITLA  
segundo ainda entendimento acima.  
Atenciosas saudações  
Renato Gonçalves Martins - Diretor.<sup>23</sup>

Dessa forma a CITLA, desde 1953, tumultuava a vida da região.

Inicialmente era um conflito entre a CITLA e a CANGO. Mais tarde foi entre os posseiros e a CITLA e culminou com a revolta de 1957.

Os homens da CITLA forçavam os posseiros a comprar as terras onde moravam. Exigiam do posseiro uma entrada e a assinatura de notas promissórias. É o caso de Vital Francio, que comprou uma área de 15 alqueires por Cr\$ 66.000,00, próxima à cidade de Francisco Beltrão. Pagou Cr\$ 16.000,00 em 01.07.1957 e assinou duas notas promissórias no valor de Cr\$ 25.000,00 cada uma.

Sabedores da ilegalidade de sua ação, os homens da CITLA tinham pressa. Queriam arrecadar a maior quantidade possível de dinheiro no menor tempo. Para isso implantaram o terror. Empregavam bandidos, jagunços para forçar os posseiros a lhes entregar o dinheiro. Cometeram muitas irregularidades, criando um clima de instabilidade social.

Muitas vezes começaram a se levantar contra a atuação da CITLA, quer no Poder Legislativo, quer no Poder Judiciário, quer no Poder Executivo e principalmente entre os posseiros, que, em 1957, pegaram em armas para fazer valer os seus direitos.

<sup>23</sup> Ibid.

### 3.4.3 Posição do Conselho de Segurança Nacional

A ação da CITLA na região criou uma situação de insegurança. Os jagunços da CITLA implantaram o terror.

O problema tornou-se mais grave por tratar-se de área de segurança nacional, ou seja, por ser uma região dentro da faixa de fronteira.

O estabelecimento de faixa de fronteira paralelamente às divisas internacionais objetivam a defesa do país. O assunto sobre faixa de fronteira foi tratado pela primeira vez no art. 1º da Lei Imperial nº 601, de 18 de setembro de 1850, quando diz:

Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra. Exceptuam-se as terras situadas nos limites do Império com países estrangeiros em uma zona de 10 léguas, os quais poderão ser expedidos gratuitamente.<sup>24</sup>

Os artigos 82, 83, 84 e 85 do Decreto nº 1318, que regulamentou a Lei nº 601, esclarecem a respeito do aproveitamento da área de terra da faixa de fronteira.<sup>25</sup>

No tempo do Império, portanto, a faixa de fronteira era de 66 quilômetros. Atualmente é de 150 quilômetros. No Paraná a faixa de fronteira abrange atualmente 75 Municípios, 150 mil propriedades rurais, seis milhões de hectares de terra e contribui com 10% da produção agrícola do Estado do Paraná.<sup>26</sup>

<sup>24</sup>BONFIM, Antenor Ribeiro. Terras devolutas e faixa de fronteira. Jornal Estado do Paraná de 22.06.1980. p.14.

<sup>25</sup> Ibid.

<sup>26</sup> Ibid.

Com relação à faixa de fronteira da região em estudo, as condições de povoamento e colonização não foram pacíficas principalmente por divergências no próprio Poder Público, entre o Estado do Paraná e a União.

Sendo a faixa de fronteira considerada de segurança nacional, toda e qualquer transação imobiliária na referida área deve ter o parecer favorável do Conselho de Segurança Nacional.

A CITLA começou a atuar ilegalmente numa área de terra de faixa de fronteira, considerada de segurança nacional e ainda mais onde estava a Colônia Agrícola Nacional "General Osório".

As pessoas e as entidades prejudicadas com a atuação da CITLA, começaram a encaminhar denúncias e reclamações ao Conselho de Segurança Nacional.

A situação agravou-se tanto que o Conselho de Segurança discutiu o assunto em uma de suas reuniões e aprovou importante documento<sup>27</sup> sobre o Sudoeste do Paraná. O referido documento foi encaminhado ao Senado, no dia 4 de abril de 1956, pelo Presidente Juscelino K. de Oliveira.

O documento, em seus 16 considerandos, mostra a ilegalidade do título de propriedade da CITLA, pois não teve o prévio assentimento do Conselho de Segurança Nacional, conforme estabelece o artigo 180 da Constituição, e nem a autorização do Senado Federal, conforme parágrafo 2º, do artigo 153, da Constituição. O documento mostra, também que a CITLA não estava autorizada a funcionar na área pela Comissão Especial de Faixa de Fronteira e nem estava registrada no Instituto Nacional de

<sup>27</sup>Maquis. Novembro de 1957.

Imigração e Colonização (ININ).

A resolução do Conselho de Segurança Nacional sugere várias medidas para garantir a ordem e a tranqüilidade na zona de fronteira e entre elas a remessa de destacamento do Exército para a localidade de Santo Antonio (Anexo V).

#### 3.4.4 Envolvimento do Governo Estadual

Além da CITLA, outras companhias começaram a atuar na região. Entre elas estavam a Comercial e a Apucarana. Todas estavam ligadas ao Grupo Lupion.

Pode-se afirmar que era o Grupo Lupion, através da CITLA, da COMERCIAL, da APUCARANA, com seus jagunços acobertados pelo Poder Público Estadual, o encarregado de arrancar dinheiro dos posseiros, utilizando todas as formas de arbitrariedades.

Em discurso feito no Senado Federal, o Senador paranaense, Othon Mäder, respondendo ao repto do Senador Lupionista Gaspar Veloso, a respeito das arbitrariedades cometidas no Sudoeste do Paraná, nominou 14 mortos, e desaparecidos, 47 vítimas de espancamentos, sevícias, mutilações, estupros, assaltos, saques, incêndios, extorsões, etc., e apresentou também a relação de 59 responsáveis diretos e indiretos, culpados ou cúmplices dos referidos crimes.

Não era para menos, o Grupo Lupion tinha que repor ao Banco do Estado do Paraná, alta quantia em dinheiro. Nilton Rochim, designado pelo Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC) para estudar a situação, apurou o seguinte:

1º - O Grupo João Simões e Camilo Simões, da qual faz parte a firma COMERCIAL e Agrícola Paraná é devedora ao Banco do Estado do Paraná de fabulosa

importância de Cr\$ 656.861.329,90.  
 2º - Que esta dívida é decorrente de notas promissórias expedidas e avaliadas por testas de ferro do mencionado grupo e descontadas por este Banco do Estado do Paraná, ao tempo em que era seu presidente João Simões, o mesmo era sucessor da CITLA.  
 3º - Que a dívida é decorrente de verdadeiro assalto ao referido Banco, que motivou, inclusive a intervenção da SUMOC no estabelecimento bancário em causa, com a nomeação de um interventor.<sup>28</sup>

A ação desesperada do Grupo Lupion no Sudoeste em busca de dinheiro, deve ter ligação com a necessidade de repor ao Banco do Estado do Paraná aquela elevada importância.

A CITLA era parte do Grupo Lupion. Além das evidências, há o inquérito do Banco do Brasil, publicado como suplemento do Diário do Congresso Nacional, nº 26, em 4 de fevereiro de 1953, onde, na página 81, lê-se o seguinte:

Grupo Lupion, constituído pelas empresas M. Lupion & Cia, CITLA, Mineração de Carvão Norte do Paraná, Indústrias Brasileiras de Papel, Serrarias Reunidas Santisi. Muitas dessas empresas, são devedoras da Agência do Banco do Brasil em Curitiba.<sup>29</sup>

O Grupo Lupion, apoiado no Poder Público Estadual, pois Moisés Lupion era Governador do Paraná, dava cobertura à ação arbitrária dos jagunços da CITLA, que prejudicavam o Sudoeste do Paraná.

<sup>28</sup>LAZIER, Hermógenes. Francisco Beltrão: 25 anos de lutas, de trabalho e de progresso. Edição Histórica, 1977. p.20.

<sup>29</sup> Ibid. p. 20

3.4.5 Luta e Vitória dos Posseiros

Os posseiros, quando eram injustiçados pelos jagunços das companhias, procuravam a polícia para ampará-los.

Considerando, porém, que o Governador do Paraná era um dos sócios da CITLA, a polícia ao invés de punir os jagunços pelas suas arbitrariedades, dava cobertura aos mesmos e punia os posseiros reclamantes. A mesma passividade os posseiros encontravam no poder judiciário, que também não atendia aos seus reclamos.

Cansados de serem roubados, cansados de serem massacrados, cansados das injustiças, os posseiros e o povo do Sudoeste do Paraná resolveram colocar um paradeiro aquele estado de coisas, fazendo justiça com suas próprias mãos.

Todo o Sudoeste foi convulsionado.

Pode-se dizer que a reação organizada dos posseiros teve início em agosto de 1957, em Capanema. O primeiro choque violento ocorreu no dia 06.09.1957.

A Revista "Manchete", tratando desse assunto escreveu:

A emboscada do dia 6 de setembro, a qual resultou a morte de um dos agentes da grilagem que abunda a região, foi o grande aviso dos colonos às Companhias CITLA e APUCARANA. Foi uma advertência sangrenta, Mas calou fundo.<sup>30</sup>

Os conflitos foram se ampliando em todo o Sudoeste do Paraná.

<sup>30</sup> Ibid. p. 20.

O jornal "O Estado do Paraná" do dia 04.10.1957 publicou artigo que vai mostrar a gravidade da situação. Do referido artigo é significativo o seguinte trecho:

A despeito dos fortes contingentes de tropas da Força Pública que o governador Moisés Lupion vem enviando para o Oeste do Paraná, encarniçadas batalhas continuam sendo travadas entre colonos e jagunços das Companhias territoriais. Jagunços das colonizadoras principalmente da "Clevelândia Industrial Territorial Ltda" (CITLA) cometeram tantas e tais atrocidades que humildes lavradores se revoltaram e pegaram em armas, reagindo violentamente contra seus opressores. Isso depois de tentarem justiça por parte das autoridades públicas e de comprovarem que os bandidos estão agindo sob proteção direta das autoridades policiais de toda a região. Após os primeiros choques armados, quando cerca de 200 colonos fizeram justiça pelas próprias mãos, fuzilando 7 jagunços, todos os moradores do Oeste do Paraná pegaram em armas para defender suas terras e suas famílias. Várias cidades foram tomadas pelos colonos enfurecidos, os quais fecharam os campos de pouso de aviões com enormes troncos de árvores e derrubaram pontes, deixando esta parte do país completamente isolada do resto do Brasil.<sup>31</sup>

Possivelmente deve haver algum exagero na referida reportagem. Com exagero ou não, a verdade é que a situação na região estava bastante conturbada.

Moradores antigos da região confirmam a gravidade daquela situação. São no município de Verê, 4 choques entre jagunços e posseiros. Em um dos choques foram mortos 14 jagunços e a sede da companhia foi incendiada.

<sup>31</sup>Jornal do Estado do Paraná, 4.10.1957.

Os posseiros e os habitantes da região foram ampliando sua organização e suas lutas.

Finalmente venceram. Tomaram os Municípios de Capanema, Barracão, Santo Antonio, Pato Branco e Francisco Beltrão. A conquista de Francisco Beltrão no dia 10.10.1957, foi o ápice da luta, pois nesta cidade funcionavam os escritórios sedes da CITLA e da COMERCIAL. Era o quartel general dos jagunços.

Dia 11 de outubro de 1957 começou a depredação dos escritórios das Companhias. Tudo foi jogado para a rua, principalmente as notas promissórias. Foi um acontecimento marcante e uma grande festa para os posseiros.

Os posseiros, o povo, foram vitoriosos. Impuseram sua vontade, expulsando da região a CITLA e as demais Companhias e os seus asseclas.

"Francisco Beltrão ocupada por 4 mil pessoas armadas" - afirmavam os jornais, em manchete.

Apesar da cidade de Francisco Beltrão ficar durante três dias nas mãos dos posseiros em armas, não houve nenhuma arbitrariedade, nenhuma injustiça, nenhuma vingança séria. Não houve derramamento de sangue.

Pode-se afirmar que a vitória dos posseiros com pouca violência, deve-se, entre outras razões, à atuação inteligente e ponderada dos líderes do movimento, entre os quais convém destacar Walter Alberto Pecoits e Luis Prolo, e à posição equilibrada do destacamento do Exército sediado em Francisco Beltrão.

A revolta dos posseiros repercutiu no Paraná, no Brasil, e inclusive, no mundo. Os jornais e revistas da época, dedicaram páginas e mais páginas ao importante acontecimento.

Foram significativos os títulos que a imprensa deu a essa página da história do Sudoeste do Paraná. Entre os títulos podem-se citar:

- "Revolta dos Posseiros".
- "Revolução Rural no Sudoeste do Paraná".
- "Guerra dos camponeses contra os Grileiros".
- "Revolta do homem do Campo".
- "Rebelião de Colonos".
- "Exército de Guerrilha".
- "Camponeses Insurretos".
- "Revolta Agrária".
- "Movimento Revolucionário Popular"
- "Levante de Colonos".
- "Revolta de um povo que tudo suportou".
- "Guerra no Sudoeste".

Revelam também, a importância daquele movimento, as manchetes dos jornais e revistas que noticiaram o assunto:

O jornal "Última Hora", de São Paulo, publicou seus artigos, entre outros, com as seguintes manchetes:

"Armas Argentinas na Guerrilha do Paraná".

"Ordens de matar são transmitidas pela Estação de Rádio da Polícia".

"Paraná: a lei é sempre do mais rico e o direito de quem atira primeiro".

"Lavradores Armados atacam e tomam várias cidades do Oeste do Paraná".

"Guerrilheiros famintos ameaçam saquear cidades, vilas e povoados".

"O Presidente do INIC denuncia: crimes revoltantes mancham de sangue as terras do Paraná.".

"Paraná: Pistoleiros e ladrões estão trucidando os lavradores".

"Paraná: sangue na luta pela terra".

O jornal "Estado do Paraná" ao tratar do assunto utilizou, entre outras, as seguintes manchetes:

"Não cumpre o Chefe de Polícia o que prometeu no Sudoeste".

"Pato Branco dominada por uma Junta de Emergência".

"Mais grave que em Alagoas a situa o do Paraná".

"Eminente o deslocamento de tropa Federal para o Sudoeste".

"Prova Othon M der que a CITLA   de Lupion".

"Prisão descabida de um advogado na região Sudoeste".

"Em desespero de causa a CITLA escolhe a violência".

"Retido o Chefe de Polícia em Francisco Beltrão".

"Carlos Lacerda disseca Lupion".

"Verdadeiro arsenal encontrado em Francisco Beltrão".

"Desapareceu do Paraná o império da lei".

A revista "Maquis", do Rio de Janeiro, nas suas reportagens sobre a luta do Sudoeste do Paraná, utilizou as seguintes manchetes:

"Juscelino   cúmplice de Lupion no assalto às terras do Paraná".

"Colonos querem restabelecer o Território do Iguaçu".

"No Paraná até as mulheres pegaram armas para lutar contra os ladrões de Lupion".

"Estã caindo o "Império" do Governador bandoleiro: Lupion".

"Lupion banha de sangue o Paranã".

O jornal "Tribuna do Paranã" publicou suas reportagens sobre o Sudoeste com as seguintes manchetes:

"4 mil armas governam Francisco Beltrão".

"Disposta a reagir a população de Pato Branco".

"Novas armas guarnecem o Palácio Iguazu".

O jornal o "Globo", do Rio de Janeiro, publicou matéria com o seguinte título:

"Procuram incendiar o Paranã e levar fogo a outros Estados".

A revista "Manchete", de 02.11.1957 publicou reportagem intitulada:

"Sob o signo do fuzil a terra da promessa".

O "Diário de Notícias", do Rio de Janeiro, publicou as seguintes reportagens com os seguintes títulos:

"Disposto o Exército a intervir no Paranã".

"Tomada pelos posseiros a cidade de Santo Antonio".

"Batalhões do Exército deslocados para manter a ordem do Sudoeste do Paranã".

"Sugerida a renúncia do Governador como solução para a crise do Paranã".

O jornal "Tribuna da Imprensa", do Rio de Janeiro, também dedicou espaço ao Paranã, com a seguinte manchete:

"Conflito armado aflige o Paranã".

O jornal "Diário da Noite", do Rio de Janeiro, tratou do assunto com as seguintes manchetes:

"Posseiros instituem Governo de fato no Sudoeste do Paraná".

"Responsabilizado o Gov. Lupion pelas chacinas da fronteira".

"Francisco Beltrão ocupada por 4 mil pessoas armadas".

"Retiram-se de Santo Antonio os camponeses insurretos".

O "Diário da Tarde", Jornal de Curitiba que defendia a situação, tratou da revolta com as seguintes manchetes:

"Plano Conspiratório: Em segredo prepara-se o irrompimento de desordens em nosso Estado.

"Polícia Militar perde sua dignidade".

Através das manchetes dos artigos publicados em muitos jornais e revistas fica clara a repercussão da luta dos posseiros do Sudoeste do Paraná.

Foi, não resta dúvida, uma das mais importantes lutas pela terra ocorridas no Paraná e no Brasil. O mais significativo desse movimento é que os posseiros foram vitoriosos. A CITLA foi expulsa da região pelo povo armado.

Os posseiros venceram as companhias colonizadoras que atuavam como grileiras e apoiadas pelo Governo do Paraná.

Em síntese a CITLA prejudicou o desenvolvimento do Sudoeste do Paraná, principalmente em sua ação como grileira e utilizando o terror para forçar os posseiros a comprar-lhes as terras. Para isso utilizou jagunços e contou com a cobertura do Poder Público Estadual.

Os grileiros foram derrotados e os posseiros, com sua vitória, fincaram um marco na história da luta pela terra no Paraná e no Brasil.

### 3.5 A LEGALIZAÇÃO DA TERRA DO SUDOESTE DO PARANÁ

#### 3.5.1 A Luta Política- Eleitoral e a Desapropriação

Na luta que se travou em defesa dos posseiros e contra os grileiros surgiram alguns líderes políticos no Sudoeste do Paraná. Os mais atuantes foram Walter Alberto Peçoits, Luiz Prolo e Ivo Tomazoni.

Após a expulsão dos grileiros e jagunços, a luta continuou para transformar os posseiros em proprietários. Essa bandeira de luta uniu todo o Sudoeste.

Na campanha eleitoral de 1960 para a Presidência da República surgiram, entre outras, a candidatura do Marechal Lott pelo PSD e PTB e de Jânio Quadros pela UDN e pequenos partidos. Uma comissão de líderes da região esteve na Capital Federal para conversar com os candidatos sobre a situação dos posseiros e solicitar providências para a legalização de suas terras.

Inicialmente procuraram o Marechal Lott que não quis assumir compromisso sobre o assunto. Depois foram ao Jânio Quadros, que prometeu, caso fosse eleito, solucionar o problema dos posseiros, desapropriando a área e titulando a terra aos mesmos. Diante da promessa de Jânio Quadros, todo o Sudoeste apoiou-o como candidato, até o PTB local.

Sendo eleito Presidente da República, um dos primeiros atos foi, realmente, desapropriar a área em litígio.

Pelo Decreto nº 50.379, de 27.03.1961, Jânio Quadros desapropriou, declarando de utilidade pública, a Gleba Missões e parte da Gleba Chopim.

Considerando a urgência na solução do problema, o Presi-

70

dente assinou, no dia 25.04.1961, o Decreto nº 50.494 determinando regime de emergência para a desapropriação.

A solução do problema ficaria transferida devido a sua renúncia ao mandato presidencial.

### 3.5.2 Criação e Atuação do GETSOP

Com a renúncia do Presidente Jânio Quadros, assumiu o Poder Executivo o Vice-Presidente João Goulart.

O novo Presidente tomou novas medidas em favor dos posseiros do Sudoeste do Paraná.

Em 19.03.1962, pelo Decreto nº 51.431, o Presidente João Goulart criou o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP), com a finalidade de programar e executar os trabalhos necessários para a efetivação da desapropriação.

O GETSOP estava subordinado ao Gabinete Militar da Presidência da República e era constituído dos seguintes órgãos: Conselho de Segurança Nacional; Procuradoria Geral da República; Comissão de Faixa de Fronteira; Serviço do Patrimônio.

Considerando, porém, que o litígio das referidas terras envolvia o Estado do Paraná, foi assinado no dia 22 de junho de 1962, um acordo entre a União Federal e o Estado do Paraná.

Foi possível o acordo tendo em vista as mudanças ocorridas no Poder Público - quer Federal como Estadual, liderados, respectivamente, por Jânio Quadros e João Goulart e Ney Braga.

Nos vários considerandos do referido acordo consta ser a região Faixa de Fronteira, possuir mais de 200.000 habitantes, ser necessária organizar a propriedade, o trabalho e a produção, preservar a ordem e a tranquilidade social da região.

Depois dos considerandos, os signatários acordaram o seguinte:

"Primeiro: - As terras situadas nas Glebas Missões e Chopim, a primeira com 425.731 hectares e a segunda com 38.720 hectares, dentro das divisas e confrontações mencionadas no Decreto Federal 50.379, de 27 de março de 1961 sendo, como são terras públicas, serão colonizadas pelos órgãos da União e do Estado Federado do Paraná em conjunto, sem qualquer discriminação entre as partes acordantes no que respeita ao domínio.

Segundo: - As partes acordantes constituirão Órgão misto para execução do presente acordo.

Parágrafo Único: O Órgão misto constituído estabelecerá o programa de colonização, podendo solicitar a colaboração de qualquer Órgão da Administração Federal e Estadual e com eles estabelecer convênios.

Terceiro: - A receita decorrente da colonização das áreas referidas será depositada em bancos oficiais em nome do órgão misto para reaplicação direta na própria zona, em cumprimento de programa traçado.

Quarto: - A União prosseguirá a ação expropriatória da Gleba Chopim (parte), sendo sua colonização processada com o Estado do Paraná.

Quinto: - A União prosseguirá a ação expropriatória da Gleba Missões, se porventura vier o Poder Judiciário a reconhecer o domínio sobre a mesma Gleba como pertencente a particulares caso a colonização será procedida também em conjunto.

Sexto: - O Órgão misto expedirá os títulos dos lotes que forem demarcados, observando, rigorosamente, os preceitos constitucionais e legais atinentes à espécie não só da União como do Estado do Paraná.

Sétimo: - Os governos da União e do Estado do Paraná consignarão em suas propostas de orçamentos a serem enviadas aos Poderes Legislativos próprios a partir do ano de 1962, verbas específicas, pleiteadas pelo órgão misto que serão aplicadas no plano de colonização das Glebas, objeto deste instrumento.

Oitavo: - Qualquer que seja o desfecho das ações judiciais em que ainda se empenham as partes acordantes, no que toca às terras objeto deste ins-

trumento, serão respeitadas as cláusulas aqui estabelecidas e em nada serão afetados os títulos que houverem sido expedidos em favor de legítimos agricultores ou posseiros.

Nono: - O órgão misto estabelecerá regimes especiais para venda ou exploração da reserva florestal existente, inclusive firmando convênios com o Instituto Nacional do Pinho e com o serviço Florestal do Ministério da Agricultura visando a defesa da mesma reserva florestal.

Décimo: - As partes acordantes se obrigam a partir desta data a efetivar as necessárias medidas para execução imediata da colonização, solidarizando-se ainda para todos os fins de direitos, contra qualquer ação de particulares que visem pleitear da Justiça a legitimidade do domínio das terras consideradas litigiosas e objeto deste acordo.

E, como tenham assim acordado, assinam os acordantes o presente instrumento em seis vias datilografadas de igual teor, na presença dos que testemunharam o presente ato e adiante assinaram:

Brasília, 22 de junho de 1962 141º da Independência e 74º da República.

Antonio Júlio Vasconcelos; Ney Braga; Gen. Amaury Kruehl; Hélio Dorneles de Mello; Brasília Marques dos Santos Sobrinho; Deni Schwartz; Ildefonso G. de Oliveira; José Burigo.<sup>32</sup>

Após a assinatura do acordo foi baixado o Decreto nº 51.514, de 25 de junho de 1962, instituindo o Órgão misto União Federal - Estado do Paraná, conservando a denominação de GETSOP, mantendo os representantes já designados pelo Decreto de criação e acrescentando mais quatro representantes do Paraná a serem indicados pelo Governador.

<sup>32</sup>WOLF, Luiz Barbosa. GETSOP - Informação 01. Tribuna do Sudoeste.

Dessa forma e a partir de 1962 o problema da posse da terra na região passou a ter uma solução mais conforme as determinações legais.

O GETSOP organizou-se e estabeleceu suas formas de funcionamento.<sup>33</sup>

Entre as suas atribuições constam:

- Projetar e executar a colonização racional das Glebas Missões e Chopim (parte).

- Medir, demarcar e dividir em lotes as Glebas objeto da colonização, de acordo com os projetos aprovados.

- Vistoriar, estudar e decidir a situação dos efetivos ocupantes das terras.

- Estudar a situação das áreas em que se acham localizadas as sedes municipais e distritais para o fim de atribuí-las aos municípios, reservando as áreas necessárias aos serviços públicos federais e estaduais.

- Construção de estradas troncos, para escoamento da produção, e estradas vicinais e de acesso às áreas coloniais e, bem assim, a abertura de arruamentos dos patrimônios.

- Construção e instalação de casas escolares e outros estabelecimentos de ensinos, de acordo com as necessidades da região.

- Instalação de Postos de Mecanização da lavoura com assistência técnica e agropecuária permanente.

- Financiamento para a produção agrícola.

- Requisitar de repartições públicas federais e estaduais os funcionários necessários ao atendimento dos serviços técnicos e administrativos.

- Incentivar o espírito associativo entre os colonos da

<sup>33</sup> GETSOP - Normas para titulações de Patrimônio - 1975.

Região Sudoeste.

Com essas e outras normas o GETSOP começou a atuar. Organizou a sede em Curitiba e o Serviço Executivo na Cidade de Francisco Beltrão. O pessoal necessário aos seus quadros administrativos e técnicos foi constituído de servidores públicos federais, estaduais ou autárquicos requisitados e pessoal contratado com base na CLT.

A estrutura do GETSOP sofreu pequena alteração em 1967. Pelo Decreto nº 60 901, de 26 de junho de 1967, o GETSOP foi vinculado ao Ministério da Agricultura, com a seguinte constituição:

Presidente: - 1 Oficial da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional.

Membros: - 1 Oficial da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, como representante da SG/5 - Faixa de Fronteira; 1 Procurador como representante da Procuradoria Geral da República; 1 Representante do Ministério da Agricultura; 1 Representante do Serviço do Patrimônio da União; 4 Representantes do Estado do Paraná.

O GETSOP atuou no Sudoeste até princípios de 1974. Ele foi extinto quando terminou sua missão, ou seja efetivar a desapropriação, titulando a terra aos seus verdadeiros donos, os posseiros.

A atuação do GETSOP foi uma verdadeira medida de reforma agrária no sentido de que não é só distribuir terras mas também dar assistência ao colono e à região.

O GETSOP programou e executou tais medidas.

As atribuições do Órgão previstas nas normas de organização e funcionamento do GETSOP, foram quase todas executadas.

Pode-se afirmar que o GETSOP concluiu a obra iniciada pela CANGO e interrompida pela atuação da CITLA.

Os dados, mais que as palavras, comprovam a eficiente ação dos Governos Federal e Estadual através do GETSOP, na Gleba Missões e parte da Gleba Chopim.

Os lavradores e moradores da região de posseiros passaram a proprietários. Receberam o título de propriedade da terra onde moravam e trabalhavam.

Até sua extinção, em janeiro de 1974, foram regularizados e expedidos 43.383 títulos de propriedade de terra, correspondentes a 56 963 lotes, sendo 12 413 títulos urbanos e 30.970 títulos rurais. O município que mais títulos recebeu do GETSOP foi Francisco Beltrão com 7 550 títulos, seguido do município de Dois Vizinhos, com 6 492 títulos (Quadro 4).

O GETSOP mediu, demarcou e dividiu em lotes 350 glebas, 8 patrimônios e 30 povoados, totalizando 545.249,64 hectares e 56 917 lotes com um custo total de Cr\$ 1 704.896,42. A medição efetuada revela a existência de pequena propriedade rural. Dos 32 256 lotes rurais medidos, 7 133 (22,11%) possuem menos de 5 hectares (Quadro 5).

Para seu trabalho o GETSOP possuía 18 Jeeps; 3 Pick-up; 2 Rural; 4 Caminhões; 2 Tratores. Possuía também, muitas viaturas emprestadas. Só o DER - 19ª Distrito - o GETSOP havia emprestado 6 Motoniveladoras; 6 Caminhões; 5 Tratores; 2 Rural; Pá-carregadeira e 1 Jeep.

E não é só. As Prefeituras utilizavam, em forma de rodízio, quatro tratores. As cooperativas dos lavradores, também foram beneficiadas pela GETSOP. A cooperativa de Pato Branco foram cedidos 4 Tratores e para a Cooperativa de Francisco Bel-

QUADRO 4 - TÍTULOS DE PROPRIEDADE EXPEDIDOS PELO GETSOP

| NÚMERO DE ORDEM | MUNICÍPIO                      | URBANOS E SUBURBANOS | RURALS |        |
|-----------------|--------------------------------|----------------------|--------|--------|
| 1               | Ampère                         | 979                  | 1 431  |        |
| 2               | Barracão                       | -                    | 223    |        |
| 3               | Capanema                       | 50                   | 2 439  |        |
| 4               | Dois Vizinhos                  | 2 408                | 4 084  |        |
| 5               | Enéas Marques                  | 384                  | 1 911  |        |
| 6               | Francisco Beltrão              | 4 305                | 3 245  |        |
| 7               | Itapejara do Oeste             | 56                   | 138    |        |
| 8               | Peróla do Oeste                | 99                   | 2 163  |        |
| 9               | Planalto                       | 117                  | 2 258  |        |
| 10              | Realeza                        | 1 003                | 1 890  |        |
| 11              | Salgado Filho                  | -                    | 1 073  |        |
| 12              | Salto do Lontra                | 1 077                | 3 823  |        |
| 13              | Santa Izabel do Oeste          | 1 060                | 1 821  |        |
| 14              | Santo Antonio do Sudoeste      | 495                  | 2 770  |        |
| 15              | Verê                           | 352                  | 1 651  |        |
|                 | TOTAL                          | 12 385               | 30 920 |        |
|                 | Vias Públicas                  | 28                   | -      |        |
|                 | Títulos do Estado, Ratificados | -                    | 50     |        |
|                 | TOTAL                          | 12 413               | 30 970 | 43 383 |

QUADRO 5 - DEMONSTRATIVO DOS TRABALHOS DE MEDIÇÃO

| MUNICÍPIO                 | Área Medida<br>em ha. | NÚMERO DE LOTES |         | CUSTO DA MEDIÇÃO<br>Em Cr\$ | NÚMERO DE LOTES COM<br>MENOS DE 5,0 ha |
|---------------------------|-----------------------|-----------------|---------|-----------------------------|--|
|                           |                       | Rurais          | Urbanos |                             |  |
| Ampère                    | 29 644,91             | 1 464           | 1 977   | 28 249,33                   | 181                                    |
| Barracão                  | 4 077,90              | 228             | -       | 24 978,41                   | 51                                     |
| Capanema                  | 37 008,44             | 2 518           | 54      | 199 531,63                  | 496                                    |
| Dois Vizinhos             | 71 385,45             | 4 249           | 5 131   | 266 974,34                  | 1 010                                  |
| Enéas Marques             | 37 143,40             | 1 958           | 996     | 76 655,50                   | 337                                    |
| Francisco Beltrão         | 64 445,73             | 3 305           | 7 761   | 162 136,25                  | 590                                    |
| Itapejara do Oeste        | 2 304,42              | 138             | 119     | 8 094,05                    | 25                                     |
| Pérola do Oeste           | 31 732,36             | 2 290           | 102     | 21 178,43                   | 591                                    |
| Planalto                  | 30 597,79             | 2 337           | 132     | 154 891,88                  | 485                                    |
| Realeza                   | 34 585,27             | 2 012           | 2 869   | 103 939,89                  | 568                                    |
| Salgado Filho             | 25 978,43             | 1 125           | -       | 89 734,12                   | 145                                    |
| Salta do Lontra           | 67 820,96             | 4 012           | 2 331   | 231 472,77                  | 1 054                                  |
| Santa Izabel do Oeste     | 32 153,79             | 1 930           | 1 748   | 64 244,83                   | 578                                    |
| Santo Antonio do Sudoeste | 47 077,89             | 2 973           | 723     | 201 570,91                  | 652                                    |
| Verê                      | 29 322,90             | 1 717           | 718     | 71 244,08                   | 370                                    |
|                           |                       | 32 256          | 24 661  |                             | 7 133                                  |
| TOTAL                     | 545 249,64            | 56 917          |         |                             | 22,11% dos lotes rurais                |

trão 2 tratores.

Dezenas de viaturas do GETSOP trabalharam pelo progresso da região e de seus habitantes.

Não é só na regularização da terra que a ação do GETSOP foi eficiente. Contribuiu para o desenvolvimento da região em vários outros setores. Foram aplicados sob a forma de transferências de capital para as prefeituras dos 15 municípios situados na sua área de atuação o total de Cr\$ 4 289.840,19.

No setor educacional foi significativa a participação no GETSOP. Só no setor de contribuições de escolas o GETSOP construiu 221 unidades, sendo 51 unidades de alvenaria e 170 unidades de madeira.

O GETSOP atuou, também, no controle da exploração florestal, tendo assinado em 13 de março de 1963, convênio com o Instituto Nacional do Pinho com esse objetivo. Ainda visando o reflorestamento, o GETSOP instalou nas proximidades de Francisco Beltrão um horto florestal para a produção e revenda, ao preço de custo, de diversas espécies florestais, principalmente araucária e "pinus eliotis". O horto produziu e distribuiu cerca de três milhões e quinhentos mil mudas.

Preocupado com a qualidade e quantidade da produção agrícola, o GETSOP assinou convênio a ACARPA e CIBRAZEM, e, através do sistema reembolsável, pagável após a colheita, revendeu aos agricultores sementes selecionadas de soja, milho, feijão, trigo e hortaliças, além de adubo e inseticida, tudo a preço do custo. Realizou, inclusive, trabalhos junto aos agricultores da região, incentivando-os para a participação nas cooperativas.

Ainda dentro do mesmo objetivo, incentivou a mecanização

agrícola. Assinou convênio com o GENGE do Ministério da Agricultura e passou a utilizar tratores agrícolas e implementos com o objetivo de demonstrar as vantagens de mecanização agrícola, tendo realizado aproximadamente 22 000 horas de serviços de destoca, aração, gradagem e açudagem.

Foi decisiva a participação do GETSOP na melhoria das estradas para um melhor escoamento da produção. Para esse fim assinou convênio com o 5º Batalhão de Engenharia, com o DER, com as Prefeituras. Foram construídos e melhorados aproximadamente 1.800 quilômetros de estradas, mais de 80 pontes e pontilhões e inúmeros boeiros.

O GETSOP ajudou de todas as formas o Sudoeste do Paraná.

Os dados publicados e que são extraídos do Relatório Final das Atividades do GETSOP, revelam a verdadeira reforma agrária efetuada no Sudoeste do Paraná, na Gleba Missões e parte da Gleba Chopim.

Convém esclarecer que todo esse trabalho foi efetuado por uma organização administrativa bastante simples. O efetivo máximo do órgão foi de 181 pessoas, sendo requisitados alguns funcionários públicos de repartições federais, estaduais e municipais e outros contratados.

O GETSOP foi extinto conforme Decreto nº 73.292 de 11 de dezembro de 1973 do Presidente da República.

### 3.6 RESULTADO DAS TRANSFORMAÇÕES ESTRUTURAIS

Os posseiros do Sudoeste demonstraram coragem e determinação ao pegarem em armas para garantir os seus direitos, os quais só foram concretizados pelo GETSOP.

Os dados dos Recenseamentos Gerais de 1960 e 1970, rea-

lizados e publicados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, comprovam os resultados dos trabalhos do GETSOP.<sup>34</sup>

Em 1960 o Paraná possuía 33.786 posseiros ou terras ocupadas e só no Sudoeste do Paraná localizavam-se 18.166 posseiros, ou seja, 53,77% do Estado. Dez anos depois, no ano de 1970, o Paraná possuía 50.048 posseiros e o Sudoeste 3.707, ou seja, apenas 7,41% do Estado.

A quantidade de posseiros no Sudoeste em relação ao Paraná diminuiu em 10 anos, de 53,77 para 7,41%. Diminuiu o número de posseiros e aumentou o número de proprietários, numa proporção de 6.342 em 1960, para 41.374 em 1970.

Essa mudança da situação de posseiros para proprietário, que os dados do IBGE comprovam, é o resultado do trabalho do GETSOP, trazendo grandes transformações em toda a vida econômica e social da região. (ver gráficos nºs 3 e 4).

Paralelamente à regularização da terra, outros fatores ocorreram para influir nos novos rumos do Sudoeste do Paraná.

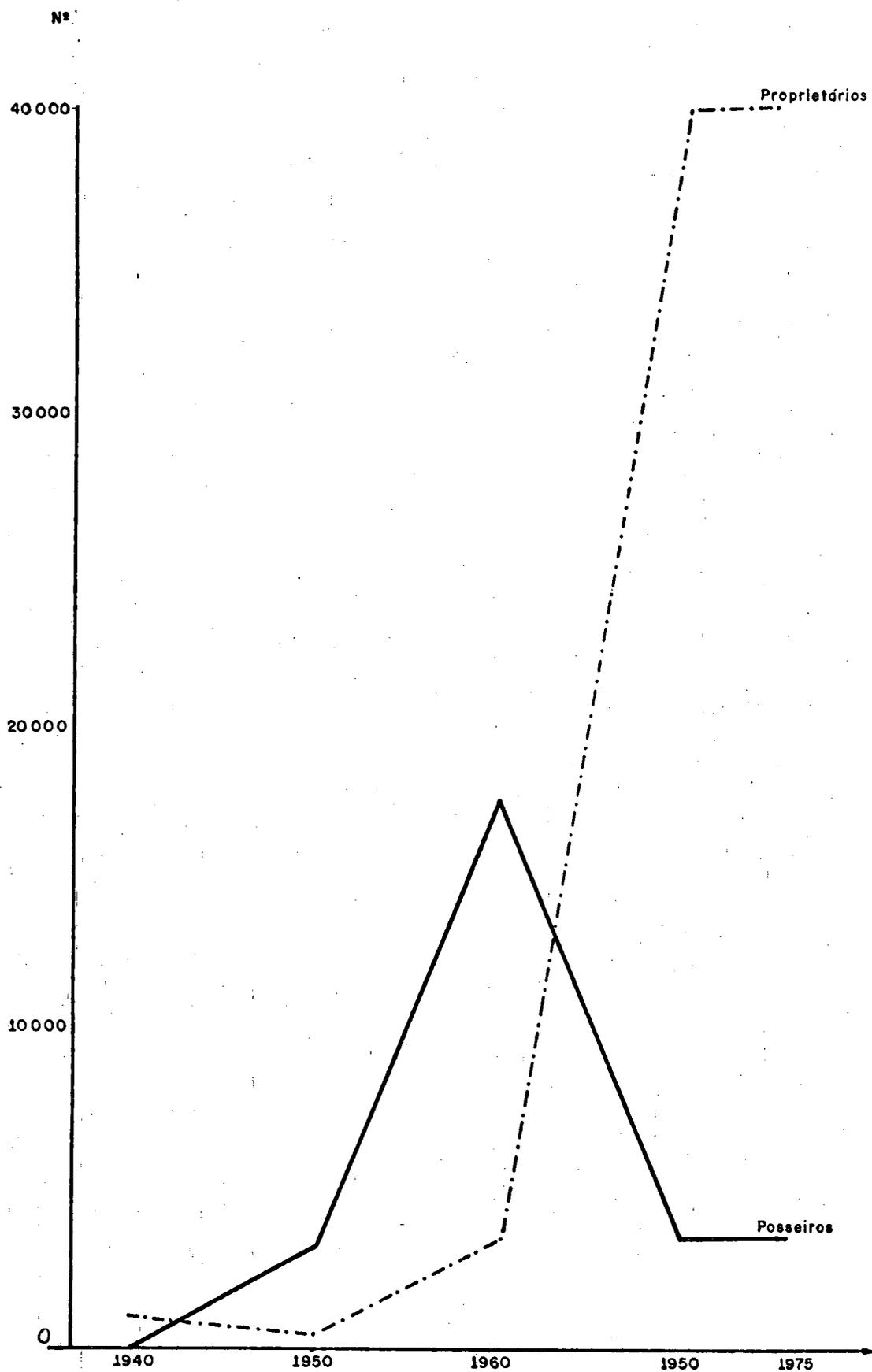
A estrada asfaltada atingiu a região.

O Governo Federal reforçou a política econômica no sentido de aumentar a produção agrícola de exportação com a ampliação dos financiamentos nesse sentido.

Outro setor que no Sudoeste sofreu grandes transformações foi a mecanização da lavoura, principalmente a partir de 1970. De 380 tratores em 1970 passou para 2.960 em 1975. O número de tratores na região aumentou 679% apenas em 5 anos. Existem 150 tipos diferentes de tratores. Para a aquisição

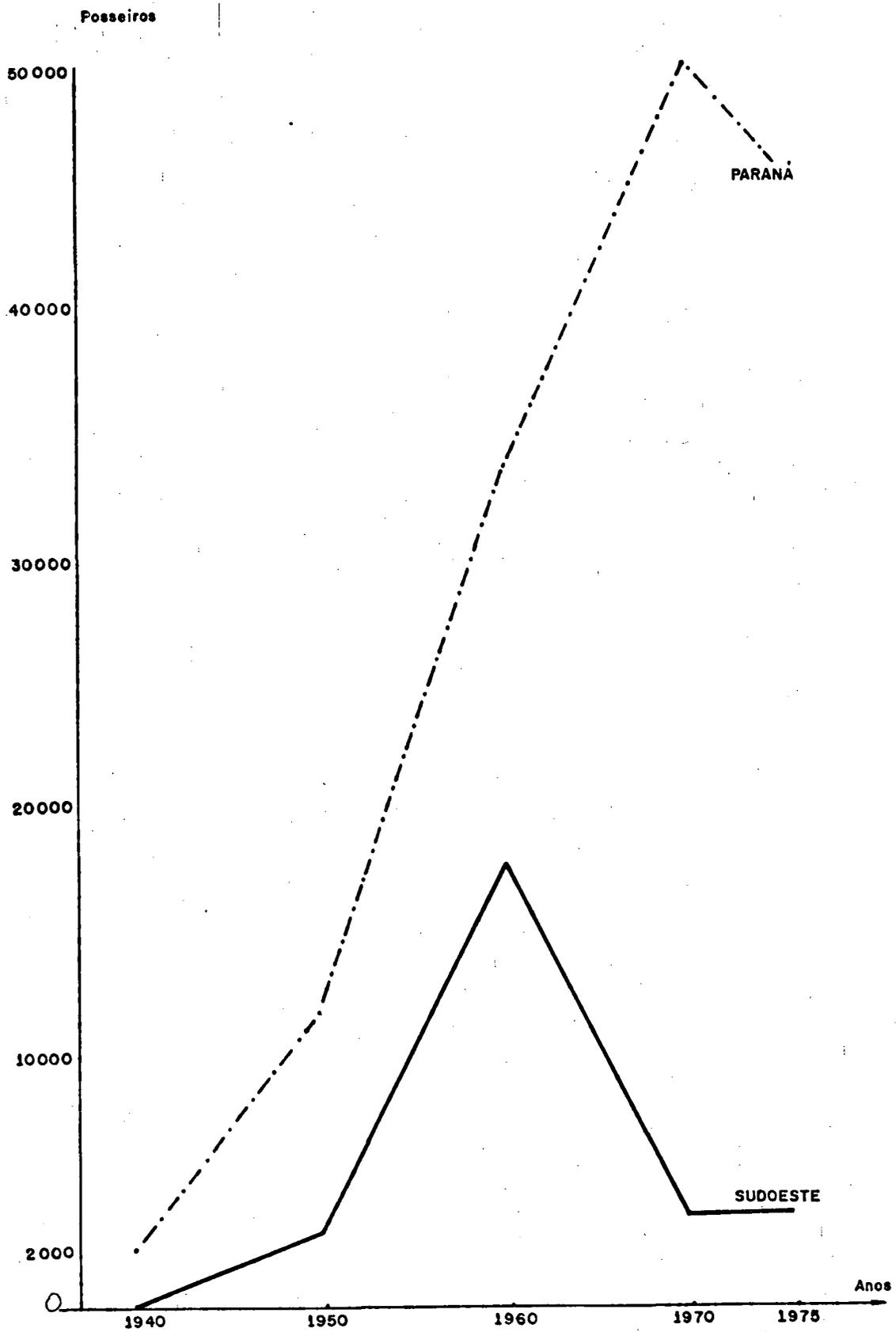
<sup>34</sup> IBGE.

GRÁFICO 3 - QUANTIDADE DE POSSEIROS E PROPRIETÁRIOS, NO SUDOESTE DO PARANÁ, NO PERÍODO DE 1945 a 1950.



FONTE: RECENSEAMENTO DO IBGE, DOS ANOS DE 1940, 1950, 1960, 1970 e 1975.

GRÁFICO 4 - QUANTIDADE DE POSSEIROS, NO PARANÁ E NO SUDOESTE DO PARANÁ, NO PERÍODO DE 1940 a 1975.



FONTE: RECENSEAMENTO DO IBGE, DOS ANOS DE 1940, 1950, 1960, 1970 e 1975.

dessas máquinas, os posseiros e proprietários investiram muito dinheiro e se endividaram bastante. As empresas multinacionais ampliaram a fabricação de tratores e as agências financeiras facilitaram os créditos para que os colonos pudessem comprar. Só com máquinas e instrumentos agrícolas os agricultores do sudoeste ampliaram os investimentos de Cr\$ 6.047.000 em 1970 para Cr\$ 120.132.000 em 1975, numa proporção de 1.887%.

As vezes muitos agricultores compram um trator sem ter condições financeiras e sem ter necessidades. Considerando a própria natureza do terreno, a alta do combustível, a falta de operadores, o rendimento é baixo e o custo elevado. Estudos feitos concluem que uma automotriz só é econômica quando trabalha no mínimo 300 horas por ano, numa área de 100 a 200 ha e um trator, no mínimo 1.000 horas anuais.

No Sudoeste do Paraná no ano de 1975 existiam somente 863 propriedades agrícolas acima de 100 ha e 40 884 propriedades com menos de 100 ha, segundo os dados do IBGE.

Os dados mostram que, apesar do aumento da concentração da terra, continua predominando na região a "propriedade familiar", ou seja, o "Módulo Rural" e o minifúndio. Diante dessa realidade as máquinas ficam ociosas muito tempo.

A alternativa para a mecanização da lavoura em uma região de pequena propriedade poderá ser a organização de cooperativas de prestação de serviços onde o motor, um triturador e trilhadeira serviriam a vários produtores vizinhos.

Os instrumentos agrícolas mais utilizados no Sudoeste são: arado fuçador, triturador, trilhadeira, trator, arado de discos, semeadeiras, pulverizador, automotriz.

A legalização da terra permitiu aos colonos conseguirem

financiamentos e ampliaram sua produção.

Aumentou a área de plantio, a quantidade de produtos e o valor da produção. Outra mudança foi o tipo do produto. Passou-se da produção de produtos de subsistência para a produção de produtos de exportação, principalmente soja.

A produção de soja aumentou em cinco anos 410%, foi de 48.111 toneladas em 1970 para 245.476 toneladas em 1975. As propriedades motomecanizadas utilizam quase toda a área para o plantio de soja. Enquanto a produção de soja aumentou 410% a cultura de milho no mesmo período de cinco anos teve um acréscimo de 49%, foi de 443.980 toneladas em 1970, para 661.609 toneladas em 1975. A produção de feijão, cresceu de 42.120 toneladas para 48.518. (Ver gráfico nº 5).

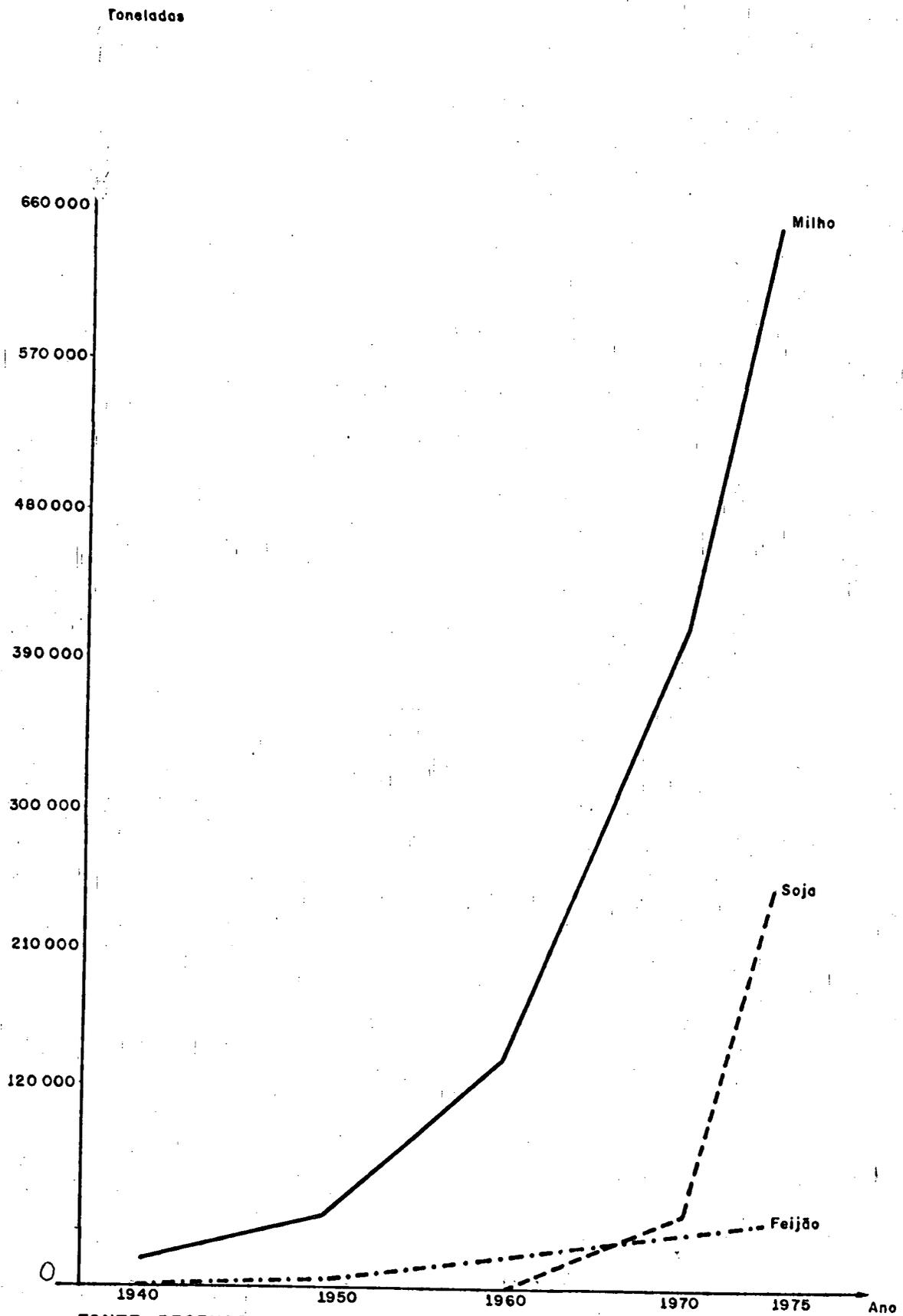
Apesar do crescimento da cultura do soja, o Sudoeste é considerado ainda, como a terra do milho e do porco.

Em 1970 os produtos agropecuários que mais renderam aos agricultores foram: milho - Cr\$ 51.468.000,00; suínos - Cr\$ 46.257.000,00; feijão - Cr\$ 26.161.000,00; Trigo - Cr\$ 13.752.000,00; soja - Cr\$ 13.207.000,00. Em 1975, apesar do crescimento da cultura do soja, o milho continuou liderando com uma renda de Cr\$ 376.425.000,00, seguido do soja com Cr\$ 296.093.000,00, dos suínos com Cr\$ 237.131.000,00, do feijão com Cr\$ 79.622.000,00.

Quase todos os colonos do Sudoeste criam porcos. Inicialmente os suínos eram criados extensivamente nas chamadas "safras". Atualmente restam somente vestígios daquele velho sistema de criação, quando o dono nem sabia ao certo, quantos animais possuía.

Mudou o sistema de criação. Mudaram, também, as raças.

GRÁFICO 5 - PRODUÇÃO DO SUDOESTE DO PARANÁ, DE MILHO, FEIJÃO E SOJA, EM TONELADAS, NO PERÍODO DE 1940 A 1960



FONTE: RECENSEAMENTO DO IBGE, DOS ANOS DE 1940, 1950, 1960, 1970 e 1975

O crioulo, o piau e caruncho, foram substituídos pelo Duroc, Landrace, Wessex, Large White, etc.<sup>35</sup>

Melhora da qualidade é o resultado de importantes trabalhos realizados pela ACARPA, pelas cooperativas, pelas Prefeituras.

A região possui um dos maiores e melhores rebanhos suínos do Brasil.

Os agricultores com melhor nível de vida são os que se dedicam mais à suinocultura.

De 1970 a 1975 teve grande desenvolvimento toda a economia regional. Foi importante para isso a transformação do agricultor de posseiro a proprietário.

A receita agropecuária do Sudoeste do Paraná aumentou de Cr\$ 235.918.000,00 em 1970 para Cr\$ 1.177.233.000,00 em 1975. Aumentou, portanto, 399% em apenas cinco anos (ver gráfico nº 6).

Esse crescimento do valor da produção agropecuária é o resultado da modernização da agricultura. Faz parte da política econômica do Governo que leva à concentração do capital, ao reforçamento do poder dos bancos e das multinacionais, ao aumento dos produtos de exportação em prejuízo dos produtos de subsistência.

Toda essa transformação é resultado de um modelo econômico. Trata-se do surgimento de um núcleo capitalista da economia nacional. Sendo capitalista é dinâmico e modernizante. Dinâmico porque visa lucros que são reinvestidos. Modernizante

<sup>35</sup> FAVA, Silvério José Bomsson. Estudo das condições de produção das propriedades agropecuárias dos tipos "Colonial" e motomecanizadas de alguns Municípios do Sudoeste do Estado do Paraná. p.77.

porque diversifica a economia e a sociedade. Ocorre o progresso técnico, visando redução de custos. A modernização requer o uso crescente de equipamentos agrícolas, adubos e inseticidas.

A modernização ocorreu no sudoeste do Paraná graças a vários fatores. Um deles foi o crédito rural. O financiamento aos agricultores da região aumentou de Cr\$ 12.402.000,00 em 1970 para Cr\$ 283.571.000,00 em 1975. Teve, portanto, um crescimento de 2.186% em apenas cinco anos (ver gráfico nº 6). Sem esses incentivos financeiros não teria havido a grande transformação econômica no Sudoeste do Paraná. Outro fator importante foi o surgimento e desenvolvimento no Brasil da indústria de tratores e petroquímica.

Como diz o IPARDES:

O Governo Federal optou por uma política que ao lado de garantir mercado a indústria produtora de Máquinas e insumos visava aumentar os níveis de produtividade agrícola.<sup>36</sup>

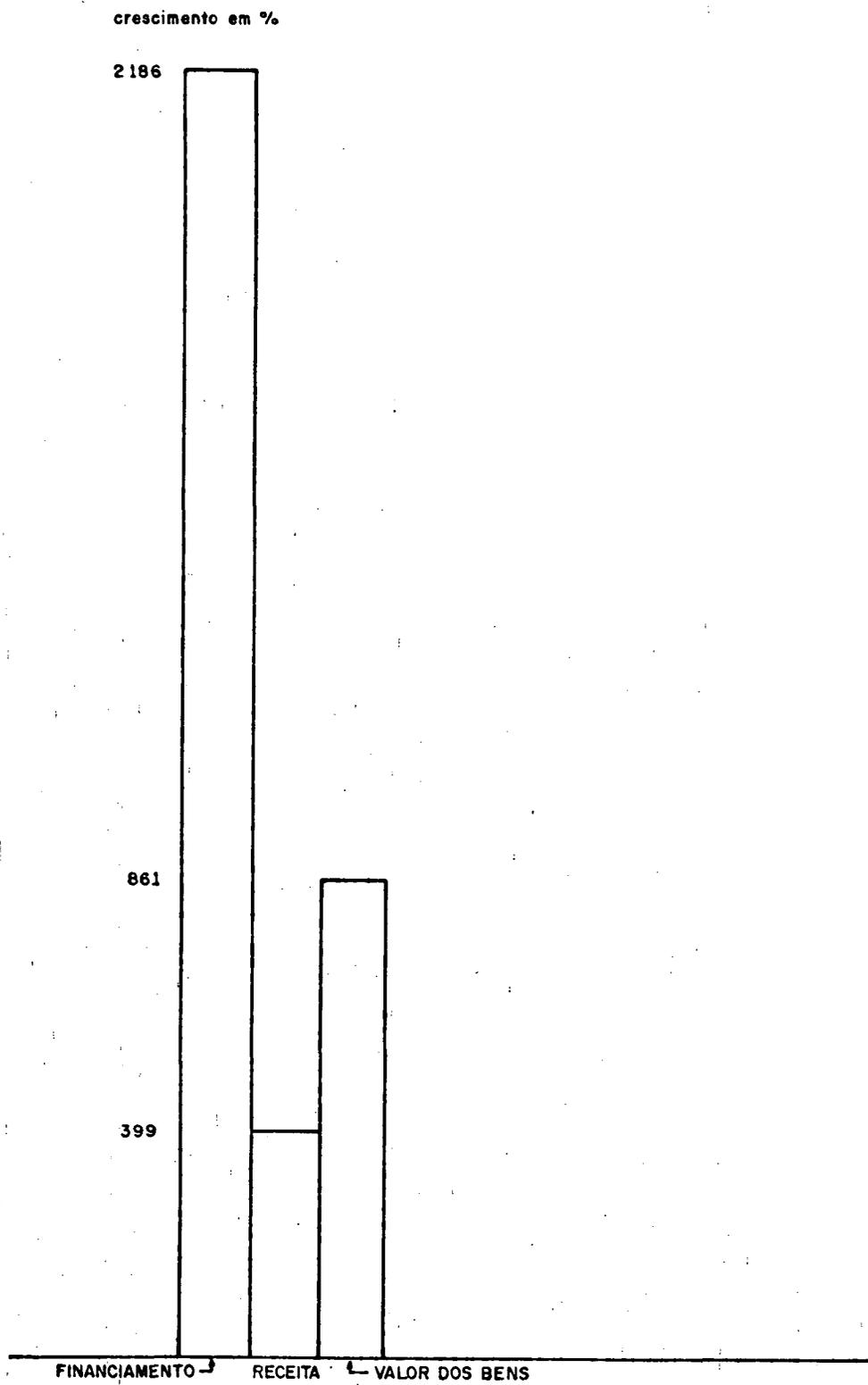
Principalmente a partir de 1970 o Paraná sofreu essas transformações modernizantes, surgindo em muitas regiões uma economia capitalista que trouxe grandes transformações.

A quantidade de tratores no Paraná aumentou de 18.619 em 1970 para 79.377 em 1980 e o número de colhedeiças aumentou de 2.509 para 14.730 no mesmo período. Outro dado significativo dessa transformação é a entrada de fertilizantes pelo Porto de Paranaguá. Em 1972 entraram 52.534 toneladas e, em 1980, 568.611 toneladas. Portanto, um aumento de 988% em apenas 8 anos.<sup>37</sup>

<sup>36</sup> IPARDES.

<sup>37</sup> id. *ibid.*

**GRÁFICO 6 - CRESCIMENTO PERCENTUAL DA RENDA, DO VALOR DOS BENS E DA DÍVIDA, NO SUDOESTE DO PARANÁ ENTRE 1970 e 1975.**



**FONTE: CENSO AGRÍCOLA DO PARANÁ, DE 1970 a 1975 (IBGE).**

Essa modernização da agricultura paranaense e sudoesti-  
na determinou mudanças na vida da sociedade principalmente mu-  
danças econômicas e sociais.

Uma delas é a concentração da renda e da propriedade  
agrícola. No Paraná entre 1970 e 1975 as propriedades até 20  
ha foram reduzidas a 76.000 unidades, enquanto que a área das  
propriedade acima de 500 ha aumentou de 26,1% para 30,8% no  
mesmo período.

No Sudoeste do Paraná a quantidade de propriedades ru-  
rais com menos de 50 ha diminuiu de 47.499 em 1970 para 38 606  
em 1975. No mesmo período as propriedades entre 50 e 500 ha  
aumentaram de 2.912 para 3.080 (gráfico nº 7).

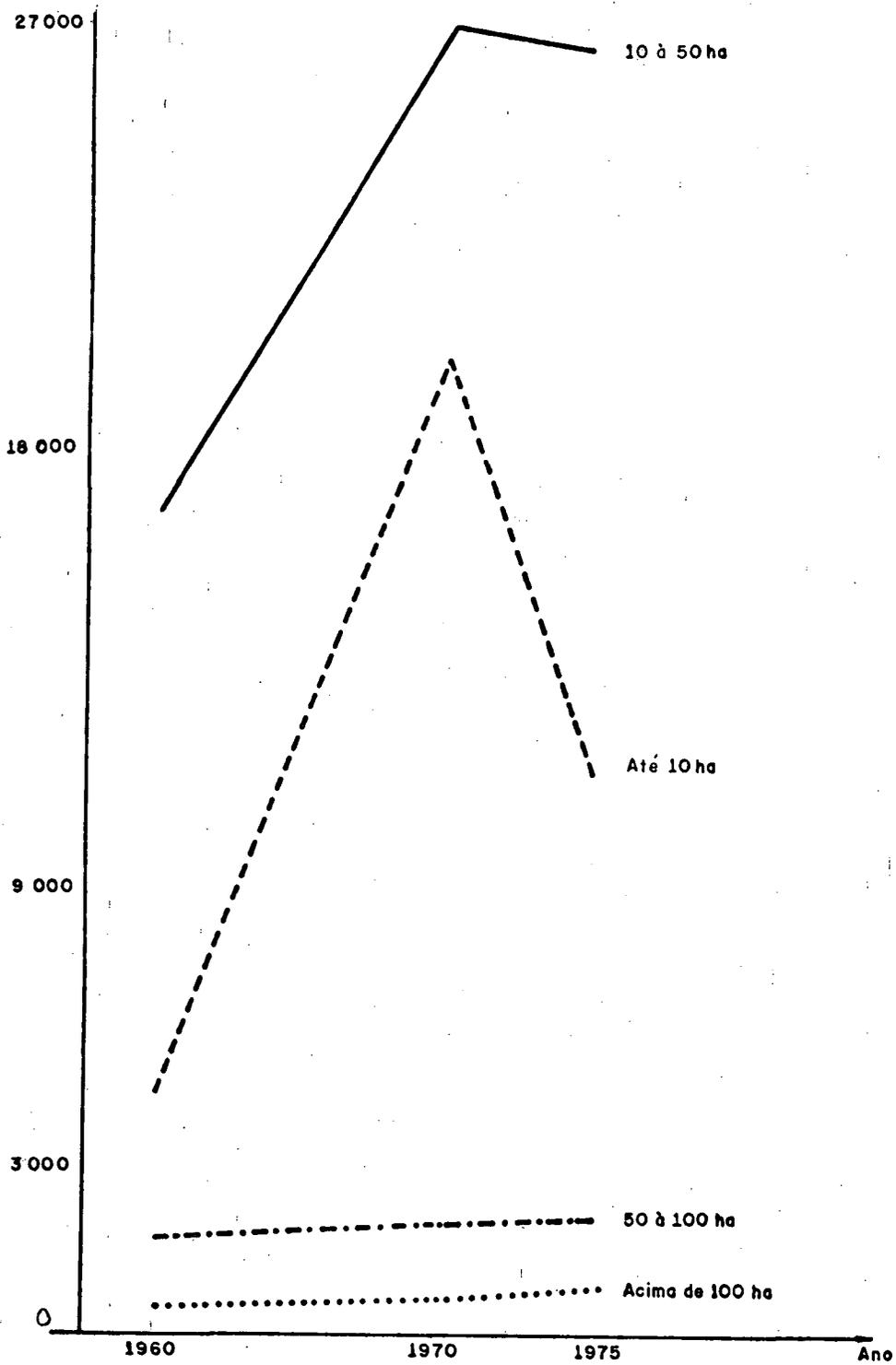
Outra importante consequência da modernização é a ex-  
pulsão do homem do campo. A máquina substitui o homem. Entre  
1970 e 1980 a taxa geométrica de crescimento anual da popula-  
ção urbana foi de 5,97 no Paraná e 7,62 no Sudoeste do Paraná,  
enquanto a população rural teve uma taxa de crescimento nega-  
tiva de 3,33 no Paraná e no Sudoeste. A população total teve  
uma taxa geométrica de crescimento anual , entre 1970 e 1980  
diferencial no Brasil, no Paraná e no Sudoeste.

No Brasil a taxa foi de 2,48, no Paraná, de 0,97 e no  
Sudoeste do Paraná, de 1,57. O pequeno crescimento da popula-  
ção do Paraná entre 1970 e 1980 é resultado, segundo o IPARDES, de  
duas correntes migratórias, uma para a fronteira agrícola da  
Amazônia e outra para as cidades industriais do interior de  
São Paulo.<sup>38</sup>

<sup>38</sup> IPARDES.

GRÁFICO 7 - PROPRIEDADES AGRÁRIAS, NO SUDOESTE DO PARANÁ,  
NOS ANOS DE 1960, 1970 e 1975

PROPRIEDADES



FONTE: RECENSEAMENTO DO IBGE, DOS ANOS DE 1960, 1970 e 1975

A modernização do Sudoeste do Paraná trouxe também mudanças no campo cultural. O Sudoeste possui, atualmente, duas faculdades, uma em Francisco Beltrão e outra em Pato Branco.

Portanto, a região sofreu transformações econômicas, sociais e culturais.

O Sudoeste do Paraná enquadrou-se quase totalmente na modernização brasileira. Da própria dinâmica do desenvolvimento está surgindo um novo Sudoeste mais progressista, mais competitivo, mais de acordo com o modelo de desenvolvimento brasileiro.

#### 4 O ESTUDO DA CONJUNTURA E DA ESTRUTURA

No mundo moderno, com o rápido crescimento da tecnologia, inclusive dos meios de comunicação, quase todo o desenvolvimento é influenciado por fatores conjunturais e estruturais.

No estudo da estrutura agrária do Sudoeste do Paraná comprova-se isso.

O modo de produção capitalista, do qual o Brasil faz parte, não possui desenvolvimento homogêneo. Segundo estudos de Schumpeter, Juglar e Kitchin, o desenvolvimento econômico no sistema capitalista ocorre dentro de crises cíclicas. Os marxistas afirmam que a principal causa dessas crises reside em que a produção é social e a apropriação é privada. Ocorrem as crises, principalmente de superprodução relativa.

Um dos exemplos da crise cíclica de superprodução relativa, ocorreu em 1929-1930, atingindo quase todos os países do sistema capitalista. Foi tão profunda a crise, abalou tanto a economia capitalista que esta teve que passar por uma série de transformações.

Foi aí que surgiu a doutrina do economista britânico John Maynard Keynes que reconhece que o capitalismo está gravemente doente e perdeu a capacidade de auto-regulação da economia. Segundo alguns estudiosos Keynes assume o papel de médico do capitalismo, propondo toda uma série de medidas para a sua recuperação, com a ajuda da regulação estatal da economia e do desenvolvimento do capitalismo monopolista de Estado. A

doutrina de Keynes propõe medidas para livrar o capitalismo de alguns vícios e eliminar alguns de seus males. O centro de sua doutrina é a intervenção estatal na economia, através do planejamento, da inversão de capital na produção, de controle sobre o crédito, realização de obras públicas, compra de mercadorias, etc.

Um dos exemplos da aplicação, com sucesso, da doutrina de Keynes, foi nos EEUU. O Presidente Franklin Delano Roosevelt, através do New Deal, introduziu novo curso na administração do país, levando o Estado a intervir na economia. A economia foi recuperada e o capitalismo ganhou nova vida e novo impulso.

Em vários outros países a doutrina de Keynes foi aplicada com sucesso, inclusive no Brasil.

O governo de Getúlio Vargas, que assumiu o poder em 1930, para recuperar o capitalismo, passou a adotar a intervenção estatal na economia. Foi criado o Instituto Brasileiro do Café, o Instituto Nacional do Petróleo, a Usina de Volta Redonda, o Instituto Nacional do Pinho, o Instituto Nacional do Açúcar e do Alcool, o Instituto Nacional do Mate etc.

Foi no contexto da política de intervenção estatal na economia que se processou, efetivamente, o povoamento do Sudoeste do Paraná. É o caso dos Decretos de Getúlio Vargas em 1940, quando foram incorporados ao Patrimônio Nacional os bens da Brazil Railway Company, incluindo as terras do Sudoeste do Paraná. É o caso do Decreto nº 12 417, em 1943, que criou a Colônia Agrícola Nacional "General Osório", que foi o instrumento fundamental do povoamento da região.

Pode-se afirmar, portanto, que o povoamento efetivo da região, ocorreu dentro da crise geral do sistema capitalista,

através da intervenção estatal na economia. O desenvolvimento regional vem acompanhando a política geral de desenvolvimento no Paraná e do Brasil. Ela faz parte da conjuntura mundial, dinamizada pelo sistema capitalista.

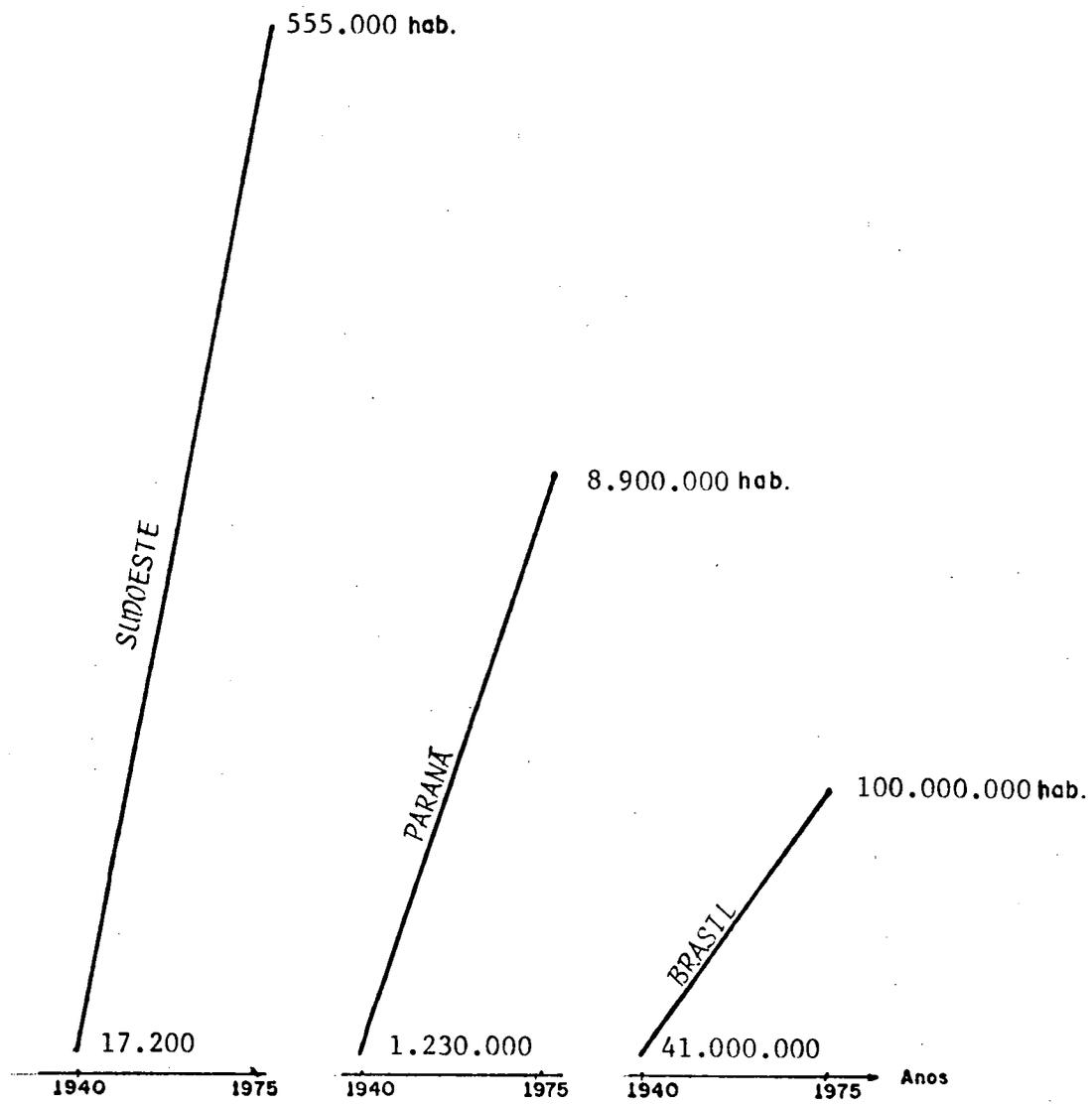
As transformações que vem ocorrendo no Sudoeste do Paraná nos últimos 10 anos, são o resultado de muitos fatores, entre eles, o processo de modernização agropecuária. Ocorreram mudanças na área técnica e maior controle das condições do solo e do produto. Ampliou-se o uso de tratores, de adubos químicos, de defensivos, de sementes selecionadas, melhorou-se a raça dos suínos, etc.

O Sudoeste do Paraná enquadrou-se no atual modelo de desenvolvimento brasileira, onde o sistema financeiro foi acionado para facilitar a venda, aos agricultores, de máquinas, adubos e inseticidas, pertencentes às empresas estrangeira. A modernização levou, também à concentração da propriedade e à passagem da produção de produtos de subsistência para produtos de exportação.

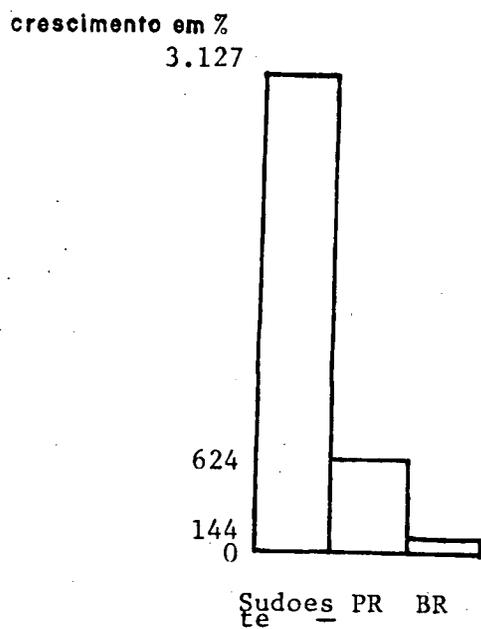
Portanto, quase todo o desenvolvimento econômico do Sudoeste do Paraná, nas quatro últimas décadas, faz parte efetivamente da conjuntura do sistema capitalista.

Outro assunto a ser considerado é o grande crescimento demográfico da região. Em 1940 o Município de Clevelândia, que abrangia todo o Sudoeste do Paraná, possuía 17 240 habitantes, apenas 1,39% da população do Estado. Em 1950 foi para 53 977; em 1960, para 211 534; em 1970, para 446 360; em 1975, para 555 000, representando 6,24% da população do Paraná. De 1940 a 1975 a população do Estado do Paraná aumentou 618,89% enquanto a população do Sudoeste do Paraná aumentou 3 119% (Gráfico nº 8).

GRÁFICO 8 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO - 1940-1975



TAXAS DE CRESCIMENTO 1940/1975



Sõ esse crescimento demográfico já  uma prova do grande progresso e desenvolvimento da região. O aumento rápido da populao do Sudoeste  resultado de importantes migraes internas, principalmente do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. O censo demográfico de 1970 revela que 42,37% da populao Sudoestina  originária do Rio Grande do Sul, 33% de outras regiões do Paraná e 24,22% de Santa Catarina (Quadro 6).

QUADRO 6 - PROCEDÊNCIA DA POPULAO DO SUDOESTE

| PROCEDÊNCIA       | NÚMERO DE PESSOAS | % DO TOTAL |
|-------------------|-------------------|------------|
| Amazônia          | 35                | 0.01       |
| Nordeste          | 71                | 0.02       |
| Sudeste           | 594               | 0.21       |
| Centro-Oeste      | 123               | 0.04       |
| Paraná            | 93 558            | 33.00      |
| Santa Catarina    | 68 647            | 24.22      |
| Rio Grande do Sul | 120 117           | 42.37      |
| Exterior          | 368               | 0.13       |
| TOTAL             | 283 513           | 100.00     |

FONTE: Censo Demográfico - 1970 - Paraná - IBGE

## 5 CONCLUSÕES

A estrutura agrária do Sudoeste do Paraná foi estudada dentro da dinâmica econômica, buscando bases que explicam o desenvolvimento e as transformações, vinculadas ao sistema capitalista.

Apoiado em fontes primárias e secundárias, procurou-se dar uma contribuição aos estudos que vem sendo realizado pelo Departamento de História da Universidade Federal do Paraná. É mais uma contribuição ao estudo de uma região significativa por seus aspectos econômicos, sociais e políticos. Estudou-se a estrutura agrária da região procurando comprovar algumas hipóteses levantadas.

Os dados apurados comprovam que as contradições na política de terras adotada pelo Poder Público, tanto do Governo do Paraná como do Governo Federal, foram responsáveis, em grande parte, pelas graves ocorrências registradas na região. Os governos estaduais de Carlos Cavalcante de Albuquerque em 1913 e de Caetano Munhoz da Rocha em 1920 fizeram concessões de terras. Em 1930, no governo do Coronel Tourinho, tentou-se corrigir o erro, cancelando as concessões. Mais tarde, no governo de Moisés Lupion, voltou-se a fazer concessões indiscriminadas de terras. No primeiro governo de Ney Braga o assunto de terras foi tratado com mais seriedade, buscando fazer-se justiça social. Essas contradições na atuação dos vários governos estaduais influenciaram, e muito, na estrutura agrária.

do Sudoeste do Paraná.

A mesma contradição ocorreu na política de terras do Governo Federal. O Presidente Getúlio Vargas, em 1940, iniciou importante trabalho de povoamento e colonização na região, ao criar a CANGO. No fim do governo do Presidente Eurico Gaspar Dutra foi feita a concessão de quase todo o Sudoeste do Paraná à CITLA, a qual, pela sua atuação na área quase anulou o trabalho da CANGO e deu origem a grandes conflitos na região. Mais tarde, em 1961 e 1962, os Presidentes Jânio Quadros e João Goulart, através da GETSOP, encaminharam a solução para o problema da terra, pacificando a região. Os dados comprovam, portanto, que a contraditória política de terras dos vários governos foi responsável pelas graves ocorrências registradas no Sudoeste do Paraná. Conseguindo-se, com muito custo, a paz e o bem estar social.

Convém salientar, também, os aspectos positivos da atuação do Poder Público nas transformações ocorridas na região. A CANGO, desempenhou com eficiência o trabalho de povoamento e colonização. Mais tarde o GETSOP, ao contribuir para transformar posseiros em proprietários, realizou uma verdadeira reforma agrária na região.

Outra hipótese que os dados comprovaram diz respeito à importância que o posseiro dá ao seu título de propriedade e que, para conseguí-lo, arriscou a sua própria segurança pessoal, como aconteceu em 1957.

A modernização da região só foi possível, efetivamente, após a titulação da terra aos antigos posseiros, permitindo os financiamentos para a aquisição de máquinas, adubos e inseticidas. Com isso houve a substituição das formas tradicionais

de acesso à terra, iniciando uma exploração tipicamente capitalista, que trouxe grandes transformações econômicas na região.

Pelos dados levantados e apresentados pode-se comprovar o quanto foi prejudicial para a região a atuação da CITLA. Ficou provada a imoralidade e ilegalidade da transação feita entre as Empresas incorporadoras ao Patrimônio Nacional e a CITLA, com relação às terras no Sudoeste do Paraná. A CITLA atuou na região como "grileira" com jagunços contratados, criando intranquilidade e revolta.

Foi comprovada a importância da legalização da terra efetuada pelo GETSOP para o desenvolvimento econômico e social da Região. Ao tornar-se proprietário, o agricultor conseguiu financiamento para a compra de tratores e outros instrumentos agrícolas, influenciando na mecanização da lavoura. Ocorreu, com isso, a passagem de uma economia familiar à especialização agrícola mecanizada, ocorrendo o início da passagem do setor primário à agroindústria.

O endividamento levou muitos agricultores a vender suas terras, contribuindo, assim, para a concentração da propriedade da terra. A empresa agrícola passa a substituir a propriedade familiar.

Os resultados das mudanças na estrutura agrária do Sudoeste do Paraná acarretaram um aumento da produtividade da terra, principalmente como resultado da renovação tecnológica. Isso, porém, alterou a vida social do agricultor. Antes, o agricultor trabalhava e produzia para sua família. Levava uma vida, relativamente, tranquila. Agora trabalha e produz, também, para pagar os empréstimos e juros bancários. Vive atormentado com

as dívidas. A região cresceu bastante com as mudanças. Alguns enriqueceram. A maioria, porém, piorou social e economicamente.

Ficou claro nas pesquisas e no trabalho, a inserção dos gaúchos e dos catarinenses na região. A semelhança de solo e clima com a região de origem, permitiu uma adaptação tranquila. Ocorreu uma integração econômica e social fundamentada na propriedade familiar. A partir de 1943, com a criação da CANGO, a quantidade de gaúchos e catarinenses que se deslocaram para o Sudoeste do Paraná, foi muito grande. A propriedade familiar com sua produção de subsistência predominou durante muito tempo na Região. As mudanças para a empresa rural, começaram a ocorrer a partir do ano de 1970, quando teve início mudança na vida econômica e social do Sudoeste do Paraná.

Os depoimentos dos pioneiros da Região, que constam do Anexo VI, representam valiosa contribuição para a análise histórica da posse da terra no Sudoeste Paranaense. Muitos acontecimentos significativos são apresentados, tanto com relação ao período anterior à CANGO como, principalmente, a respeito da atuação desse importante órgão do Ministério da Agricultura. Os depoimentos ajudaram a comprovar alguns aspectos das hipóteses levantadas no início do trabalho.

Foi possível chegar a outras conclusões. O Sudoeste do Paraná foi estudado dentro da dinâmica do desenvolvimento, repleta de contradições e trazendo transformações estruturais. É o caso do colono que veio para a região como posseiro e pela pressão dos grileiros tornou-se lutador e que, tendo vencido a luta, tornou-se proprietário. É expressiva, também, o início da passagem da produção de subsistência para a produção de exportação, influenciada pelo modelo econômico de desenvolvimento

brasileiro.

O estudo e a análise histórica da posse da terra no Sudoeste Paranaense com base na documentação encontrada e pesquisada, tanto fonte primárias como secundárias, permite concluir que existem possibilidades para a realização de importantes trabalhos históricos sobre a região.

O presente trabalho, entusiasmou o autor para continuar pesquisando e elaborando novos estudos para a história do Paraná.

## ANEXO I

Relatório para escolha de terras para localização de Reservistas do exército na faixa fronteiriça do Brasil com a República Argentina.

Procurando dar cumprimento à determinação constante da Portaria nº 26, de 17 de janeiro do corrente ano do Exmo. Sr. Ministro da Agricultura, iniciamos a nossa tarefa em Curitiba, entrando logo em contato com a Chefia do Estado Maior do Exército e com as autoridades estaduais.

Examinando cuidadosamente o assunto, de forma a dar-lhe um desempenho cabal e eficiente, foi verificado, de comum acordo com o Estado Maior do Exército e com o Departamento de Terras e Colonização do Paraná, que seria mais aconselhável iniciarmos a nossa missão pela Zona fronteiriça Barracão-Santo Antonio, em vez de fazê-lo pela Foz do Iguassú.

As razões ponderáveis dessa nossa resolução serão expalanadas, com a maior clareza possível, neste ligeiro relato.

Ao nosso ver, a gleba naturalmente indicada para esse fim, dada a circunstância de estar situada na faixa da fronteira, é a constante da planta anexa (doc. nº 1), já então reservada para localização de colonos nacionais e em cujo ponto apenas uma "Linha Seca" separa o Brasil da República do Plata.

A instalação de uma colônia agrícola na Zona limítrofe dos municípios de Clevelândia e Chapecó, respectivamente nos Estados do Paraná e Santa Catarina, dentro da faixa regulamentar,

conforme prevêem as instruções a que se refere a nossa designação, vai ao encontro dos mais palpitantes problemas pátrios, ora ainda pendentes de solução urgente e inadiável, como sejam:

- a) assistência aos nacionais, que ali vivem sem amparo algum, por parte dos poderes públicos;
- b) prestamento de instrução primária às crianças em idade escolar, que em número avultado não frequentam nenhum estabelecimento de ensino do nosso lado ou a recebem nas escolas argentinas, entoando hinos estrangeiros e aprendendo uma língua diferente da do país de origem;
- c) saneamento social da população local, pois que a situação geográfica da região proporciona aos foragidos da justiça um favorável esconderijo que, atualmente, pela indiferença das nossas autoridades, vivem impunemente, perturbando a vida ordeira e proveitosa dos que trabalham e podem ser úteis à Nação.

Iniciados que sejam os serviços de colonização, os maus elementos, por ventura ali ainda existentes, serão capturados, enquanto que os demais poderão produzir muito mais em proveito próprio e da coletividade.

Quer nos parecer que a localização de reservistas do exército, nas terras objeto do presente relatório, além das vantagens do melhoramento agrícola da região, irá constituir a guarda avançada da fronteira da Pátria, não obstante mantermos as mais amistosas relações com os nossos vizinhos das Repúblicas Cisplatinas.

Daremos a seguir todos os esclarecimentos possíveis que, como técnicos e incumbidos da patriótica incumbência de que es-

tamos investidos, nos foram dados conhecer, relativamente às terras da faixa fronteiriça, onde deverá ser instalada a "Colônia Agrícola" para reservistas do exército e nacionais.

## LIMITES E CONFRONTAÇÕES

### SITUAÇÃO DA COLÔNIA

A sede da Colônia deverá ser no lugar "Separação", distante dez quilômetros do povoado fronteiriço de Barracão e dessa sede deve se irradiar a Colônia para a periferia, num raio de 20 quilômetros ou mais, si assim se tornar necessário, procurando-se de preferência estabelecer a localização de agricultores ao longo da "Linha Seca", que separa o Brasil da República Argentina.

O local supra indicado, além de possuir todas as condições exigidas para a sede, é ainda o centro de confluência obrigatória de todas as estradas que, partindo de vários pontos dos Estados do Paraná e Santa Catarina, se dirigem aos povoados Barracão, Santo Antonio e futuramente à Foz do Iguassú, cujo traçado será exclusivamente em território brasileiro, aproveitando-se em grande parte o picadão já existente e que põe em comunicação estas duas últimas localidades.

Existe ainda uma faixa de terras devolutas no Estado do Paraná, limitada ao Norte pelo rio Iguassú, a Leste pela propriedade "Missões" do Governo Federal e pela fazenda "Conceição e Flores" da família Lana, ao Sul pelo espigão divisor e a Oeste pelo rio Santo Antonio.

No Estado de Santa Catarina a área devoluta é bem menor, porém encontra-se numa área apreciável de terras colonizáveis,

outrora pertencente à Brasil Development e hoje ao Governo da União, área essa situada ao Sul e Oeste da fazenda "Conceição e Flores" até o rio Pepery-Guaçu.

Assim, pois, o Governo Federal dispõe na zona de uma vasta porção de terras para localização de milhares de famílias de nacionais, sem contar com as da fazenda "Conceição e Flores", que poderão ser desapropriadas ou adquiridas por baixo preço.

Os proprietários dessa fazenda, segundo estamos informados, estão dispostos a fazer cessão de seis mil hectares das mesmas. Sendo três mil no Estado do Paraná e três mil no de Santa Catarina, mediante quitação de impostos territorial dos dois Estados, obrigando-se mais a colonizar o restante das terras da referida fazenda, consoante as exigências de segurança nacional, estabelecidas pelo Governo Federal e fixação de um preço máximo para cada lote colonial.

Na faixa fronteiriça ora descrita deverá ser demarcado o perímetro da Colônia, com estabelecimento da sede, conforme já nos referimos, em "Separação".

#### CLIMA

As terras a serem aproveitadas, para colonização, pertencem ao município de Clevelândia, no Estado do Paraná e parte ao de Chapecô, em Santa Catarina e são dotadas de excelente clima e das melhores condições para as culturas de zonas temperadas.

Possuindo clima ameno e saudável, apresentam, durante o ano, uma temperatura média de 25 graus centígrados.

O calor tem início em mês de novembro e prolonga-se até o mês de março, sendo mais intenso nos meses de dezembro e janeiro, quando atinge às vezes até 36 graus, nas horas mais

quentes do dia.

Pela manhã e à noite a temperatura se conserva numa média de 16 a 18 graus, o que proporciona aos habitantes locais um clima muito agradável e saudável.

O inverno vai de junho a agosto, em cujo decurso torna-se às vezes muito rigoroso, aparecendo neve em certos pontos e descendo a temperatura excepcionalmente até 10 graus abaixo de zero.

No transcurso de fevereiro a maio, os fenômenos meteorológicos locais se apresentam com abundância de chuvas, as quais, em certas ocasiões, tornam-se prolongadas.

Dada essa ocorrência a lavoura dessa região deve ser praticada de forma que a colheita seja realizada, tanto quanto possível, em dias soalheiros, para obtenção de um bom produto.

Nas circunvizinhanças dessas terras e mesmo dentro do seu próprio perímetro não existem águas estagnadas, que possam constituir focos de agentes transmissores de moléstias perigosas e principalmente de impaludismo.

O sistema hidrográfico constituído de águas correntes e puras, que cortam o terreno em quase todas as direções não permite o aparecimento e disseminação de moléstias infecciosas do aparelho gastro-intestinal.

Tão privilegiadas condições climatéricas asseguram aos habitantes da região ótima saúde, o que irá constituir sem dúvida uma garantia de prosperidade à futura Colônia.

#### AGRICULTURA

O terreno escolhido é de natureza argilo-silicosa, com uma bem equilibrada constituição química o que, pela vestimenta,

facilmente se constata o grau de fertilidade da terra.

A exploração agrícola de diversas culturas, especialmente de cereais, pode ser intensificada nessa rica região, empregando-se métodos racionais adequados, que não só oferecem maior rendimento como evitam também a devastação das matas.

Os atuais processos de plantio, ali levados a efeito por meio de roças, muito tem contribuído, como geralmente acontece em zona do hinterland, para o empobrecimento e desvalorização das terras.

Já não é sem tempo que se pratique a lavoura mecânica, substituindo assim os arcaicos e condenáveis métodos culturais, ainda tão arraigados nos hábitos do nosso agricultor nacional.

Assim procedendo o nosso sertanejo abandonará a vida nômade que até então tem levado, sendo definitivamente localizado em um só ponto, com a possibilidade de se tornar mais útil e mais produtivo.

Essa fixação obrigatória do agricultor à terra evitará também que novas devastações seja praticadas e conseqüentemente que outras prejudiciais clareiras surjam no seio da mata virgem, com a lamentável eliminação das nossas mais preciosas essências florestais.

Inconsciente do grande mal de que é obreiro, transforma-se o nosso sertanejo em lídimo "fazedor de deserto", sendo que a legislação de amparo às matas, a que se refere o Código Florestal Federal é naquela zona absolutamente inexecutível pela distância e pela falta de fáceis vias de comunicação.

O quadro que atualmente ali se depara com relação às nossas essências florestais, na faixa fronteiriça de 10 léguas, além de impatriótico é verdadeiramente contristador.

A prática de uma agricultura moderna, que sem dúvida advirá da colonização, ora em vista, será a única esperança que se nos afigura de impedir que maiores danos seja causados às matas virgens, ainda remanescentes naquela futura região.

As terras situadas ao longo da fronteira com a República Argentina, separadas pela "Linha Seca" de Barracão, são dotadas de condições mesológicas e climatéricas favoráveis, podendo ser nas mesmas vantajosamente cultivadas trigo, centeio, aveia e cevada, com um rendimento médio calculado de 1 500 a 2 000 quilos por hectare.

O milho desenvolve-se aí também admiravelmente, proporcionando um rendimento aproximado de 3 500 quilos de sementes por hectare.

O arroz é uma cultura nova, aliás aí introduzida com animadora produção, porquanto apresenta um rendimento médio de 2 000 quilos de sementes por hectare.

O feijão, que constitui a principal alimentação da população do interior, oferece igualmente o satisfatório rendimento de 1 000 quilos de sementes por hectare.

A batatinha é uma planta, cuja cultura pode ser incrementada, pois, o seu rendimento de 10 000 quilos de tubérculos por hectare é bastante compensador.

A mandioca, a batata doce e várias outras culturas poderão ser também objeto de exploração agrícola naquela região.

Das plantas forrageiras, a alfafa, o quicuí e azevém, poderão ser cultivadas com compensador resultado.

Das plantas industriais, destaca-se o linho que aí encontra um habitat muito favorável para o seu desenvolvimento.

A videira, deve também constituir objeto de cultura, com

promissores resultados.

As árvores frutíferas de clima temperado principalmente ameixeiras, pereiras, pecegueiros, marmeleiros, caquizinos etc., e bem assim a horticultura em geral, não podem também deixar de figurar num plano de uma exploração agrícola racional.

#### CURSOS D'ÁGUA

O terreno escolhido para a Colônia é atravessado por numerosos cursos d'água, que se dirigem partindo do espigão divisor, para duas grandes bacias, a do Uruguai e a do Iguaçú.

Da primeira, tem origem em vários pontos rios e ribeirões que vão desembocar no rio Pepery-Guaçu, o qual por sua vez vai desaguar no rio Uruguai.

Da segunda, saem em sentido oposto vários cursos d'água, afluentes do rio Santo Antonio, o qual vai desembocar no rio Iguaçú.

Os rios Pepery-Guaçu e Santo Antonio servem, nessa faixa fronteiriça, de divisa com a República Argentina, além de uma "Linha Seca", que a separa do Brasil e que liga em determinados pontos esses dois cursos d'água.

Vê-se assim que as terras são servidas, em todos os sentidos, de abundantes mananciais, com a existência também de fontes de águas minerais, situadas geralmente nas margens desses rios.

Existem, ainda quedas d'águas, saltos e corredeiras, com suficiente potencial hidráulico, que poderão ser aproveitados no fornecimento de energia para estabelecimentos industriais, como sejam:

- a) instalações hidro-elétrica;

- b) moinhos;
- c) serrarias.

### ESSÊNCIAS FLORESTAIS

Em se tratando de terras constituídas de matas naturais e em observância às disposições do Código Florestal, poderão ser conservadas essências próprias da região, não só para organização de "Parques Nacionais", como ainda para proteção à flora e fauna locais.

Da multiplicidade de madeiras de leis e vegetais preciosos, existentes na região, poderão ter aproveitamento imediato o pinheiro, utilizado para taboados diversos e a erva mate, explorada como indústria extrativa.

Com a montagem de Serrarias, outras madeiras também preciosas poderão ter proveitosa aplicação.

Além das numerosas essências florestais da região, que formam as remanescentes matas virgens ali encontradas, podemos mencionar, como madeiras de lei de primeira qualidade, as seguintes:

- a) angico;
- b) cabriuva;
- c) imbuia;
- d) ipê;
- e) canela;
- f) louro;
- g) jacarandã;
- h) guajuvira;
- i) taruman; e
- j) cedro.

É também verificada a existência de certas árvores frutíferas nativas, como seja cerejeira, capoteiro, jaboticabeira, etc.

Numerosas palmeiras e diversas plantas medicinais complementam a vestimenta dessas matas; destas podemos citar sal-saparrilha, japecanga e diversos cipós.

A vegetação inferior de caracterizada pela presença de vários tipos de taquara, putinga e diferentes essenciais de natureza arbustiva.

Constituindo a vestimenta um dos principais elementos para o julgamento do grão de fertilidade da terra, podemos tomar como padrão de terra boa os seguintes vegetais existentes: cedro, açoita-cavalo, canelas diversas, ortiga brava, uvarana, etc.

#### FAUNA

A fauna dessa região é caracterizada pela existência de animais que, na escala zoológica, obedecem a classificação abaixo:

carnívoros: jaguar, leão, jaguatirica, guarã, raposa, lontra, e etc.

roedores: capivara, lebre, paca, etc.

ungulados: anta, catetu, porco do mato, veado, etc.

primatas: macaco, bugio, etc.

desdentados: tamanduã, tatu, etc.

Aves dos mais lindos aspectos habitam as florestas dessa região, tais como: jacú, jacutinga, inhambu, macuco, papagaios, pombos, periquitos, maracanãs, tucanos, etc.

Os cursos d'água, que percorrem a propriedade, são ricos

de vários peixes, dos quais podemos citar os seguintes: Saican, jaú, surubí, pieba, bagre, lambarí, etc.

Os rios de maior volume d'água, como o Peperí-Guaçú e Santo Antonio, são providos de peixes maiores e em quantidade mais acentuada.

#### VIAS DE COMUNICAÇÃO

A colonização tendo por principal escopo o melhoramento agrícola e conseqüentemente a prosperidade daqueles que se dedicam ao amanho da terra, deve-se à priori estudar, nos seus mínimos detalhes, a localização de colonos examinando-se cuidadosamente as necessidades locais, afim de que sejam afastados ou contornados todos os óbices, que por ventura surjam no andamento dos trabalhos agrícolas.

Segundo se nos afigura um trabalho inteligente de localização de colonos, quer de reservistas do exército, quer de outros nacionais já radicados na região, deve ser feito, levando-se em consideração a longa distância e a falta de fáceis meios de transporte.

A exportação dos produtos da lavoura vai constituir sem dúvida um dos mais sérios problemas a ser enfrentado desde logo pelos poderes públicos.

A construção de boas estradas de rodagem deverá ser o ponto de partida deste magno problema, para que seja facilitado a saída de tudo que, produzido na Colônia, suporte o frete da fonte de produção até o mercado consumidor.

Dentre essas sobressai-se a Estrada Estratégica São João-Barracão, com um percurso total de 400 quilômetros, dos quais 240 km em franco trânsito, sendo que muitos trechos já

se encontram macadamizados, no trajeto compreendido entre a estação férrea de União da Vitória e a cidade de Palmas -; prossegue desta cidade, passando pela de Clevelândia e vai terminar atualmente na vila Pato Branco. Esta importante rodovia, cuja construção estava sendo atacada, até o ano de 1930, pelo então 5º Batalhão de Engenharia do Exército Nacional, teve os seus serviços sustados logo após a revolução vitoriosa verificada naquela época.

Entre a vila Pato Branco e o povoado de Santana, numa distância aproximada de 40 quilômetros, já se acha o leito da estrada pronto, dependendo apenas de se estabelecer a ligação em vários pontos e bem assim a construção de boeiros, pontilhões e outras obras de arte. Daí em diante, num percurso aproximado de 25 quilômetros, até atingir o povoado Campo-Erê, está já feito o picadão, de acordo com o traçado nesse sentido aprovado, faltando apenas os trabalhos subseqüentes de cortes, aterros e movimento da terra.

De Campo-Erê até o povoado Barracão na fronteira Argentina, foram os estudos já feitos pelo Divisor das Águas, necessitando assim para terminar essa importante Estrada Estratégica apenas 120 quilômetros, inclusive 25 km desmatados e em parte já destocados.

Enfim, com a ligação dos 40 quilômetros já construídos e a abertura de 120 km, ainda restantes, teremos conseguido uma das melhores estradas estratégicas do Brasil, pondo em comunicação importante tronco ferroviário do Paraná com a Fronteira Argentina.

Outra comunicação digna de estudos é a que partindo de Barracão, atravessando o Estado de Santa Catarina, vá atingir

a estrada de rodagem existente no lugar denominado "Famoso," numa distância de 80 quilômetros. Nesse trajeto já existe uma picada aberta, necessitando portanto que sejam melhoradas as condições técnicas de traçado e atacada a construção da estrada.

Do Famoso até a estação férrea de Santa Barbara, no Estado do Rio Grande do Sul, num percurso de 225 quilômetros, existe uma boa estrada de rodagem, bem conservada e de grande movimento, na qual transitam comumente caminhões, com uma lotação de carga de 4 a 5 toneladas.

De Barracão ao povoado Santo Antonio, no Estado do Paraná, já existe uma estrada carroçável, construída por uma firma erivateira argentina, com um percurso mais ou menos de 36 quilômetros. Essa rodovia necessita de reparos e de reconstrução de alguns pontilhões para dar franco trânsito.

De Santo Antonio, no Brasil, vai uma boa estrada de rodagem até Deseado, na Argentina, tendo a distância de 54 quilômetros.

No momento, somos de opinião que seja melhorado o sistema rodoviário já existente, conforme acima nos referimos, e atacada imediatamente a construção da Estrada Estratégica, na parte compreendida entre os povoados Pato Branco e Barracão, num percurso de 160 quilômetros, dos quais 40 km de estrada já estão feitos, faltando apenas estabelecer as respectivas ligações.

#### CASAS DE COLONOS

Uma providência que se torna necessária e inadiável é a construção provisória de ranchos, os quais serão futuramente substituídos por casas padronizadas.

Para que seja posta em prática tão imprescindível medida

faz-se mistêr a montagem, no local da colônia, de uma ou mais serrarias, afim de suprir de madeira beneficiada os interessados, na instalação de suas moradias.

Jã é tempo de proporcionarmos ao agricultor nacional um relativo conforto, que lhes permita gosar boa saúde, para enfrentar com coragem o amanhã da terra; e isso se conseguirã em parte pelo melhoramento de suas habitações, localizando-se, sempre que possível, em zonas altas, expostas ao sol, bem ventiladas, com água potável e obrigatoriedade da construção de fossas fecais isoladas, para evitar infiltrações e propagação de verminose, além de outras graves enfermidades, tais como otifo, desinteria, emebiano, etc.

As peças com altura, do soalho ao teto, não inferior a 3 metros, com 9 metros quadrados, para alojar uma pessoa ou de 12 a 15 metros quadrados para duas pessoas, devendo o soalho ficar aproximadamente 50 centímetros acima do nível do solo.

Essas são as nossas sugestões, de caráter urgente que, a juízo dessa Diretoria, poderão ter logo início, para que a colonização na faixa fronteiriça de Barracão, se transforme pois em uma realidade.

Outros serviços correlatos serão posteriormente examinados e atacados, dentro das dotações orçamentárias, distribuídas para tão transcendente finalidade.

#### LOCALIZAÇÃO DE COLONOS

Juntamente com reservistas do exército, objeto principal do presente trabalho, segundo nos parece, seria aconselhável a localização imediata, na zona da faixa escolhida, de cerca de 250 famílias de agricultores genuinamente brasileiros,

que, segundo estamos informados, em Rio Caçador, no vizinho Estado de Santa Catarina, foram desalojados, em virtude de uma ação de despejo que lhes foi movida, pelo proprietário das terras que ocupavam.

Foi trazido ao nosso conhecimento, pelos informes prestados, que a situação desses nossos humildes patrícios é precaríssima; lavradores tradicionais de várias gerações não se coadunam com outras atividades ainda mais quando estas escassam, dada a falta de transporte em toda região, pela deficiência absoluta de combustível que, conseqüentemente, tem também a paralização de outras pequenas indústrias.

É uma providência que urge, afim de por a salvo uma leva considerável de agricultores que ora, desvalida de recursos, vai tendo a vida cada vez mais agravada, se o Governo não lhes der, como é de todo justo, o amparo oficial necessário.

Poder-se-ia, desde logo, dar andamento aos trabalhos preliminares de demarcação de lotes e localizar gradativamente cada família, em ranchos provisórios construídos por cada interessado, enquanto que, concomitantemente, fosse instalada uma ou mais serrarias, quando então as casas coloniais seriam construídas obedecendo um tipo padronizado e com relativo conforto.

As terras possuem os elementos básicos para a incontinentemente realização desse mistér, isto é, abundância de pinheiros e diversas madeiras de lei, assim como potencial hidráulico indispensável à montagem de estabelecimentos industriais.

Ao nosso ver, essa medida no momento posta em prática, não só seria uma finalidade de grande alcance social, como uma obra eminentemente patriótica.

Essas famílias, conquanto não sejam constituídas, na sua

maioria de reservistas, tem filhos que já prestaram serviço militar, enquadrando-se, por isso perfeitamente nas disposições que regem a localização de nacionais nas grandes colônias agrícolas.

Acresce ainda que a faixa fronteiriça, onde se acham as terras para esse fim, abrange os Estados do Paraná e também o de Santa Catarina, do qual, conforme acima ficou dito, foi desalojada essa pobre gente.

A colonização imediata daquela faixa fronteiriça, além de facilitar o desenvolvimento racional do solo, proporcionará por esse meio a estabilidade dos nossos patrícios, que, até então, como intrusos de terras particulares ou ocupantes clandestinos de outras propriedades, são a cada momento impiedosamente desalojados.

Com a assistência assim dos poderes públicos e radicados em suas posses, como consequência da colonização, tornar-se-ão esses sertanejos lavradores prósperos e muito mais úteis à comunhão nacional, não só pela organização de uma lavoura adequada, como ainda pelo desaparecimento das habituais devastações de matas, por eles praticadas para plantio de roças, nas terras devolutas ou mesmo nas já legitimadas.

Para perfeita coordenação das atividades de cada família de colono, a ser localizado, faz-se mister que a sua futura propriedade seja subdividida nas seguintes partes: uma área destinada aos labores agrícolas, uma para encerra de porcos e finalmente uma outra para potreiro, nesta vivendo à solta os animais de tração, vacas leiteiras e a criação em geral de outras espécies.

Subtende-se, dessa arte, que a área mínima para compor-

tar essas diferentes modalidades de trabalhos, precisa ser de 50 hectares ou aproximadamente 20 alqueires de 24 200 m<sup>2</sup>, afim de evitar que qualquer uma delas sofra impasse no seu devido andamento.

Inicialmente seriam localizados todas as famílias de nacionais, já existentes na faixa da fronteira, inclusive as constituídas de reservistas do exército e as procedentes do Rio Caçador, consoante referência já feita nesse sentido no presente capítulo.

Em seguida, além dos reservistas que anualmente fossem sendo para alí encaminhados, seria de bom alvitre que fosse também facultado a entrada de brasileiros natos, que, segundo dados colhidos, podem ser calculados numa média de 500 famílias por ano, provenientes de pontos mais próximos do Paraná e Santa Catarina, em cujos Estados estão, conforme atraz já foi esclarecido, situadas as terras objeto da colonização em apreço.

Afirma o Coronel Manoel dos Passos Maia, profundo conhecedor de toda zona do ex-Contestado e pioneiro das mais florescentes colonizações, realizadas em várias concessões de terras nos dois Estados supra citados que, dentro de tempo relativamente curto, poderão ser localizadas na faixa fronteiriça de Barracão e Santo Antonio mais ou menos 3 000 famílias de nacionais.

A benéfica influência da colonização far-se-ia desde logo sentir pela alfabetização de grande número de crianças que, naquelas longíquas paragens, não estão frequentando escolas, desconhecendo assim, por ignorância, os deveres cívicos de sua própria cidadania.

Outras há que, pelos motivos de seus pais trabalharem

ou mesmo residirem no território argentino, cursam as escolas primárias ali sediadas, sendo, por isso, obrigadas a professar sentimentos estranhos aos de sua nacionalidade.

Outras ainda, residentes mais distanciadas da fronteira, deixam de frequentar escolas, ou em consequência do afastamento da sede ou por não concordarem os progenitores que os seus filhos recebam instrução num país estrangeiro.

É este Sr. Diretor o relatório que temos a honra de vos apresentar, cōscios de termos nos desincubidos parcialmente da nossa missão, na altura da confiança que nos foi depositada.

Rio de Janeiro, 22 de julho de 1942.

a) Francisco Fernandes Leite  
Engenheiro K.

a) Sylvano Alves da Rocha  
AGFA K.

Junte-se ao D.T.C. 712/41  
31-7-42

a) José de Oliveira Marques.

**ANEXO II**

CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

SECRETARIA GERAL

PALÁCIO DO CATÊTE

Rio de Janeiro, D.F.

Em 16 de junho de 1941.

Nº 477

Do Secretário Geral

Ao Exmo. Sr. Ministro da Agricultura

ASSUNTO: Núcleo Colonial em Foz do Iguaçu

ANEXO: Aviso 77v. de 5 de junho de 1941, desse Ministério e  
e mais processos anexos.

I - Numerosos soldados, anteriormente agricultores, após prestarem o serviço militar na 1ª Companhia Independente de Fronteiras, em Foz do Iguaçu, invocam o art. 230 da Lei do Serviço Militar e do inciso 1 do art. 6º do Decreto-lei nº 1968, para obtenção de lotes para cultura. Seus pedidos, encaminhados a esse Ministério, levaram a Divisão de Terras e Colonização a propor a criação de um núcleo colonial naqueles arredores.

II - Estando essa região compreendida na faixa de 10

lêguas da fronteira, faixa essa que vem a ser reintegrada ao Patrimônio da União, carecendo essa decisão presidencial apenas do ato declaratório em vias de ser publicado, esta Secretaria Geral é de parecer esse Ministério está em condições de prever planos de colonização em terrenos que forem reivindicados pela União, não só nos arredores de Foz do Iguaçu, como em terras idênticas nas vizinhanças de centros de consumo de outros Estados fronteiriços, para nelas localizar os nossos reservistas e demais famílias brasileiras que o desejam.

III - Sirvo-me do ensejo para apresentar a V.Exa. os protestos do meu alto apreço e consideração.

a) Gen. Francisco José Pinto  
Secretário Geral

### ANEXO III

A QUEM INTERESSAR POSSA:

Os abaixo assinados, colonos, comerciantes, industriais, os profissionais liberais, ocupantes de terras no Povoador de Rio Marrecas, e adjacências, considerando a necessidade de constituírem uma COMISSÃO PERMANENTE para a defesa de seus direitos com referência ao litígio existente sobre a legitimação das referidas terras, resolvem credenciar os Srs. Dr. RUBENS DA SILVA MARTINS, GUILHERME GHELI, JULIO ASSIS CAVALHEIRO, AUGUSTO DAROS, VICENTE LONGO, OTAVIO DAL'MARIA, LUIZ FAÉDO, DANTE MANFROI, AGOSTINHO NEVES DA ROSA, BALDUINO DAROS, JOÃO PEDRO MAZZARO, JOSÉ PETIA, RICIEBRE CEIA, THEODORO ZANATTA, ANGELICO PENSO, GUERINO FABREZ, JOSÉ MIRANDA DUARTE, NATALINO TONDO, JAMER DE FREITAS E LOURENÇO BANÉ, para integrarem a referida Comissão e procederem as medidas necessárias ao bom desempenho de suas atribuições, abaixo especificadas:

1) Contacto direto com as autoridades governamentais afin de ~~obterem~~ e obterem informações precisas com respeito ao assunto em apreço.

2) Defesa das pessoas que forem prejudicadas por medidas injustas postas em pratica pelos representantes, ou proprietários ou membros de Firmas ou Companhias que reivindicarem as citadas terras, bem como pelas autoridades constituídas.

3) Entendimento com os legítimos proprietários da gleba, afin de harmonisar os interesses dos mesmos com os dos atuais posseiros.

4) A Comissão ora organizada poderá designar sub-comissões, afin de promover entendimentos com quem julgar necessário, obdecendo estas as instruções ~~com quem, digo~~ da Comissão Central.

5) A Comissão em causa será presidida pelo Sr. Dr. Rubens da Silva Martins, e terá séde no edificio do Sr Theodoro Zanatta, nesta Vila de Rio Marrecas, e as informações serão prestadas aos signatários do presente, mediante afixação de boletins informativos no referido local.

RIO MARRECAS, em 3 de Setembro de 1951,

Miriam Belles

~~Caetano de S. M. F. Alves~~

~~Galvão Reis~~

Angelico R. Pardo

Heitor Loureiro

Luiz e Antonio Faedo

José Carlos de Sousa

Vicente Lemos

José Pedro Magalhães

Octavio Dallabaria

Julio Assis Cavalcanti

Italina K. Scotti

Glucocardoso Jolotto

Mário César

Luiz Estepassoli

Isidoro Bermentini

Graciliano Antunes de Souza

José Miccanschi

Ida Miccanschi

Luiz Martins

José Luiz de Maciel

Yácorumbia

José Thomé

Umberto Di Domenico

Constantino Mlyzno

Albino Di Domenico

Agostinho Neves da Costa

Atalá Gouveia

Angelo Simão de Barros

José Raldi

Cláudio Manuel Santana

Elias Costa

Pasquale Rossi  
 Angelo Bacchi  
 Aurelio Francison  
 Estevan Grossi  
 João Paulo  
 Mario Colodetti  
 Serefredo Neunitz  
 Augusto De Pass  
 Fioravante Cetti  
 Oreste Luta  
 João Zaquilni  
 Guerrino Felpis  
 Estanislau Demochosi  
 João de Almeida  
 Fernando Duce  
 Antonio Barchignoni  
 Mercilio Alaminari  
 João Raldi  
 Egidio Zanatta  
 Willyo Fals No  
 Lourenço Gross  
 Trineu Montenegro  
 Severino Mazzotti  
 João Tralves  
 Sebastião Falel  
 João Galabrin  
 Etilio Piorozan  
 Constante Gemelli  
 Paulo Batta  
 Francisco Capicori Filho  
 Arilda Alves dos Santos  
 Veraziano Alves de Oliveira  
 Clélia Piavergan

Guiz Macagnan  
Lurilo Pereira de Abello  
João Maria Cardoso  
Jaquim de Souza Macient  
Tasa Paula  
Arytino Truê  
Nunes de Jesus  
Olivio Scatelli  
Laurindo Genelli  
Egido Battola  
Adelino Vitorelli  
Vico de Ruzzi  
Aurindo Vovosini  
Silvino José Romitti  
Antonio Carlos de Souza Vieira  
Guiz Minon  
Pedro Ferronato  
Angelo De Costa  
Jana Kunze  
Joni Kunze  
João dos Santos  
Rainaldo Rodrigues  
Felismino Soranzo  
Romilio Fortunato  
Isidoro Seachet  
Alberto Arbundini  
Francisco Comunello  
Sady Bigaton  
José Benedito Varzani  
João Trisbo  
José Celso  
Elpidio Miranda  
Pedra Malinowski

Olga Miranda  
 Sebastião Backes  
 José Grande  
 José Gambini  
 Alberto Pizuel  
 Atides da Silva Coelho  
 Paulo Krüger  
 Matilino Maciel  
 Luzo Lourenço Silva  
 Henrique Croda  
 Rosa Doneluz Croda  
 Wilson Croda  
 Idalecio Kuntz  
 João Timote  
 Ottiliano Marchesan  
 Lidovina Croda  
 Leopoldo Galvan  
 7 gal. Galvan  
 Olina Galvan  
 Silvestre Ferraz  
 Antônio de Castro  
 Anacleto

Olmo Pozzi  
 Alfredo Pegoraro  
 José Pinaldi  
 Maria Lise  
 Laurinda de Lise  
 João Maria Machado  
 Juribio Roberto  
 Leonildo Panosso  
 Miguel Fidalgo  
 Francisco Lancoski  
 Ezequiel Dalagnol

Leidia Odum  
 José Camargo De Oliveira  
 Aristides Barros de Mascaro  
 José Ramos da Silva  
 José Leozay ~~van~~  
 Guirino Sartori  
 Ezidio Gasparoni  
 Darcy Brondini  
 Iraci Bramantina  
 Leopoldo Batista  
 Fernando de Scussiatto  
 Ladislau Borowski  
 Paulo de Souza  
 Theodor Dellani  
 Luiz Lago  
 Amélia Lago  
 José Becagno  
 Pedro José Nunes  
 Primo Benvenuto Stopassoli  
 Manoel Mello  
 José Turco  
 Paulo Mello  
 Francisco José Corro  
 Hermes Larangan  
 Mercello Gurrin  
 Bernardo Gregorio Marcilio  
 Vicente Salmorea  
 Paulo Beal  
 Dionísio Galvan  
 Florentino Brining  
 Antonio José de Miranda  
 Hilbert Schmitz

Angelo Di Domenico  
 Luiz Alzei  
 Donato Alzei  
 Moises Dotta  
 Napoleão Vieira  
 Maria Evaristo Pazeto  
 Roberto Schmölke  
 Umberto. w. romeni  
 Domingos Spezzi  
 Adolfo Neszi  
 Luiz Manoel  
 Otavio de Grazi  
 Luiz Henrique de Oliveira  
 José de Carvalho Leão  
 Lady Viana  
 Romão Adair Sampaio  
 Pedro Marcelo  
 Benedito Tinista  
 Oello Wöcke  
 Otávio Wöcke  
 Victor Cardoso  
 Alice N. Carneiro  
 Protonário Alves Correa  
 Maria Rosa Apona Carranço  
 Margarida Carneiro de Andrade  
 Carolina Mendes do Oliveira  
 Emília Apona Carranço  
 João Apones das Suntas  
 Pedro Miguel da Fonseca  
 Manoel Soares Brito  
 Adair de Almeida Anay  
 Zizini Seaf

João Milliez f. eaf

José Araújo Filho  
José Cândido Soares

Lindamir Lúcia de Andrade

Christina Oliveira de Araújo

Maria José dos Santos de Brito

Ricieri Ladore

Alvaro Bonato

Angelina Ladore

Matilde Bonatto

José S. d'Almeida

Luiz Francisco Paggi

Ema Maria Garcia Bonato Paggi

Benorino Joaquim Vieira

Augusto Ambrosio

Antonio Lúcio

João Glauco

Luiz Silva

Emídio Mendes da Cruz

Querino Bordignon

Olga Bordignon

Steverson Bordignon

Ulry Bordignon

Thalia Busatto

Vitório Tróia

Graciosa D'Almeida

Yosi Fabri

Benoni Honorato Teixeira

Guilherme Pizzol

João Batista da Silva

Claudio Ciclotto

Antonia Comara

Atílio José da Silva

Arubino Greggio

Alterca Sreste

Indolfo Joao Tavares

Jose Augusto Benavides

Jane Oliveira de Freitas

Romario Pellegrino de Freitas

Santina Triches da Silva

Albino Muller

Viraldino de A. Seixico

George Say

Elastico Sourcio Sompico

Sergio M. de Oliveira

Miguel Woldenberge

João Felechen

Arnoldo Ortiz Carrageo

Armando Jose Scotti

Antonio Keller

Lucia Penso

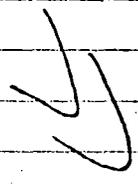
Raulinda Dalla Maria

Jose Virgilio Arapp

Rubens S. Machado

Jairo e Baehadi

Pedro Contini



109

Rio Marrecas, 15 de Outubro de 1951

A Comissão Permanente, eleita em Assembléia Geral pelo povo de Rio Marrecas, Município de Clevelândia, Estado do Paraná, em data de 1ª de Setembro de 1951, resolve designar os snrs. JAHYR DE FREITAS, IRINEU MONTEMEZZO e ANGELICO PENSO, para, sob a Presidência do primeiro, constituírem a sub comissão que seguirá à Capital da República para tratar dos seguintes assuntos:

1 - Entrevista com o sr. Presidente da República afim de apresentar-lhe petição assinada pelo povo de Marrecas, referente à questão da gleba onde se localiza o povoado do mesmo nome, solicitando ao mesmo mensagem tranquilizadora quanto às garantias que o Governo Federal concederá aos ocupantes das terras em litígio.

2 - Investigação junto à Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional quanto às atividades do sr. José Copertino de Almeida Goes, em Marrecas.

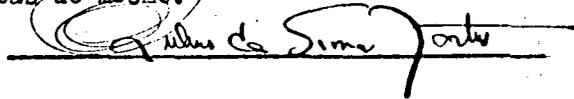
3 - Entendimento com pessoa autorizada a representar a firma "TERRAS E PINHO", versando o mesmo sobre os quesitos elaborados pela Comissão.

4 - Idem, com pessoa que represente a firma "Clevelândia Industrial e Territorial LTDA".

Na impossibilidade de a sub comissão marcar entrevista com o sr. Presidente da República, deverá a mesma procurar entender-se diretamente com o sr. Vice Presidente e, na falta deste, com outra autoridade competente.

A Sub-Comissão não deverá ser acompanhada em seus trabalhos por pessoas que representem ou pertençam às empresas litigantes e os resultados de suas atividades no exercício de suas atribuições deverão ser mantidos em sigilo e relatados à Comissão, quando de sua volta.

As despesas decorrentes dos trabalhos da Sub-Comissão, serão custeadas pelas importâncias angariadas do povo de Marrecas, num total de CR\$ 4.315,00. (Quatro mil trezentos e quinze cruzeiros), sendo que os gastos referentes à viagem e estadia do sr. Angelico Penso correrão às expensas do mesmo.

  
\_\_\_\_\_

Rio Marrecas, 15 de Outubro de 1951

A Comissão Permanente eleita em assembleia Geral do povo de Rio Marrecas, Município de Cleveândia, Estado do Paraná, em data de 12 de Setembro de 1951, resolve designar os snrs, JANYR DE FREITAS, IRINEU MONTEMEZZO e ANGÉLICO PENSO, para, sob a Presidência do primeiro, constituirem a sua - comissão que seguirá à Capital da República, a fim de tratar de assuntos de interesse geral, conforme instruções baixadas pelo sr. Presidente.

*Comissão Permanente*  
*Atencioso*  
*Guerrino Fubij*  
*David de Aguiar*  
*Vilberto Lopes*  
*José Carlos de Miranda*  
*Octávio Dalla Manna*  
*Baldemiro D'Arco*  
*Leônidas Torres*  
*Wladimir Cella*  
*H. Ori Cella*  
*St. João de Deus*  
*Julio Assis Caballero*  
*Voto do Compromisso e dos demais*  
*Irineu Montemeggio*  
*Wladimir de Freitas*  
*Angélico Penso.*

Rio Marrecas, 15 de Outubro de 1951

Exmo. Sr. SUPERINTENDENTE DAS EMPRESAS  
INCORPORADAS AO PATRIMÔNIO NACIONAL.

Prezado Senhor:

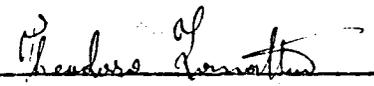
A Inspetoria de Fúcia desta cidade de Rio Marrecas, Município de Clevelândia, Estado do Paraná, vem, por intermédio do presente, solicitar de Vossa Senhoria a fineza de informar, por intermédio da sub-comissão portadora deste, se essa Superintendência designou o sr. JOSÉ COPERTINO DE ALMEIDA GOES para exercer funções relacionadas com a fiscalização de terras nesta localidade e a adoção de medidas coercetivas aos atuais posseiros das terras que se encontram sob a jurisdição dessas Empresas, conforme edictais que o mesmo afixou em lugares públicos desta localidade.

Outrosim, informamos que a pessoa em causa, aqui chegada no mês de Junho próximo transacto, causou profundo descontentamento entre os moradores locais e que a mesma se encontra ausente desde o dia primeiro de Setembro último.

A Sub-Comissão acima referida, será portadora de sua prezada resposta nesse sentido.

Na expectativa de sua valiosa atenção, servimo-nos da oportunidade para apresentar a Vossa Senhoria os nossos sinceros agradecimentos e as nossas

RESPEITOSAS SAUDAÇÕES



THEODORO ZANATTA

Inspetor

ANEXO IV



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Of. N.º

1884

Em 15 de outubro de 1951

Do Diretor da Divisão de Terras e Colonização

Ao Sr. Administrador da Colônia Agrícola Nacional General Osório

Assunto - Regularização de terras da C.A.N.G.O.

Para que conste dos arquivos da C.A.N.G.O. e a fim de salvaguardar os interesses da União, que agora podem ser fundamentadamente amparados, transcrevo abaixo o importante documento com que o Exmo. Sr. Dr. 4º Procurador da República responde a uma consulta do titular da Agricultura, relativamente a uma escritura pública de doação celebrada entre as Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União e a sociedade "Clevelândia Industrial, Territorial Limitada", assim formulado:

"Respondendo ao Aviso nº G.M. 1381, de 20 de agosto de 1951, em que V. Excia. solicita informações sobre a escritura pública de doação celebrada entre as Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União e a sociedade "Clevelândia Industrial, Territorial Limitada", em notas do Tabelião do 6º Ofício de Notas desta Capital, no Livro nº 491, fls. 14, sob o nº de ordem 6.930, aos dezessete de novembro de 1950, passo a prestar a V. Excia. os necessários esclarecimentos sobre o assunto.

Constata-se do processo que acompanha o Aviso de V. Excia. que a sociedade "Clevelândia Industrial, Territorial Limitada", em requerimento datado de 19 de abril do corrente ano, se propõe a doar à União, gratuitamente, uma área de 20.000 alqueires, para nela ser instalada a Colônia Agrícola Nacional General Osório, área essa que constitui parte in

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

tegrante das terras que foram objeto da referida escritura de doação. Instrui a proposta, além de outros documentos, uma certidão da mencionada escritura (fls. 4) e, ainda, a certidão da transcrição respectiva no Registro Geral de Imóveis no Paraná (fls. 12, 13 e 14).

Acontece, porém, Sr. Ministro, que o doc. de fls. 4, teve a sua validade contestada pela União e, ao ser apreciado pelo Tribunal de Contas, negou-lhe este o necessário registro por violação frontal das normas legais que regem as vendas dos bens incorporados ao Patrimônio Nacional (art. 77, I, da Constituição Federal).

A União, outrossim, promoveu o cancelamento da transcrição da escritura de doação, perante o Juízo da Fazenda Pública do Estado do Paraná, tendo obtido decisão judiciária favorável, cumprida através expedição do competente mandado judicial de cancelamento. E, posteriormente, foi a União reintegrada, por sentença judiciária, na posse das terras objeto da mencionada escritura.

Todos os fatos acima narrados ocorreram antes da data em que foi oferecido o requerimento de fls. 1.

Assim, a doação que se pretende fazer constitui ato que só pode ter como finalidade a obtenção de um despacho desse Ministério visando o favorecimento administrativo sobre assunto de órbita judiciária, na qual ficou decidido de maneira clara e inequívoca o direito de propriedade que exerce a União sobre as terras em questão em toda a sua amplitude, conseqüente do domínio que sobre as mesmas têm, decorrentes do Decreto de incorporação dos bens da São Paulo-Rio Grande.

Em conseqüência o título de domínio oferecido pela Requerente é inexistente e o que se oferece como doação gratuita é propriedade da própria União que, recentemente efetuou no "Banque de France" o depósito da soma de 991.157.611 francos, à disposição dos portadores das obrigações da "Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande" para o devido resgate, tudo nos termos dos arts. 4º e 7º, item c do Acôrdo de Resgate de 8 de março de

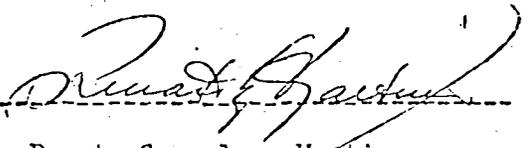
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

1946, celebrado entre os Governos Brasileiro e Francês ( Diário Oficial de 24.8.1951, pag. 12 579).

É fora de dúvida, portanto, que a Requerente, ao oferecer a doação gratuita em data de 19 de abril do corrente ano, não possuía, como não possui e nem nunca possuiu título hábil de domínio que a capacitasse de fazer doação, sendo de estranhar não houvesse esclarecido a esse Ministério sobre os fatos acima relatados, que agora levo ao conhecimento de V.Excia. para um perfeito e acertado juízo sobre o que propõe a sociedade "Clevelândia Industrial, Territorial Limitada".(C.I.T.L.A)

Pondo-me à disposição de V. Excia. para qualquer outro esclarecimento que desejar, aproveito o ensejo para expressar o meu alto apreço e consideração!a) Ademar Vidal - Procurador da República. 7

Saudações



Renato Gonçalves Martins

- Diretor da D.T.C. -

## ANEXO V

### RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

Em 4 de abril de 1956, o Presidente da República, Juscelino Kubitschek, em correspondência secreta ao Senado enviou um anteprojeto de resolução, elaborado e aprovado por unanimidade pelo Conselho de Segurança Nacional, que dispunha sobre a anulação da venda de terras da União à Clevelândia Industrial e Territorial Ltda., com 16 considerandos e 5 resoluções:

#### Considerandos:-

1 - Considerando que a este Conselho e ao Instituto Nacional de Imigração e Colonização tem chegado constantes denúncias e reclamações contra a sociedade Clevelândia Industrial e Territorial Ltda. - CITLA - a qual, dizendo-se proprietária das Glebas "Missões" e "Chopim" no Estado do Paraná, vem por diversos meios de divulgação, inclusive rádios e jornais, anunciando e oferecendo à venda de terras situadas na Faixa de Fronteira e dentro da área do NÚCLEO COLONIAL GENERAL OSÓRIO;

2 - Considerando que tais atividades da referida empresa vem causando desassossego e inquietação entre os colonos do mencionado Núcleo e demais pessoas nele residentes e de há muito nele localizadas;

3 - Considerando que de tais terras se diz a sociedade em questão proprietária por aquisição feita à Superintendência

das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União;

4 - Considerando que as glebas "Missões" e "Chopim" acima aludidas, se acham ambas, localizadas em sua totalidade na faixa de 150 quilômetros ao longo da fronteira (Lei nº 2.597, de 120955, at. 2º).

5 - Considerando que, por disposição expressa da Constituição Federal - art. 180:

"Nas zonas indispensáveis à defesa do País não se permitirá, sem prévio assentimento do Conselho de Segurança Nacional:-

1 - qualquer ato referente a concessão de terras, a abertura de vias de comunicação e a instalação de meios de comunicação;"

6 - Considerando que, não obstante os termos peremptórios do preceito constitucional, para a transação supracitada jamais foi solicitada a necessária e imprescindível autorização prévia deste Conselho de Segurança;

7 Considerando que, em consequência, nenhuma é a validade e nenhum o valor jurídico do título que a empresa Clevelândia Industrial e Territorial Ltda - CITLA - ostenta, e com o qual pretende fundar a sua propriedade sobre aquelas duas glebas;

8 - Considerando que, se para qualquer concessão de terras na Faixa de Fronteira - por menor que seja - a Constituição exige, sob pena de nulidade, o prévio e expresse assentimento deste Conselho de Segurança, muito maior há de ser o rigor em se tratando, como na espécie, de terras com área global superior a 500.000 hectares - apreciável parte do território nacional;

9 - Considerando que, para a concessão de terras públicas de área superior a 10.000 hectares - ou seja, de área 50 vezes menor que a de que ora se cogita - impõe ainda a constituição da República preceda autorização do Senado Federal (art. 153 -2º), preceito esse também não respeitado quando da transação celebrada com a Clevelândia Industrial e Territorial Ltda. CITLA -, o que sobre outros motivos de nulidade, torna duplamente inconstitucional a aludida transação;

10 - Considerando que, precisamente por isso ao contrato celebrado com a empresa em causa negou registro o Egrégio Tribunal de Contas da União;

11 - Considerando que, assim, é de toda conveniência prevenir e alertar os colonos e demais moradores da região, advertindo-os quanto à realidade da situação das terras que lhes são oferecidas à venda pela empresa Clevelândia Industrial e Territorial Ltda. - CITLA;

12 - Considerando que a mencionada sociedade não está autorizada a funcionar na área que opera pela Comissão Especial da Faixa da Fronteira, nem registrada no Instituto Nacional de Imigração e Colonização como empresa colonizadora;

13 - Considerando que as atividades da dita empresa, por seus prepostos e administradores, se vem constituindo num verdadeiro foco de constante agitação e repetidos atritos, que recrudesçam dia a dia;

14 - Considerando que o interesse nacional exige seja posto um paradeiro a tais agitações, mormente ocorrendo, como ocorrem, em zona considerada pela própria constituição como indispensável a defesa do país;

15 - Considerando que a este Conselho de Segurança cum-

pre zelar, tendo em vista os superiores interesses da Nação, pela ordem e pela tranquilidade de que devem reinar na aludida zona;

16 - Considerando que vários e repetidos tem sido os pronunciamentos anteriores, seja deste Conselho de Segurança, seja dos Srs. Ministros de Estado, seja do Chefe do Poder Executivo no sentido de uma ação enérgica que faça cessar o estado de tensão na Faixa de Fronteira.

#### Resoluções

EM FACE dos considerandos acima, resolve:

- a) seja oficiado ao Exmo. Sr. Ministro de Guerra dando ao mesmo conhecimento da presente e solicitando a remessa de destacamentos para ficar sediado na localidade de Santo Antonio à semelhança do que ocorreu anteriormente com relação ao pelotão atualmente sediado em Francisco Beltrão;
- b) sejam dadas as Instruções precisas aos comandantes dos aludidos destacamentos no sentido da manutenção da ordem pública de modo a prevenir conflitos, possibilitando, assim, a continuação sem sobressaltos, dos trabalhos de colonização a cargo do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, no desempenho da missão a ele confiada pela Constituição Federal (Art. 162) e pela Lei (Lei nº 2.163 de 5.01-54).
- c) seja transmitida cópia da presente ao Exmo. Sr. Consultor Geral da República para o oferecimento das sugestões que lhe parecerem mais aptas à solução do problema.
- d) seja oficiado ao Exmo. Procurador Geral da República

solicitando os bons ofícios do mesmo no sentido de ser acelerado, na medida do possível, o andamento da ação ordinária porposta pela União visando à decretação da nulidade da escritura conferida a Clevelândia Industrial e Territorial Ltda. - CITLA - e o cancelamento do respectivo registro.;

- e) sejam expedidos ofícios aos Srs. Tabeliões e Oficiais de Registro de Imóveis das Comarcas de Francisco Beltrão, Clevelândia, Pato Branco, Santo Antonio, Capanema e Barracão, reiterando os já anteriormente expedidos, no sentido de que não lavrem escrituras, seja de venda, seja de promessa de venda, referentes a terras situadas na Faixa de Fronteira, sem a transcrição, na íntegra, de autorização deste Conselho de Segurança, bem como que não procedam a qualquer transcrição ou inscrição das escrituras outorgadas por outro meio se do título não constar a íntegra da mencionada autorização.

## ANEXO VI DEPOIMENTOS DOS PIONEIROS DO SUDOESTE DO PARANÁ

1 - ABÍLIO CARNEIRO, nasceu em Clevelândia em 1901. Em 1904 sua família foi morar em Campo-Erê e, em 1914, mudaram-se para a costa do Rio Marmeleiro.

Falando da chegada no Sudoeste o Sr. Abílio Carneiro declarou o seguinte:

Em 1914, meu pai e alguns peões arranjaram bastante sal, fósforo, armas de fogo, ferramentas e saíram à procura de terra boa para plantar e entraram no meio daquele sertão. Vinham abrindo picadas, limpando o trajeto, caçando, tirando mel, até que encontraram um lugar que meu pai gostou. Eram as terras na Costa do Rio Marmeleiro onde é a cidade de Marmeleiro. Levaram 15 a 20 dias. Ali construíram um paiol de tábua lascada de pinho e fizeram uma roça de milho.

Falando da mudança e da vinda da família, afirmou:

Quando o milho começou amadurecer, meu pai trouxe a família. Meu pai vinha tocando várias reses, porcos e as mulheres carregavam os cargueiros. Trouxemos galinhas e cachorrada boa. Mas, a mudança veio aos poucos depois de muitas viagens e sofrimentos, pois a gente levava 5 dias de Campo-Erê a Marmeleiro porque as picadas eram muito ruins e cheias de voltas. Quando chegamos, meu pai soltou os porcos na roça para engordar.

Sobre as dificuldades do comércio o Sr. Abílio disse:

Naquele tempo não se vendia nada em saco. Era tudo em cargueiros. E para se vender tínhamos que levar em lombo de mula a Barracão ou Clevelândia. Porco gordo era tocado em tropa. Houve gente em Marmeleiro que levou mais de 30 perus, tocados até Barracão (isso aconteceu por volta de 1930). À noite os galináceos procuravam as árvores bem cedo comiam e iniciavam a marcha.

A respeito de quem primeiro pisou em Marrecas o Sr. Abílio afirmou:

Acho que foi a minha família, quando fazíamos caçadas. Lembro que antes de 1922, descemos o Rio Marrecas de boteco, caçando e fazendo conhecimento. Paramos na Barra do Faedo, onde o riacho Lonqueador deságua e soltamos os cachorros. Logo acuaram uma anta no barranco do riozinho e ouvimos os esganiços de um dos cachorros que foi ferido pela anta numa das paletas, lonqueando-o. Por isso batizamos o riacho de Lonqueador, que ainda se chama assim. Em 1922, quando soubemos que a coluna de Luiz Carlos Prestes estava na região, ficamos com medo que viessem até Marmeleiro para matar nossos animais. Então, conduzimos as criações nas paragens ou potreiros que mais tarde pertenceram ao Luiz Antônio Faedo, aí ficando uns 10 ou 15 dias. Construímos uma cabana de varas fincadas no chão e cobrimos com taquara, perto da Barra do Faedo. Dois anos depois, quando viemos buscar algumas traíás que tínhamos deixado, um tigre estava ali morando. Quando chegamos, o bicho tinha acabado de sair e deixou uma paca quentinha, recém-morta, que aproveitamos com o Sr. Olímpio Lourenço de Lima e filho. Na época que Leonel da Rocha fugia da polícia no Rio Grande do Sul, porque tinha assaltado um banco para receber o que o governo lhe devia, nós entramos mais uma vez no mato com medo e viemos pernoitar, onde hoje é o Parque Miniguaçu e quase não conseguimos dormir por causa das cantorias de um bando de urutagos.

2 - AMANTINO JOSÉ DUARTE, chegou em 1931 em Vitorínio. Em 1932 mudou-se para Canela e em 1936 chegou em Marrecas, atual Francisco Beltrão.

Sobre o seu trabalho na CANGO, afirmou:

Em 1947 entrei na CANGO para trabalhar como façoneiro, para abrir a picada da estrada que vai do Rio Marrecas a Capanema. Iniciamos o trabalho no Km 4. Meu companheiro de facção era o Adroaldo Luiz da Costa. Quando estávamos no Km 23, o Otaviano Teixeira dos Santos quis que nós explorássemos o Bacião que ligava com o Rio Cotegipe. E, ali, nos perdemos e fomos achar o Alfredo Bigode fazendo roça no Salto do Jacutinga num capeirão que foi roça dos argentinos, anos, atrás, quando eles plantaram para ter milho, enquanto tiravam a erva-mate. Quatro dias depois, achamos, o acampamento ouvindo as businas que chamavam por nós. Mas, Otaviano não desistiu e mandou que nós procurássemos do outro lado e aí nos perdemos outra vez. E, foi muito triste, porque passamos fome e sede. Choveu muito e não tinha lenha seca para fazer fogo. Houve um dia de muita garoa e no outra uma das maiores geadas até hoje. Nós estávamos lá pelo Km 45, quando dei um grito e alguém respondeu. Fizemos várias vezes e sempre repetia. Até pensamos que tínhamos encontrado o acampamento. Mas, não era. Era o tigre já esta nos acompanhando. E assim ele ficou durante dois dias, até que um dia ouvimos o berro de um veado e a fera matou a fome. Nove dias depois, encontramos um grupo de companheiros que nos procuravam, dando gritos, tiros e à noite soltando foguetes de rabo que iam muito alto para dar o sinal. Mas, não vimos nem ouvimos nada que desse para nos orientar.

3 - SEBASTIÃO MÜLLER, que é considerado o 1º morador da cidade de Francisco Beltrão. Sua família chegou em Renascença em 1929. Fizeram a 1ª roça em Francisco Beltrão em 1942.

Sobre a vinda da família para o Sudoeste do Paraná, o Sr.

Sebastião Müller, afirmou: Porque diziam que aqui estavam as melhores terras do mundo. E nós viemos fazer roça para criar porco solto. Sobre sua vinda disse:

Em 1933, casei-me em Pato Branco e fiquei trabalhando perto do meu pai, em Canela. E as crianças vieram vindo. De dois em dois anos vinha um. Quando já tinha três e estava encomendado o quarto, ... era tempo de taquara seca, tempo bom para se fazer roça porque era só golpear as árvores mais secas, eu vim para a costa do Marrecas. E onde hoje mora o velho Luiz Antonio Faedo, construí um paiolão que ainda hoje dá para ver os restos e fiz uma boa roça de toco. Quando, as roças estavam bem encaminhadas, fui buscar a mudança que levei no lombo de 12 mulas. Eu ia na frente com uma criança no colo na garupa e minha mulher atrás com outra.

4 - JAIR DE FREITAS, carioca e um dos mais destacados funcionários da CANGO. Sobre sua biografia afirmou:

Sou carioca da gema e nasci em 24.10.1912. Entrei como diarista do Ministério da Agricultura na Baixada Fluminense em 1934, ganhando 8 mil réis por dia. Depois houve provas internas para contínuo e passei para ocupar a única vaga que havia, tornando-me, então, funcionário. Mais tarde houve provas para arquivista do Ministério, fiz e passei. Em seguida, fiz o tiro de guerra e fui sorteado para servir ao exército, ganhando pelo Ministério da Agricultura. Quando voltei, havia outro ocupando na minha função de arquivista. Mas, como ainda, não existia um regimento administrativo, eu devia abandonar o emprego. Então abri um processo administrativo contra as normas do Ministério e ganhei. E meu processo serviu de modelo para o livro "Questões Jurídicas em Processo Administrativo" de Luciano Pereira da Silva, consultor Geral da República. Continuei nas minhas funções de arquivista até que fui promovido a Auxiliar

de Escritório, trabalhando, desde então, no Prédio do Ministério da Agricultura na cidade do Rio de Janeiro, quando fiz amizade com Dr. Eduardo Virmond Suplicy, trabalhando na mesma secção.

**Sobre sua vinda para o Sudoeste, disse:**

Quando foi criada a CANGO por Decreto Presidencial, falava-se muito na minha secção que algumas pessoas do próprio Ministério iriam integrar essa missão e que Dr. Eduardo Virmond Suplicy seria o chefe ou administrador geral. Então, um dia perguntei-lhe se havia uma vaga sobrando. Ele pensou que fosse para um amigo meu. Mas quando soube que era para mim mesmo, ficou felicíssimo e incluiu-me na comitiva que viria para o Sul ocupando o cargo de Assistente de Administração, cargo que mantive por 7 administrações até 1957.

**A respeito dos trabalhos da CANGO, afirmou:**

Em primeiro lugar, a CANGO tinha uma verba anual de 4 mil e 500 cruzeiros para atender os colonos que pertenciam à colonização. Assim, os colonos mais carentes e que tinha vindo de longe sem muitos recursos, recebiam ferramentas para trabalhar, como enxada, foice, arado. A semente era distribuída gratuitamente e para alguns dava-se, na medida do possível, para fazerem compras dos gêneros de primeira necessidade como feijão, arroz, farinha, açúcar, sal, no armazém credenciado pela administração. Essa assistência mais direta de pai para filho, se fazia por dois anos, quando deviam se tornar independentes, produzindo em sua lavoura. Era bastante concebível essa atitude, porque muitas vezes, o colono precisa desmatar primeiro para depois fazer sua roça. Para se fazer a casa, a CANGO dava madeira de pinho serrada ainda fornecia os pregos. Coisa igual, governo nenhum no mundo deve ter feito. Logo de início, a CANGO tinha médico de graça e também dava os remédios. Mas,

estes direitos só eram válidos para os colonos que pertenciam à área de colonização e estavam devidamente registrados.

5 - CARLOS MENDES DE OLIVEIRA, sua família chegou em Barracão em 1910. Sobre o trabalho de seu pai, o de escrivão, o Sr. Carlos Mendes de Oliveira, afirmou:

Ele saía de casa a cavalo e passava uma, duas semanas, às vezes até 20 dias ou um mês fora de casa e nos lugares que tinha gente, fazia certidão de nascimento, casamentos, certidões de óbitos e legalizava terras, quando encontrava os documentos originais. Muitas vezes, teve que fazer viagens até S.P. para buscar certos documentos.

No início, o trabalho dele era muito difícil, aí por volta de 1915, porque o povo não queria registrar seus filhos. Eles achavam que se todo mundo sabia que os filhos eram deles, porque registrar, então. O mesmo achavam das pessoas mortas. E julgavam que tudo aquilo era uma exploração. Meu pai fazia muitos casamentos dos que moravam no lado de Santa Catarina, porque ali era mais perto.

A respeito de seu trabalho na CANGO, disse:

Em 1943, eu estava em Porto União, porque tinha levado minha esposa para ser operada, e fui na estação ferroviária. Lá encontrei o Dr. Eduardo Virmond Suplicy, o Sr. Jair de Freitas, o Dr. Aparício Henrique e outros que vinham para Pato Branco, instalar provisoriamente a CANGO. Ali mesmo fui encarregado pelo Dr. Suplicy para guiar o pessoal até Pato Branco. Saiu com dois caminhões e de Clevelândia viemos a Pato Branco a cavalo. Sr. Jair de Freitas nunca tinha andado a cavalo e vociferava o tempo todo, porque nunca chegava. Ele tinha uma voz muito forte e gesticulava. Quando chegamos, o pessoal ficou uns dois ou três dias caminhando de pernas abertas. E ins-

talamos rapidamente os escritórios e iniciamos os trabalhos de reconhecimento.

Perguntado como foi indicado para ser o pioneiro do Sudoeste, disse:

Dr. Eduardo Virmond Suplicy sabia que eu conhecia muito de mato e tinha muita experiência. Os outros funcionários ainda eram apenas gente de cidade que tinham vindo do Rio de Janeiro. Então, um dia, ele me chamou e disse que me designava como o primeiro pioneiro do Sudoeste, que devia trabalhar como faconeiro, abrindo as picadas para o topógrafo ir fazendo as medições. Assim saímos o José Siqueira Azevedo, que mora em Marmelândia, adiante de Realeza, na costa do Iguaçu, e eu. Chegamos em Beltrão ainda em 43, com a primeira picada que orientava para a abertura da primeira estrada, que ficou chamada de provisória. Passava pelo Santana e chegava em Beltrão pela estrada do Seminário. E aí chegamos até o Rio Marrecas, abrindo a picada que hoje é a Avenida Júlio Assis Cavalheiro. - Voltamos a reforçar a picada, escolhendo melhores lugares para passar estrada e iniciamos a picada de reconhecimento para chegar em Santo Antonio e depois a Capanema. Numa altura, José Azevedo teimou e enveredou para Enéas Marques que se chamou inicialmente de Jaracatiá. Depois disso, em mês de agosto, entrou o Otaviano Teixeira, topógrafo formado, que me seguia na abertura das picadas, até sairmos em Santo Antonio. Havia mais peões que também ajudavam a alargar a picada e fazer conhecimentos. Mais de uma vez, companheiros perderam-se. Seguidamente o tigre nos acompanhava pelo mato.

Antes de sair em Santo Antonio, chegamos até pensar que estávamos perdidos quando desobedecemos o mapa porque estava errado e nunca chegávamos. Ficamos quase trinta dias sem ter o que comer. Foi aí que matamos um quati mundéu, raspamos o couro como a um leitãozinho, e só não comemos o pelo e as unhas. Até as tripas, lavamos bem e comemos. A maior parte do tempo comíamos brotos de palmitos. Para pescar

não dava porque o rio estava muito cheio. Mas, graças a Deus, chegamos tudo bem. O Otaviano Teixeira já estava desesperado e os nossos peões, alguns eram bandidos, fugitivos da lei e tínhamos que nos cuidar. Mas, eram gente boa. Somente, um dia, um deles quis matar o Otaviano, porque achou que estava caindo comida, quando pediu que ninguém comesse bastante, depois de muitos dias de fome.

6 - ANTONIO DE PAIVA CANTELMO é considerado o primeiro tratorista do Sudoeste. A respeito da construção de estradas afirmou:

As obras iniciadas a 7 quilômetros antes da Pato Branco, na estrada que vem de Clevelândia, para dar continuidade à rodovia de penetração que o batalhão de engenharia de Porto União tinha iniciado desde União da Vitória e pararam ali em 1930 por causa da revolução de Getúlio. Essa rodovia visava também chegar à Fronteira com a Argentina e tinham feito alguns trechos até para cá de Pato Branco. E, inicialmente, aproveitou-se para esse traçado que facilitaria a nova estrada. Em 1945, o Sr. Otaviano Teixeira dos Santos ocupava o cargo de explorador como topógrafo e trabalhava com Carlos Mendes de Oliveira que era seu faconeiro, auxiliados por alguns peões, encontrando o rumo da estrada. Atrás vinha uma turma de localização para montar o projeto e mais tarde era feita a desmatação pelos empreiteiros, que roçavam, destocavam e abriam os trilhos da estrada. Júlio Assis Cavalheiro, foi um desses empreiteiros. Somente mais tarde, entrávamos com máquinas, porque tínhamos que cuidar muito. Se uma máquina estragava, não tínhamos recurso imediato e tínhamos que parar vários dias. Em fins de 1946, mês de setembro, chegamos com as máquinas em Francisco Beltrão, pela primeira vez. Mas, a estrada ficou mais ou menos concluída em fins de 1949, quando foi executada a etapa final, sendo a estrada que transitamos até por último, quando chegou o asfalto.

Em 1947 foi inaugurada a ponte de madeira sobre o Rio Marrecas, que era coberta de tabuinha, sobre o leito do rio. Essa ponte ficava na Avenida Júlio Assis Cavalheiro, onde existe ponte de concreto.

Até 1949, eu era solteiro e morava nos acampamentos. Nesse ano mudei-me para Cango em Beltrão, que já estava pronta há muito tempo e era a sede da colônia, como se dizia na época, de maneira provisória, porque ainda se pensava em decidir onde que seria a sede definitiva. Uns achavam que seria na costa do Rio Santa Rosa, perto da estrada para quem vai a Ampere, para onde fora mudada a serraria do Rio Santana e havia armazém, bodegas, salão social, e mais de 30 casas em 49. Era bem mais desenvolvido que Beltrão, naquele tempo. Outros achavam que devia ser em Foz do Iguaçu. Mas dependia da política de cima que nunca chegou a decidir, e a sede definitiva ficou onde estava primeiro, à margem do Rio Marrecas, confrontando-se com Beltrão.

**7- JULIO ASSIS CAVALHEIRO, natural do Rio Grande do Sul.**

Sua família mudou-se para Clevelândia em 1928.

**A respeito dos trabalhos na CANGO afirmou:**

Em 1945, empreitei da CANGO a abertura da estrada de Pato Branco a Francisco Beltrão, iniciando a obra 7 km antes de Pato Branco, que deixei concluída até Buriti, perfazendo 17 km, em duas etapas, primeiro até o Rio Forquilha e depois até Buriti, perto do Rio Santana. Eu tinha 180 homens que trabalhavam na roçada, no destoque e na abertura da estrada. A CANGO dava o rumo da estrada através de uma boa picada e nós roçávamos 25 metros para cada flanco. Depois, desmatávamos e tínhamos que arrancar os tocos numa largura de 20 metros, por onde a estrada devia passar no meio, com a largura de 10 metros. Atrás, vinha outra turma com picaretas e 10 tombeiras que tinha comprado para isso. As tombeiras eram um tipo de gaiota, puxada por uma mula, que servia para transportar a terra e pedras de um lugar para outro e que suspendia para despejar o

material. Mais tarde vendi-as para os colonos puxarem mantimento da roça. O mesmo trabalho que fazia com minha turma, o falecido Antônio Cordeiro fez de Vitorino para cá. Mas, como já começava ameaçar e eclodir o problema das companhias de terras, ele teve ordens da Cango para simplificar o trabalho e chegar em Marrecas o quanto antes, coisa que aconteceu em 1946. Em fins de 1945, Antonio de Paiva Cartelmo começou a operar as máquinas e veio melhorando a nossa estrada, chegando no ano seguinte até Beltrão, onde já estava instalada a nova sede da Colônia Agrícola General Osório - a CANGO. O Florindo Penso pegou uma empreitada minha e tocou sozinho com seus homens, tendo ele também participado do mesmo trabalho que eu fiz.

Falando de sua ligação com a CITLA, o Sr. Júlio Assis Cavalheiro disse:

O termo certo não é bem esse. Eu tinha tornado o chefe de escritório dessa companhia em fins de 1956 e fiquei no posto até outubro de 1957. E fiz isso porque, então, eu tinha direito de falar e ser ouvido pela chefia, podendo poupar os colonos de maiores sacrifícios, favorecendo na venda por onde eles diziam que tinham divisa, aceitando as propostas de pagamento conforme melhor lhes convinha. Uma colônia de terra custava 500 cruzeiros e eu, muitas vezes, paguei o selo das propostas de compra e venda, porque o colono realmente não tinha dinheiro. Mas, acho que a CITLA não cometeu barbarismo. Nós esperávamos nos escritórios que os colonos interessados em resolver o problema com a companhia viessem até nós. Ninguém era forçado para isso. E a revolta começou, motivada pelo temor e pelo desespero de conversas assustadoras que tinham um fundamento nas atuações da outra Companhia, a Comercial, que tinha comprado 90 mil alqueires e obrigavam os colonos a assinarem e a pagarem até tal dia. Até eu estava com medo dos seus capangas que não nos olhavam direito, quando passavam por perto do nosso escritó-

rio. Quando notei a movimentação dos colonos na véspera da revolução, quis saber o que era aquilo. E quando contaram-me que era contra a comercial, fiquei até muito contente, porque já não me sentia em segurança. Por isso, acredito ninguém pode ter guardado alguma mágoa contra minha pessoa por causa disso. Antes, pelo contrário. Pois, eu sempre procurei só ajudar. Fiquei realmente sentido, eu confesso, quando alguns colonos revoltados arrancaram um obelisco que havia em minha homenagem na praça da cidade. Mas quando entendi a cegueira daqueles que o fizeram, irados e confusos, procurei esquecer e estou muito tranquilo quanto a isto, porque, de sã consciência, não prejudiquei a ninguém.

**ANEXO VII - PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DOS ANOS DE 1947, 1948, 1949  
E 1950**

ANEXO VII - PRODUÇÃO AGRÍCOLA, EM 1947, DAS 319 FAMÍLIAS CADASTRADAS PELA "CANGO"

Em Cr\$

| ESPECIE             | QUANTIDADE | VALOR        |
|---------------------|------------|--------------|
| Abóbora             | 72 665     | 14 533,00    |
| Alho                | 317        | 3 170,00     |
| Alfafa              | 1 703      | 1 703,00     |
| Aipim               | 54 450     | 27 225,00    |
| Amendoim            | 5 056      | 10 112,00    |
| Arroz               | 14 368     | 57 472,00    |
| Aveia               | 300        | 300,00       |
| Batata-Inglesa      | 7 588      | 10 623,20    |
| Batata-Doce         | 85 910     | 25 773,00    |
| Cana-de-Açúcar      | 20 272     | 4 952,40     |
| Cebola              | 404        | 606,00       |
| Cevada              | 113        | 508,50       |
| Centeio             | 53         | 106,00       |
| Ervilha             | 763        | 1 068,20     |
| Feijão              | 72 880     | 94 744,00    |
| Fumo                | 25         | 375,00       |
| Hortalças           | 1 700      | 5 100,00     |
| Linho               | 10         | 30,00        |
| Laranja             | 2          | 20,00        |
| Limão               | 10         | 100,00       |
| Melância            | 50         | 10 000,00    |
| Mandioca            | 71 141     | 28 456,40    |
| Melão               | 68         | 20 400,00    |
| Pêssego             | 185        | 2 200,00     |
| Pimenta do Reino    | 34         | 1 870,00     |
| Trigo               | 11 726     | 35 178,00    |
| Uva                 | 70         | 1 975,00     |
| Milho               | 704 990    | 422 994,00   |
| Aguardente          | 80         | 560,00       |
| Banha               | 25 050     | 325 650,00   |
| Couro Salgado       | 200        | 600,00       |
| Couro Seco          | 225        | 1 350,00     |
| Cêra                | 306        | 4 284,00     |
| Carne de Porco      | 11 198     | 55 990,00    |
| Carne Seca          | 1 385      | 8 310,00     |
| Cascas p/curtume    | 60         | 120,00       |
| Cascas Diversas     | 34         | 51,00        |
| Farinha de Mandioca | 573        | 546,00       |
| Farinha de Milho    | 68 493     | 82 191,60    |
| Fumo Desfiado       | 25         | 1 375,00     |
| Fumo de Rolo        | 2 956      | 94 592,00    |
| Fubã de Milho       | 30 454     | 36 592,80    |
| Fubã de Arroz       | 730        | 1 095,00     |
| Erva Mate           | 30 560     | 30 560,00    |
| Leite de Vaca       | 55 832     | 83 748,00    |
| Lingüiça            | 2 267      | 31 738,00    |
| Manteiga            | 673        | 13 460,00    |
| Melado              | 250        | 250,00       |
| Mel de Abelhas      | 770        | 3 888,50     |
| Ovos                | 10 242     | 35 847,00    |
| Polvilho            | 160        | 1 880,00     |
| Queijo              | 300        | 6 000,00     |
| Taboinhas           | 51 268     | 563 948,00   |
| Toucinho            | 15 820     | 174 020,00   |
| Lã                  | 216        | 3 240,00     |
| Sedeno              | 164        | 1 968,00     |
| Rapadura            | 1 600      | 3 750,00     |
| TOTAL               |            | 2 348 247,60 |

FONTE: Relatório da "CANGO"

ANEXO VII - PRODUÇÃO PECUÁRIA, EM 1947, DAS 319 FAMÍLIAS CADASTRADAS PELA "CANGO"

| ESPÉCIES       | QUANTIDADE | Em Cr\$             |
|----------------|------------|---------------------|
|                |            | VALOR               |
| Boi            | 91         | 109 200,00          |
| Boi de Carro   | 64         | 102 400,00          |
| Cabritos       | 134        | 8 040,00            |
| Cavalos        | 261        | 315 200,00          |
| Eguas          | 363        | 363 000,00          |
| Muare          | 205        | 410 000,00          |
| Galinh         | 7 908      | 63 264,00           |
| Ovelhas        | 372        | 74 400,00           |
| Porcos Cevados | 641        | 224 350,00          |
| Porcos Magros  | 5 085      | 271 250,00          |
| Vacas          | 285        | 484 500,00          |
| <b>TOTAL</b>   |            | <b>3 423 604,00</b> |

FONTE: Relatório da "CANGO"

ANEXO VII - EXPORTAÇÃO DA "CANGO", NO ANO DE 1948

| ESPÉCIE      | QUANTIDADE | Em Cr\$           |
|--------------|------------|-------------------|
|              |            | VALOR             |
| Feijão       | 11 210     | 16 815,00         |
| Arroz        | 2 487      | 6 217,50          |
| Batata       | 12 400     | 24 800,00         |
| Trigo        | 15 921     | 31 842,00         |
| Porco        | 989        | 395 600,00        |
| Milho        | 12 690     | 6 345,00          |
| <b>TOTAL</b> |            | <b>481 619,50</b> |

FONTE: Relatório da "CANGO"

ANEXO VII - PRODUÇÃO AGRÍCOLA, DO ANO DE 1948 DAS FAMÍLIAS CA-  
DASTRADAS NA "CANGO"

| CULTURAS            | QUANTIDADE | Em Cr\$             |
|---------------------|------------|---------------------|
|                     |            | VALOR               |
| Abóbora             | 511 430    | 255 715,00          |
| Alho                | 2 082      | 10 410,00           |
| Alfafa              | 6 651      | 6 651,00            |
| Aipim               | 434 685    | 217 341,50          |
| Amendoim            | 14 362     | 14 362,00           |
| Arroz               | 64 649     | 161 622,50          |
| Aveia               | 3 164      | 1 582,00            |
| Batatinha           | 20 731     | 41 462,00           |
| Batata-Doce         | 326 215    | 163 107,50          |
| Cana-de-Açúcar      | 278 835    | 139 417,50          |
| Cebola              | 6 941      | 13 882,00           |
| Cevada              | 1 292      | 1 292,00            |
| Centeio             | 44         | 44,00               |
| Ervilha             | 2 470      | 4 940,00            |
| Feijão              | 248 572    | 372 858,00          |
| Fumo                | 1 028      | 15 420,00           |
| Hortalicas          | 7 693      | 15 386,00           |
| Linho               | 299        | 598,00              |
| Laranja             | 1 811      | 18 110,00           |
| Limão               | 336        | 2 688,00            |
| Melância            | 5 546      | 554 600,00          |
| Mandioca            | 529 169    | 211 667,60          |
| Melão               | 2 770      | 138 500,00          |
| Milho               | 2 481 401  | 1 240 700,50        |
| Pessego             | 4 689      | 9 378,00            |
| Pimenta             | 1 876      | 28 140,00           |
| Paina               | 18         | 540,00              |
| Trigo               | 95 305     | 190 610,00          |
| Uva                 | 7 801      | 15 602,00           |
| Banana              | 1 372      | 13 720,00           |
| Açúcar              | 520        | 1 820,00            |
| Marmelo             | 68         | 34,00               |
| Batata Salsa        | 100        | 50,00               |
| Pepino              | 302        | 151,00              |
| Ameixa              | 1          | 10,00               |
| Abacaxi             | 300        | 980,00              |
| Goiaba              | 10         | 100,00              |
| Figo                | 15         | 150,00              |
| Araruta             | 15         | 90,00               |
| Lentilha            | 5          | 10,00               |
| Limão Doce          | 26         | 260,00              |
| Cidra               | 2          | 20,00               |
| Aguardente          | 17 111     | 85 555,00           |
| Banha de Porco      | 30 637     | 428 918,00          |
| Couro Salgado       | 1 080      | 5 400,00            |
| Couro Seco          | 396        | 3 168,00            |
| Cêra                | 851        | 10 212,00           |
| Carne de Porco      | 7 237      | 43 422,00           |
| Carne Seca          | 317        | 2 536,00            |
| Cascas Diversas     | 45         | 45,00               |
| Farinha de Mandioca | 2 266      | 3 625,60            |
| Farinha de Milho    | 25 025     | 37 537,50           |
| Fumo de Rolo        | 5 472      | 153 216,00          |
| Fubã de Milho       | 122 524    | 183 786,00          |
| Fubã de Arroz       | 1 548      | 3 096,00            |
| Erva Mate           | 60 894     | 121 788,00          |
| Lã                  | 762        | 11 430,00           |
| Leite de Vaca       | 174 988    | 524 964,00          |
| Lingüiça            | 6 851      | 82 212,00           |
| Manteiga            | 265        | 7 950,00            |
| Melado              | 5 062      | 15 186,00           |
| Mel de Abelha       | 9 058      | 36 232,00           |
| Ovos                | 93 381     | 373 524,00          |
| Polvilho            | 2 091      | 5 227,50            |
| Queijos             | 3 538      | 70 760,00           |
| Rapadura            | 11 290     | 28 225,00           |
| Sedinho             | 118        | 3 540,00            |
| Taboinhas           | 16 807     | 302 526,00          |
| Toucinho            | 17 287     | 207 444,00          |
| <b>TOTAL</b>        |            | <b>6 615 467,70</b> |

FONTE: Relatório da "CANGO"

ANEXO VII- PRODUÇÃO PECUÁRIA, NO ANO DE 1948 DAS 877 FAMÍLIAS  
CADASTRADAS NA "CANGO"

| ESPECIE        | QUANTIDADE | Em Cr\$             |
|----------------|------------|---------------------|
|                |            | VALOR               |
| Boi            | 248        | 372 000,00          |
| Boi de Carro   | 74         | 148 000,00          |
| Cabritos       | 237        | 18 960,00           |
| Cavalos        | 678        | 1 017 000,00        |
| Éguas          | 884        | 884 000,00          |
| Muare          | 435        | 783 000,00          |
| Galinhas       | 24 361     | 219 249,00          |
| Ovelhas        | 1 107      | 166 050,00          |
| Porcos Cevados | 1 119      | 447 600,00          |
| Porcos Magros  | 7 838      | 2 351 400,00        |
| Vacas          | 653        | 979 500,00          |
| <b>TOTAL</b>   |            | <b>7 386 759,00</b> |

FONTE: Relatório da "CANGO"

ANEXO VII - PRODUÇÃO AGRÍCOLA, NO ANO DE 1949 DAS 881 FAMÍLIAS  
CADASTRADAS NA "CANGO"

| CULTURAS            | QUANTIDADE | Em Cr\$             |
|---------------------|------------|---------------------|
|                     |            | VALOR               |
| Abóbora             | 527 915    | 263 957,50          |
| Alho                | 1 780      | 8 900,00            |
| Alfafa              | 6 398      | 6 398,00            |
| Aipim               | 288 117    | 172 870,20          |
| Amendoim            | 18 202     | 18 202,00           |
| Arroz               | 29 071     | 72 677,50           |
| Aveia               | 9 212      | 4 606,00            |
| Batatinhas          | 29 304     | 58 608,00           |
| Batata-Doce         | 347 428    | 173 714,00          |
| Cana-de-Açúcar      | 246 248    | 143 144,00          |
| Cebolas             | 7 460      | 14 920,00           |
| Cevada              | 652        | 652,00              |
| Centeio             | 2 311      | 5 084,20            |
| Ervilhas            | 2 729      | 5 458,00            |
| Feijão              | 265 029    | 397 543,50          |
| Fumo                | 1 412      | 21 180,00           |
| Hortalicas          | 13 531     | 27 062,00           |
| Linho               | 500        | 1 000,00            |
| Laranjas            | % 180      | 5 400,00            |
| Limão               | % 14       | 560,00              |
| Melância            | % 170      | 68 000,00           |
| Mandioca            | 515 537    | 206 214,80          |
| Melão               | 2 933      | 143 066,00          |
| Milho               | 2 152 810  | 1 076 405,00        |
| Pêssegos            | 18 715     | 18 715,00           |
| Pimenta             | 6 070      | 91 050,00           |
| Paina               | 93         | 2 790,00            |
| Trigo               | 901 605    | 1 803 210,00        |
| Uvas                | 12 354     | 24 708,00           |
| Aguardente          | 5 860      | 23 440,00           |
| Banha de Porco      | 20 011     | 320 176,00          |
| Couro Salgado       | 1 179      | 7 074,00            |
| Couro Seco          | 319        | 3 190,00            |
| Cêra                | 1 893      | 18 930,00           |
| Carne de Porco      | 6 568      | 45 976,00           |
| Carne Seca          | 778        | 7 780,00            |
| Farinha de Mandioca | 3 328      | 4 992,00            |
| Farinha de Milho    | 35 661     | 71 322,00           |
| Fumo de Rolo        | 4 867      | 146 010,00          |
| Fubã de Milho       | 75 196     | 112 794,00          |
| Fubã de Arroz       | 1 650      | 3 300,00            |
| Erva-Mate           | 31 541     | 63 082,00           |
| Lã                  | 1 570      | 15 700,00           |
| Leite de Vaca       | 82 397     | 247 191,00          |
| Lingüiça            | 4 559      | 68 385,00           |
| Manteiga            | 900        | 12 200,00           |
| Melado              | 1 440      | 4 320,00            |
| Mel de Abelhas      | 10 567     | 52 835,00           |
| Ovos                | 35 035     | 140 100,00          |
| Polvilho            | 1 432      | 4 296,00            |
| Queijos             | 1 542      | 30 840,00           |
| Toucinho            | 8 748      | 131 220,00          |
| <b>TOTAL</b>        |            | <b>6 380 288,70</b> |

FONTE: Relatório da "CANGO"

ANEXO VII - PRODUÇÃO AGRÍCOLA, NO ANO DE 1950 DOS COLONOS CA-  
DASTRADOS NA "CANGO"

| PRODUTOS        | QUANTIDADE DE QUILOS | Em Cr\$             |
|-----------------|----------------------|---------------------|
|                 |                      | VALOR               |
| Milho           | 1 901 474            | 950 787,00          |
| Trigo           | 1 438 571            | 3 596 427,50        |
| Feijão          | 891 573              | 891 573,00          |
| Aipim           | 665 363              | 332 681,50          |
| Batata-Doce     | 560 141              | 280 070,50          |
| Cana-de-Açúcar  | 472 910              | 165 518,50          |
| Mandioca        | 680 323              | 340 161,50          |
| Arroz           | 134 284              | 402 852,00          |
| Cevada          | 98 675               | 296 025,00          |
| Abóboras        | 398 300              | 199 150,00          |
| Batata-Inglesa  | 75 859               | 75 859,00           |
| Alfafa          | 77 570               | 77 570,00           |
| Ervilhas        | 97 386               | 292 158,00          |
| Amendoim        | 38 972               | 38 972,00           |
| Hortalicas      | 22 128               | 55 320,00           |
| Fumo            | 72 128               | 720 128,00          |
| Cebolas         | 75 936               | 189 840,00          |
| Aveia           | 18 230               | 82 035,00           |
| Centeio         | 8 575                | 25 725,00           |
| Alho            | 2 471                | 12 355,00           |
| Frutas em Geral | 24 200               | 121 000,00          |
| <b>TOTAL</b>    |                      | <b>9 146 206,00</b> |

FONTE: Relatório da "CANGO"

ANEXO VII - PRODUÇÃO PECUÁRIA, NO ANO DE 1950 DOS COLONOS CA-  
 CASTRADOS NA "CANGO"

|              |            | Em Cr\$             |
|--------------|------------|---------------------|
| ESPECIE      | QUANTIDADE | VALOR               |
| Bovinos      | 370        | 444 000,00          |
| Equinos      | 354        | 354 000,00          |
| Suínos       | 20 235     | 7 082 250,00        |
| Ovinos       | 1 918      | 287 700,00          |
| Caprinos     | 1 205      | 120 500,00          |
| Muares       | 192        | 384 000,00          |
| Galináceos   | 36 737     | 293 896,00          |
| <b>TOTAL</b> |            | <b>8 966 346,00</b> |

FONTE: Relatório da "CANGO".

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ABEL, Wilhem. Política agrária. Trad. de Rodolfo Gottschalk. Buenos Aires, El Ateneo, 1960, p. 160 (Biblioteca de Ciências Econômicas, dirigida por el Dr. Oreste Popescu).
- AMADO, Janaína. Conflito social no Brasil; as revoltas dos "Mucker". São Paulo, Símbolo, 1978.
- BACILLA, Antonio. O drama do mate. Curitiba, ed. CaGuaíra 1940, 231p.
- BALHANA, Altiva Pilatti et alii. Campos Gerais - estruturas agrárias. Conselho de Pesquisa. Ed. do Departamento de História da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Paraná; 1968, 268 p.
- BERNARDES, Lysia Maria Cavalcante. O problema das "frentes pioneiras" no Estado do Paraná. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, (3):357, Jul/set, 1953.
- BERNADET, Jean Claude. Guerra camponesa no Contestado. São Paulo, Editora Parma Ltda. 1979, 128 p.
- BESSELAAR, José Van Den. Introdução aos estudos históricos. São Paulo. Editora Pedagógica e Universitária, 1973. p. 340.
- BRASIL, Instituto Brasileiro de Reforma Agrária. Estatuto da Terra. Brasília, 1967, 58 p.
- BRITTO, José Maria de. Descoberta de Foz do Iguaçu e Fundação da Colonia Militar 1938. Inf. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Curitiba, ed. Cavalcante, 1977, v. 32. p. 45.72.
- BRUXEL, Arnaldo. Padre Roque - a epopéia da Liberdade guarani. São Paulo. Loyola. 1977. p. 283.
- CONTAG no Simpósio Milton Campos. O trabalhador rural. Brasília, 8 (5-6): 13-16, maio/junho. 1978.
- CUNHA, Euclides. Os sertões. 26 ed. Rio de Janeiro. Paulo de Azevedo. 1963. p. 360.
- CUNHA, Euclides da. Cadernos de campo. São Paulo. Cultrix. 1975. p. 197.
- CUNHAL, Álvaro. A questão agrária em Portugal. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1968. 394 p.
- DRAGUILEV, M. A crise geral do capitalismo. São Paulo. Editora Alba. 1961. 405 p.
- EÇA, Othon d'. Aos hespanhões confinantes. Florianópolis, Livraria Moderna. 1929. p. 271.

- EL-KAHTIB, Faissal. História do Paraná, 2 ed. Curitiba, Grafipar, 1969, 4v. v.4. 316 p.
- FACÓ, Rui. Cangaceiros e fanáticos. 2 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965, 226 p.
- FAUSTO, Boris. Trabalho urbano e conflito social. São Paulo, Difel, 1976.
- \_\_\_\_\_. A revolução de 1930. São Paulo. Brasiliense, 1976, p. 118.
- FERNANDES, Florestan. Mudanças sociais no Brasil. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1974.
- \_\_\_\_\_. A revolução burguesa no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
- FERRARI, Fernando. Escravos da terra. Porto Alegre. Globo, 1963. p. 216.
- CABRAL, Oswaldo E. João Maria. Interpretação da Campanha do Contestado. São Paulo, ed. Nacional, s.d. 349 p.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972.
- CARDOSO, Ciro Flamarion e BRIGNOLI, Hector Pérez. Os métodos da história. Rio de Janeiro, Graal, 1979. 530 p.
- CARR, E. H. Quê é história? Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1976. p. 130.
- CARRÃO, Manuel. Impressões de Viagem à Foz do Iguassú e Rio Paraná. Curitiba, ed. Progresso, 1928, 92 p.
- CARVALHO, Afonso de . Rio Branco. Rio de Janeiro, Biblioteca Militar, 1945, 301 p.
- CASTRO, Josué de . Sete Palmos de terra e um caixão. São Paulo. Brasiliense. 1967. p. 223.
- COELHO JUNIOR, Carlos A. Teixeira. Pelas selvas e rios do Paraná. Curitiba, ed. Guaíra, 1946, 189 p.
- COSTA, Odah Regina Guimarães. O preço de terras na Colônia Içara: 1939:1968. Curitiba, Ed. A.M. Cavalcanti, 1974, ix, 178 f. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de História).
- \_\_\_\_\_. Planos de colonização aplicados, a partir da década de 1930, em zonas pioneiras e de povoamento no Estado do Paraná. Anais do VII Simpósio Nacional de Professores Universitários de História (Aracaju, et. 1975). São Paulo, 1976, p. 817-841.
- \_\_\_\_\_. A reforma agrária no Paraná. Curitiba, 1977, 314 p. (Tese para Professor Titular de história contemporânea da Universidade Federal do Paraná).
- FILHO, João Paulo Rocha. A questão de Palmas e a atuação do Barão do Rio Branco. Educação hoje. Palmas. 4:41-62. Dez. 1978 ( Conferência proferida em Francisco Beltrão, no I Simpósio Regional de História do Sudoeste do Paraná).

- FREIRE, Gilberto. Casa-Grande & Senzala. 19 ed. Rio de Janeiro. José Olympio. 1978. 572 p.
- GALEANO, Eduardo. As veias abertas da América Latina. 7 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. 307 p.
- IANNI, Octávio. O colapso do populismo no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- \_\_\_\_\_. Anclasse operária vai ao campo. Cadernos Cebrap 24. São Paulo.
- \_\_\_\_\_. Raças e classes sociais no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966. p. 258.
- IZIDORO, Heitor Francisco. História de Guarapuava. Curitiba, Gráfica Vicentina. 1971 p. 99.
- \_\_\_\_\_. Guarapuava: das Sesmarias a Itaipu. Curitiba, Gráfica Vicentina, 1976. p. 303.
- JAGUARIBE, Hélio. Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político.
- LÊNIN, V.I. O programa agrário. Rio de Janeiro. Editorial Vitória, 1954. 283 p.
- LIMA, Lourenço Moreira. A coluna Prestes Marchas e Combates. 3 ed. São Paulo. Alfa-Omega. 1979. 631 p.
- MAACK, Reinhard. Geografia Física do Estado do Paraná. Curitiba. Max Roesmer. 1968. 350 p.
- MACHADO, Brasil Pinheiro e BALHANA, Altiva Pilatti. Contribuição ao estudo da história agrária do Paraná. Boletim da Universidade Federal do Paraná. Conselho de Pesquisas. Departamento de História. Curitiba, Impr. da Universidade Federal do Paraná, (3): 1-52. jun. 1963.
- MACHADO, Brasil Pinheiro. Sinopse da história regional do Paraná (a ser publicado pelo Instituto, por ocasião do Centenário da Província, em 1953). Separata do Boletim do Instituto Geográfico e Etnográfico do Paraná, Curitiba, Requião, 1951, p. 25.
- MARCONDES, Moysés. Documentos para a história do Paraná. Rio de Janeiro. Typografia do Anuário do Brasil, 1923, p. 22.
- NEGRÃO, Francisco. Geneologia Paranaense. Curitiba, Impr. Paranaense, 1926, v. 1, p. 59. v. 4, p. 215.
- PARANÁ, Companhia Melhoramentos Norte do. Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná. São Paulo. Edane. 1975. p. 295.
- PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. Getúlio Vargas, meu pai. 2 ed. São Paulo. Globo. 1960. 429 p.
- PEREIRA, Osny Duarte. Itaipu prós e contras. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1974, p. 367.
- PLAISANT, Alcebiades Cezar. Scenário Paranaense. Curitiba, 1928, 221 p.
- PRADO Jr., Caio. História econômica do Brasil. Editora Brasiliense, São Paulo, 1968.

- PRADO, Jr., Caio. Fundamentos da teoria econômica. 4 ed. São Paulo, Brasiliense, 1966, p. 229.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O messianismo no Brasil e no mundo. 2 ed. São Paulo. Alfa-Omega. 1977. 440 p.
- QUEIROZ, Maurício Vinhas de. Messianismo e conflito social. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1966, 353 p.
- QUINTAS, Amaro. O sentido social da Revolução Praieira. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1967. p. 166.
- RAPOSO, Ben-Hur. Reforma agrária para o Brasil. Rio de Janeiro. Fundo de Cultura, s.d. p. (9), 101-104, 128.
- RIESEMBERG, Alvir. A instalação humana no Vale do Iguaçu. Curitiba, Max Roesner, 1973. p. 152.
- \_\_\_\_\_. Nhá Marica Minha avó. Curitiba, Max Roesner, 1969, p. p. 136.
- \_\_\_\_\_. A Nau São Sebastião. Curitiba, Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. 1978, p. 237.
- RODRIGUES, José Albertino. Sindicato e desenvolvimento no Brasil. São Paulo, difusão Europeia do Livro, 1968.
- RODRIGUES, José Honório. A pesquisa histórica no Brasil. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1969.
- \_\_\_\_\_. História da História do Brasil. São Paulo. Editora Nacional. 1979. 534 p.
- SANTOS, Silvio Coelho dos. Índios e brancos no sul do Brasil. Florianópolis, Edeine, 1973, p. 312.
- \_\_\_\_\_. Nova História de Santa Catarina. 2 ed. São Paulo. Símbolo S.A. 1977. p. 124.
- SILVA, José Niepce da. As Vias Estratégicas para as fronteiras Meridionais. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1930, 91 p.
- SIMONSEN, R. C. História econômica do Brasil, 1500-1800. Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1969.
- SINGER, Paul. Economia política da urbanização. São Paulo, Brasiliense, 1973.
- SINZIG, Frei Pedro. Fr. Rogério Neuhaus. Petrópolis. Vozes. 1939. p. 676.
- SOUZA, Newton Stadler de. O anarquismo da Colônia Cecília. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira. 1970. p. 192.
- SWEEZY, Paul M. Capitalismo moderno. Rio de Janeiro. Graal. 1977. 188 p.
- TAVARES, Luiz Henrique Dias. História da Sedição intentada na Bahia em 1798. São Paulo. Pioneira Editora. 1975. 144 p.
- THOME, Nilson. Trem de ferro. Caçador. Imprensa Universal. 1980. 155 p.
- TORRES, João Camilo de Oliveira. Interpretação da realidade brasileira. 2 ed. Rio de Janeiro. José Olympio. 1973, p. 300.
- WACHOWICZ, Ruy Christovam. História do Paraná. 2 ed. Curitiba. Ed. dos Professores, 1968, 185 p.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. 'Abranches: um estudo de história demográfica. Curitiba. Gráfica Vicentina. 1976. p. 84.

. A transformação da propriedade fundiária no vale do Iguçu. In: Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Univesitários de História - A propriedade Rural - São Paulo. USP. 1976. p. 699-718.

VERÍSSIMO, Ignácio José. André Rebouças, através de sua Autobiografia. Rio de Janeiro, José Olympio, 1938. p. 267.

VINHAS, Moisés. Operários e camponeses na Revolução Brasileira. São Paulo, Ed. Fulgor, 1963, 131 p.

WESTPHALEN, Cecília Maria et alii. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. Boletim da Universidade Federal do Paraná. Conselho de Pesquisa, Departamento de História. Curitiba, (7): 1-52. jun. 1968.

YOUNG, Jordam M. Fim de um ciclo civil. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 1973. 227 p.